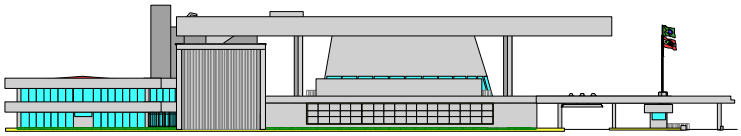
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 2008 | NÚMERO 5.883

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1895**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 028ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 22/04/2008.....2
Ata da 029ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 23/04/2008...21

Publicações Diversas
Aviso de Resultado.....39
Extrato.....39
Portarias.....39
Redações Finais.....39

P L E N Á R I O

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se a PL de sua autoria com relação à erva-mate.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra assembléia da Aprasc em Florianópolis.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Relata viagens ao interior do estado para audiências públicas sobre o Iprev; registra viagem que fez a São Paulo; dá destaque à audiência pública sobre a dengue, realizada em Florianópolis.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se à acusação feita à comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito das audiências públicas sobre o Iprev.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala sobre a angústia dos servidores públicos diante do seu massacre pelos governos; reporta-se à terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Enaltece o trabalho desenvolvido pelas secretarias de Desenvolvimento Regional; registra investimentos do governo do estado nos municípios.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Manifesta-se favoravelmente ao governador do estado e à descentralização; critica pedidos de informação sem procedência, de origem das bancadas de Oposição.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Comunga com o que expõe o deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Silvio Dreveck e as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem do aniversário.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cumprimenta o deputado e as deputadas aniversariantes; reporta-se à situação econômica do país.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Reafirma as palavras do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Expõe sua estranheza com a preocupação do deputado Marcos Vieira relacionada ao aumento dos juros; reporta-se ao ProUni e ao projeto Territórios da Cidadania; critica ações do DEM contra o governo Lula.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima; registra a presença do vereador Sérgio da Silva (PP), de Urubici, e dos srs. Luiz Schmitz e Márcio Locks.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Solicita que o deputado Rogério Mendonça retire da pauta da Ordem do Dia de hoje o PLC 0004/2008.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra que o referido projeto teve voto na CCJ.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Afirma que o projeto deve ir à votação.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita a leitura da ementa do projeto.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Esclarece que votou o projeto na CCJ pela admissibilidade.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença na Casa do ex-prefeito de São Francisco do Sul, José Schmidt.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) -Solicita para também subscrever o requerimento da deputada Ana Paula Lima referente à Furb.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita para subscrever o requerimento do deputado Pedro Baldissera; registra a presença dos vereadores Vanderlei da Silva e Alcione Brito, de Imbuia.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita para subscrever moção da bancada do PT, endereçada ao presidente da Câmara Federal.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute moção de sua autoria, a ser enviada ao ministro das Comunicações.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita voto contrário ao pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Requer votação nominal ao pedido de informação de sua autoria, referente à Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Questiona o fato de o pedido de informação do deputado Joares Ponticelli voltar à discussão.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Informa à bancada do PMDB que os pedidos de informação prejudicados voltarão à discussão.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita averiguação no processo de votação da matéria em pauta.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação de sua autoria, referente à Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão; critica o governo do estado no que se refere à deliberação de pedidos de informação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Reafirma declarações do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita votação nominal para matéria.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Sugere solução para o impasse sobre o encaminhamento dos pedidos de informação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reitera lealdade ao governador do estado.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Anuncia votação favorável aos pedidos de informação da pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra que o governador não tem interesse em negar informações.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reitera respeito ao PMDB, mas condena atitudes equivocadas do líder do partido.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica que precisa ausentar-se da sessão; manifesta-se a favor da aprovação de quaisquer pedidos de informação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Evidencia que o PI 0017 tem o mesmo teor do pedido de informação acerca da Epagri.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Questiona posicionamento do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Manifesta posicionamento sobre pedidos de informação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Lê resposta do governo ao pedido de informação da deputada Ana Paula Lima acerca da Epagri.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Relata que de acordo com o Regimento Interno para a matéria em pauta não cabe pedido de informação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede a deliberação do pedido de informação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita votação nominal para o pedido de informação acerca da Epagri.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita retirada de pedido de informação e sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Reporta-se ao projeto do Iprev.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Faz questionamentos ao deputado Herneus de Nadal acerca do projeto do Iprev.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Manifesta-se a respeito do corredor ecológico do rio Pelotas; cumprimenta o deputado Herneus de Nadal pela relatoria do projeto do Iprev.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Aborda o projeto do Iprev.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Reporta-se ao projeto do Iprev.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Informa a construção de unidade prisional e registra aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar em Brusque.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Manifesta-se a respeito do descontentamento dos servidores da Segurança Pública; fala na discriminação que sofre Tubarão pelo governador do estado; enaltece as obras do governo Lula no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se às obras do PAC no estado; questiona o projeto do Iprev.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ratifica as palavras do deputado Pedro Baldissera.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra indignação com relação à Saúde no oeste catarinense.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de lideranças políticas do estado de Santa Catarina na sessão; destaca que o governo encaminhou à Assembléia projeto que institui plano de carreira para a ARPS de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de saudar o nosso amigo Paulo Ubaldo, de Canoinhas, presidente da Associação dos Ervateiros do Planalto Norte, juntamente com sua esposa, o sr. Alfeu Schneider e sua esposa e o vereador de Porto União, que neste momento está com a verdadeira erva-mate, pois está lá tomando o seu chimarrão, juntamente com o Fernando Braz. É uma honra tê-los no nosso Parlamento, uma vez que representam um segmento importante da nossa sociedade.

Hoje apresentarei um novo projeto para a sociedade catarinense, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de erva-mate.

(Passa a ler.)

Art. 1º Fica autorizado o Projeto Erva-Mate, com o objetivo de estimular o plantio, preservação e manejo da erva-mate *Ilex paraguariensis,* árvore da família *aquifoliaceae*, especialmente quanto ao seu aproveitamento industrial.

Art. 2º O Projeto Erva-Mate estabelecerá formas de incentivo ao plantio, à preservação e ao manejo da erva-mate, a partir de um inventário que deverá identificar e quantificar os plantios da sua espécie.

Art. 3º O Projeto Erva-Mate deverá constituir-se numa ação da secretaria de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." [sic]

"Justificativa

A erva-mate (*Ilex paraguariensis St. Hill*) pertence à família *aquifoliaceae*, sendo assim classificada pelo naturalista francês August de Saint Hillaire, e foi publicada em 1822 nas memórias do Museu de História Natural de Paris. Sabe-se também, por declaração do próprio naturalista, que suas coletas foram realizadas nas proximidades de Curitiba, 'Prov. De Saint Paul'. Isso se explica porque nessa época a cidade de Curitiba pertencia ao estado de São Paulo, do qual foi desmembrada em 1853.

Quanto ao nome científico *Ilex paraguariensis*, o naturalista assim a denominou por considerá-la exatamente igual à erva do Paraguai.

O uso dessa planta como bebida tônica e estimulante já era conhecido pelos aborígenes da América do Sul. Em túmulos pré-colombianos de Ancon, perto de Lima, no Peru, foram encontradas folhas de erva-mate ao lado de alimentos e objetos, demonstrando o seu uso pelos incas.

Desde os primórdios da ocupação castelhana no Paraguai, indicado por Don Hernando Arios de Saavedra (governante de 1592-1594), observou-se a utilização da erva-mate pelos indígenas. Os primeiros jesuítas estabelecidos no Paraguai fundaram várias feitorias, nas quais o uso dessas folhas de erva-mate já era difundido entre os índios guaranis, habitantes da região. Posteriormente, observou-se que os indígenas brasileiros, que habitavam as margens do rio Paraná, se utilizavam igualmente dessa aqüifoliácea. Outras tribos não localizadas em regiões de ocorrência natural da essência possuíam o hábito de consumi-la, obtendo-a através de permuta. Essas tribos localizadas no Peru, Chile e Bolívia transportavam o produto por milhares de quilômetros.

Orientados pelos jesuítas instalados na Companhia de Jesus do Paraguai, os indígenas iniciaram as plantações de erva-mate. Concomitante à implantação de ervais, os jesuítas aprofundaram-se no estudo do sistema vegetativo da planta, visto que as sementes caídas das erveiras não germinavam naturalmente. Os jesuítas definiram preceitos sobre a época de colheita de sementes, do preparo e cultivo da erva-mate.

Por mais de um século e meio (1610-1768), quando se deu a saída forçada da Companhia de Jesus, os jesuítas exploraram o comércio e a exportação do mate. O padre Nicolós Durain observou que os índios tomavam o mate em água quente, não podendo passar sem ele no trabalho, muitas vezes, pois era o único sustento. Inclusive, as Bandeiras paulistas, que de 1628 a 1632 percorreram as regiões de Guairá, regressaram trazendo índios guaranis prisioneiros e com eles o hábito da bebida.

O porte da planta de erva-mate faz lembrar a laranjeira. O caule é um tronco de cor acizentada, geralmente com 20cm a 25cm de diâmetro, podendo chegar aos 50cm. A altura é variável, dependendo da idade e do tipo de sítio. Podem atingir 15 metros de altura, mas geralmente, quando podadas, não passam de sete metros.

As folhas (parte mais importante do vegetal) são colocadas de forma alternada nos ramos, sendo do tipo sucoriáceo até coriáceo. Mostram-se estreitas na base e ligeiramente obtusas no vértice. Suas bordas são providas de pequenos dentes, visíveis principalmente da metade do limbo para a extremidade. O pecíolo é relativamente curto, medindo mais ou menos 15mm de comprimento, e mostra-se um tanto retorcido. A folha inteira mede de oito a dez centímetros de comprimento por quatro ou cinco de largura.

As flores são pequenas e dispostas na axila das folhas superiores. O fruto é uma baga-dupla globular muito pequena, medindo somente seis a oito milímetros. É de cor verde quando novo, passando a vermelho-arroxeado em sua maturidade. Nessa fase os frutinhos atraem os pássaros que deles se alimentam, expelindo depois as sementes envolvidas em dejeções, o que favorece a disseminação das plantas. O fruto bem maduro compõe-se de quatro sementes pequeninas, apresentando tegumento (casca) áspero e duro.

A área de dispersão natural de *Ilex paraguariensis* (erva-mate) abrange aproximadamente 540.000 km², compreendendo territórios do Brasil, Argentina e Paraguai, situados entre as latitudes de 21º e 30º sul e longitudes de 48º30' e 56º10' oeste, com altitudes variáveis entre 500 e 1.000 metros. A espécie pode ocorrer, não obstante, em pontos isolados, fora desses limites. Só no Brasil estão situados 450.000 km² do total. Ocorre também em regiões subtropicais e temperadas da América do Sul. No Brasil, sua área de dispersão inclui a região centro-norte do Rio Grande do Sul, quase todo o estado de Santa Catarina, o centro-sul e o sudoeste do Paraná, o sul do Mato Grosso do Sul, com manchas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Devido à importância que teve no passado e no desenvolvimento da região norte do estado de Santa Catarina, principalmente Canoinhas, que é considerada a capital nacional da erva-mate, a erva-mate ganhou, há três anos, um museu que fica no Parque de Exposições Ouro Verde, em Canoinhas. Estima-se que 80% da produção de erva-mate de Canoinhas saíam das pequenas propriedades. São famílias que utilizam a planta como reforço na renda não mais que dois alqueires. Árvores com seis anos de idade são capazes de produzir uma vez a cada dois anos.

A erva-mate tem como principal propriedade a sua atuação estimulante digestiva, como valioso coadjuvante na eliminação do colesterol e, principalmente, diurético, já tendo sido considerada por essas razões um 'elixir da longa vida'.

Alguns benefícios da erva-mate:

Grande fonte de vitamina A, B e C;

Propriedades antioxidantes;

Propriedades que previnem cáries e doenças cardiovasculares;

Fonte de minerais: cálcio, sódio, potássio e partículas de ferro;

Tônico dos nervos, do cérebro e da espinha dorsal;

Estimulante geral tanto motor como vegetativo.

O presente projeto tem como foco principal o incentivo à agroindústria da erva-mate com políticas incentivadoras ao aumento da produção, preservação e manejo do plantio da erva-mate, produto este que gera empregos e tributos aos municípios catarinenses. Cabe, portanto, ao Poder Público tomar medidas urgentes para que o nosso agricultor não perca renda com o passar dos anos."

Assim sendo, solicito aos demais pares o necessário apoio para a aprovação do projeto de lei, uma vez que a produção em Santa Catarina gira em torno de 250 toneladas por ano e proporciona 750 mil empregos no nosso estado. Isso faz com que tenhamos uma produção anual de 120 milhões de toneladas, sendo que mais de 150 mil propriedades rurais são produtoras de erva-mate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero cumprimentar especialmente os companheiros diretores da Aprasc, o sargento Manoel João da Costa, presidente, e demais diretores aqui presentes.

Gostaria de parabenizar o deputado Antônio Aguiar pelo conteúdo do seu pronunciamento, pela ornamentação neste plenário com vegetação típica da nossa serra catarinense, especialmente do planalto norte, como também da nossa região do alto vale, Imbuia, Chapadão, Faxinal, onde há muita erva-mate. É uma planta até considerada medicinal, em muitos aspectos, e é tradição de mais de 90% do povo de Santa Catarina o consumo do bom chimarrão.

Srs. deputados e sras. deputadas, amanhã, dia 23 de abril, as praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros virão à capital para a realização de mais uma assembléia geral extraordinária, convocada pela Aprasc, Associação de Praças de Santa Catarina.

O motivo e a intenção da mobilização das praças é a reabertura dos canais de negociação com o governo do estado. São negociações que estão pendentes, no entendimento da categoria, desde o começo do ano passado, desde o ano de 2006, no primeiro governo de Luiz Henrique. É questão como a da integralização da Lei n. 254, que era para ter sido paga até o final de 2006, mas que ficou pela metade, especialmente para os setores de base da Segurança Pública, para as praças da Polícia e dos Bombeiros, para a base da Polícia Civil e para os agentes prisionais.

Há também a reivindicação em relação à efetivação do plano de carreira, colocando em prática a Lei Complementar n. 318, aprovada nesta Casa em 2005 e sancionada em janeiro de 2006 pelo governador, a qual está patinando. Está a passos de tartaruga o plano de carreira. Foi realizado apenas um curso de cabo e de sargento, no ano passado, e agora estamos aguardando que o comitê gestor do governo do estado libere a realização dos cursos de cabos e sargentos, curso de aperfeiçoamento de sargentos na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.

Assim acontece com o QOA, Quadro de Oficiais Administrativos, que está sempre esperando; embora todos digam que são a favor, ele nunca acontece. Ele é uma necessidade também importante para os servidores da Segurança e para a qualidade da segurança pública prestada à população.

Então, por essas demandas, pela Lei n. 254, pelo reencremento salarial dos servidores da Segurança Pública é que os praças estarão vindo também para a capital amanhã, com a participação dos servidores daqui. A concentração é a partir das 8h, na Praça Tancredo Neves. E quero aproveitar para convidar os companheiros de todo o estado, especialmente os da Grande Florianópolis, para se fazerem presentes nessa assembléia geral extraordinária, a fim de avaliarem e buscarem as formas de reabrir a negociação com o governo do estado.

Temos conversado, nas últimas semanas, com alguns secretários do governo, como o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, e com dirigentes dos partidos que compõem a Tríplice Aliança, no sentido de que entendam a necessidade de uma negociação, uma sinalização concreta por parte do governo, de que é preciso continuar negociando com os servidores da Segurança Pública e não apenas dizer que querem fazer isso.

Precisamos concretizar as ações, concretizar os compromissos, definir calendários, cronogramas, definir quantidades, definir agenda, para que a Segurança Pública possa caminhar com mais tranqüilidade. Evidentemente que existem muitas outras demandas na área da Segurança, como a contratação de mais efetivo. E estão sendo contratados 700 novos policiais militares, 900 policiais civis e apenas cem bombeiros militares, os quais estão sentidos com o fato de ficarem somente com cem vagas para novos bombeiros, sendo que um número maior que esse de bombeiros está-se aposentando nesse período. Enfim, estamos perdendo efetivo na Segurança Pública, nos últimos 22 anos, mais do que recebemos.

Então, essas questões são de interesse da nossa categoria, porque dizem respeito às condições de trabalho do policial e do bombeiro, para que eles possam fazer bem o serviço para a população, uma vez que crescem os índices de criminalidade. E isso está relacionado a essas dificuldades, inclusive às decepções dos servidores nesse aspecto. Assim, amanhã haverá uma assembléia geral para reabrir os canais de negociação, restabelecer a carroça nos trilhos, colocar o carro no rumo certo e caminhar para frente, com a força e com a vontade da categoria organizada.

Temos exposto, e fizemos isso desde o começo do mandato, nesta tribuna, que os nossos compromissos, lá no segundo turno de 2002 e de 2006, nunca estiveram vinculadas à participação no governo, nunca estiveram vinculados a cargos. Nossos compromissos foram de conteúdo de programa concreto baseado nas reivindicações das categorias dos servidores públicos, especialmente da Segurança.

Foi isso que sempre colocamos na pauta, em todas as reuniões do segundo turno de 2006, especialmente em assembléia geral das praças, com a presença dos dois candidatos no segundo turno, em reunião com o PDT e com os dirigentes do PMDB. Sempre fiz questão de deixar muito claro que os meus compromissos não são com participação no governo, porque não vamos ter ninguém indicado para participar de nenhuma secretaria, mas os nossos compromissos são esses aqui: a carta de reivindicação das praças, a carta de reivindicação dos servidores da Segurança e os interesses do serviço público em geral.

Foi isso que sempre expusemos de forma muito clara, muito precisa. Mesmo o PDT tendo decidido participar do governo, essa não foi uma decisão nossa, ou seja, que iríamos lá e ficaríamos compromissados com o governo. Da parte deste parlamentar jamais houve esse compromisso. Pelo contrário, sempre reafirmamos as nossas cartas de reivindicações, o conteúdo programático da nossa linha de atuação. Portanto, no nosso entendimento, nunca tivemos esse compromisso. Para deixar mais claro o que estou falando, este parlamentar, representando as praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e toda a grande família de trabalhadores que cercam esses companheiros, sempre deixou muito claro que o nosso compromisso era de conteúdo e que votaríamos, aqui, na Assembléia, aquilo que estivesse de acordo com o nosso entendimento, com o entendimento daquele conjunto de pressupostos que defendíamos e que defendemos na campanha.

Às vezes ouço pessoas querendo saber como que o governo iria atender às minhas reivindicações, se voto contra o governo na Assembléia Legislativa, em alguns projetos. Em alguns projetos voto e continuarei votando contra. Mas não é contra o governo, mas a projetos que, no nosso entendimento, estejam em desacordo com aquela linha de compromisso, de conteúdo que sempre defendemos e vamos continuar defendendo!

Assim, se alguém pensa que temos que mudar de opinião, de discurso e de voto neste Poder Legislativo, entendo que esse não é o fato. E não temos esse compromisso, nunca tivemos esse compromisso, com o PMDB ou com o próprio governador Luiz Henrique.

Então, quero deixar isso claro também, para que fique estabelecido, de uma vez por todas, que os nossos compromissos são com a categoria, com os trabalhadores em geral, com os servidores públicos em geral, com o meio ambiente. E amanhã a categoria, as praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros estarão na praça aqui ao lado, os quais, suponho, venham visitar o nosso Poder Legislativo, para que possamos reabrir a negociação, continuar na linha, ou melhor, voltar para a linha, trazer de volta a carroça para os trilhos do diálogo, do avanço, do entendimento do que é preciso para a Segurança Pública e para toda a população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Gostaria de agradecer à Associação Ervateira do Planalto Norte Catarinense, que brindou todos os deputados e deputadas desta Casa com uma muda de erva-mate e também com a erva-mate para o chimarrão.

Muito obrigada pela presença de vocês na Assembléia Legislativa Catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sra. presidente!

Registro, com muita satisfação, a presença, neste plenário, da agricultora, secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, Leamar Lafin, do ex-secretário regional do município de Joinville, da dona Ingrid, que é presidente do conselho local de saúde, e do Realdinho, que é um agricultor, líder da nossa comunidade.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada pela presença.

A próxima oradora inscrita é sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente deputada Ana Paula de Lima, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa falada, escrita, televisada, amigos que nos honram com as suas brilhantes presenças nesta Casa de Leis, quero também agradecer a presença do sindicato dos industriais do mate no estado de Santa Catarina, da minha região. Sou de uma região de muita erva-mate. Agradeço também ao deputado dr. Antônio Aguiar pelo presente muito importante.

Quando se fala dos desmatamentos, quando se fala da inflação altíssima, dos preços dos alimentos, vem o deputado e faz com que recordemos a nossa terra amiga de Porto União, cidade amiga desta deputada que vos fala. S.Exa. nos presenteia com erva-mate e a planta com que vamos poder embelezar também a nossa Casa, vê-la crescer e futuramente dar bons frutos.

Quero agradecer ao deputado Antônio Aguiar que tem demonstrado neste Parlamento a sua responsabilidade, o seu desempenho, a sua maneira de ser muito autêntica e sincera com toda a população catarinense.

Sras. deputadas, srs. deputados e sra. presidente, venho fazer um relato dos últimos acontecimentos do dia 10, também sobre as viagens que fizemos ao interior do estado, as audiências públicas sobre o Iprev e também a minha viagem ao estado de São Paulo, quando fui representar Santa Catarina em uma reunião do Partido Republicano. Tenho três temas e tomara que eu consiga concluir tudo que quero falar.

Tivemos, no dia 10, no nosso auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública sobre a dengue. Nós conseguimos reunir autoridades no assunto, trouxemos muitas lideranças e em outros momentos estarei citando o nome dos participantes, porque foram inúmeras as autoridades que compareceram, e eu quero ler todos os nomes. Prometi e vou cumprir. Quero ler os nomes e agradecer, porque mandamos os convites, e quem veio temos que divulgar.

Essa reunião, essa audiência pública foi solicitada pela nossa comissão de Saúde, cuja Presidência é do deputado Genésio Goulart, que tem feito um trabalho magnífico nessa comissão da qual também participo.

Estiveram presentes a Vigilância Sanitária, a Vigilância Epidemiológica, a Anvisa, o Ministério Público, o reitor veio representar a Universidade Federal de Santa Catarina, tivemos representantes da Infraero, da Marinha, do Exército, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Ambiental, da secretaria de estado da Saúde e outros órgãos.

Na sessão ordinária de amanhã usarei dois horários, o das Breves Comunicações e o dos Partidos Políticos, no horário do Partido Republicano, quando então voltarei com este tema.

Quero também falar um pouquinho sobre a viagem que fizemos a São Miguel d'Oeste, junto com a comissão de Constituição e Justiça, cujo presidente é o brilhante colega Romildo Titon. Esta deputada é membro da comissão de Finanças e Tributação, e o seu presidente é o deputado Jorginho Mello. A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cujo presidente é o deputado Jean Kuhlmann, também participou. Vários colegas parlamentares lá estiveram dando a sua contribuição e fazendo suas manifestações. Até tivemos que trocar de ambiente, porque o local onde estávamos era pequeno, então, deslocamo-nos para o ginásio de esportes, que teve lotadas todas as galerias, com um público qualificado.

No dia seguinte estivemos em Chapecó, também com um público muito bom e participativo. Fomos vaiados, mas isso faz parte. Em certo momento tive de fazer um esclarecimento, porque os professores leram a notícia do *Diário Catarinense* que dizia que esta deputada se absteve nas votações. Nós assinamos e votamos junto com as bancadas de Oposição, com o Partido dos Trabalhadores, o Partido Progressista, o Partido Republicano e mais o deputado Sargento Amauri Soares, que se desvinculou do seu partido, o PDT, para votar conosco. Votamos o substitutivo global e também as emendas. Não fomos bem sucedidos e não aceitamos o projeto da maneira como veio.

Somos livres para votar, porque afinal de contas esta deputada republicana está aqui para votar pelos pequenos, pelas minorias, pelos desassistidos. Sou porta-voz daqueles que não têm vez, daqueles que não conseguem chegar aos órgãos governamentais. Esta deputada está aqui livre, graças a Deus, para votar pelos pequenos. Então, não aceitando o projeto da maneira como veio - o projeto contemplava a classe que está atuante, mas não a outra que já atuou e que também contribuiu muito - abstive-me de votar.

Tive que me explicar em Chapecó e também em Joaçaba, porque havia uma senhora que nos olhava nos olhos e cobrava, dizendo que tiramos o dinheiro deles. Nós não colocamos a mão, somos fiscalizadores do dinheiro público. Voltarei com este tema também em outra oportunidade.

Estive no sábado em uma reunião, um encontro partidário, no estado de São Paulo, que contou com a brilhante presença do nosso presidente de honra José Alencar, vice-presidente da República, que no momento era o presidente da República em exercício. Lá estavam presentes, também, o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, representando o Partido dos Trabalhadores, o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, o presidente nacional do PMDB, Michel Temer, o deputado federal Aldo Rebelo e demais autoridades. Também sobre esse assunto volto a falar em outra oportunidade.

Quero dizer que o Partido Republicano Brasileiro está pronto para as conversações em todos os municípios. Independentemente de sigla partidária, estamos prontos para dialogar, conversar e fazer as coligações para poder dar a nossa contribuição, porque teremos as eleições e também queremos participar desse processo de votação.

Muito obrigada, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sra. deputada.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Quero anunciar a presença em nossa Casa do deputado estadual do PPS do Rio Grande do Sul, deputado Luciano Azevedo, da região do Passo Fundo.

Queremos agradecer a visita que fez a esta Casa e ao nosso gabinete.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito o devido registro, ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Romildo Titon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero trazer um tema a esta tribuna no dia de hoje que acredito que deve ser melhor debatido nesta Casa e que também seja feito algum esclarecimento à sociedade catarinense. É um debate que deve ser ampliado.

No último dia 14 de abril, segunda-feira da semana passada, pelo jornal *Diário Catarinense,* a comissão de Constituição e de Justiça foi acusada de não fazer uma análise criteriosa das matérias que por ela tramitam. Esse assunto tomou conta, por alguns dias, dos jornais e também desta tribuna. Alguns Parlamentares fizeram uso da palavra, e acredito que houve até certo exagero por parte de alguns parlamentares em querer punir a comissão pelas matérias que por ela tramitaram, que na interpretação de alguns seriam inconstitucionais.

Conforme a teoria do direito constitucional, a comissão de Constituição e Justiça executa um papel de controle preventivo da constitucionalidade, e preventivo não quer dizer definitivo. Naquela comissão fazemos a primeira análise, crua, dos projetos que lá tramitam; posteriormente, o debate continua na comissão de mérito e depois neste plenário.

Se todo projeto autorizativo é inconstitucional, então aprovamos aqui tantos e tantos projetos de procedência do governo do estado pedindo autorização. Mas o fato que tem chamado mais a atenção é o das matérias ou das proposições autorizativas de autoria de parlamentares. Eu vejo de que há várias formas de interpretação, e nós da Comissão de Constituição e Justiça não podemos cercear o direito de um parlamentar adentrar nesta Casa com um projeto de lei autorizativo. Alguns passaram, outros ficaram na estrada, alguns foram arquivados e outros a Comissão de Constituição e Justiça votou pelo arquivamento. Os deputados fizeram recursos em plenário, obtiveram a maioria dos votos, e o projeto retornou às comissões e continuou tramitando. Alguns projetos foram aprovados, outros foram vetados e outros declarados inconstitucionais.

O que não pode acontecer é um parlamentar querer criticar a comissão de Constituição e Justiça, da qual o deputado Jorginho Mello já foi presidente, e dizer que projeto autorizativo para alguns é constitucional e para outros não. E cito aqui o deputado Jorginho Mello, que foi quem levantou essa questão na Assembléia Legislativa e nos jornais. É o mesmo que dizer que o projeto é inconstitucional, mas que vai dar entrada. Se passar, tudo bem; como foi caso do deputado Jorginho Mello, que também é autor de projeto autorizativo que já foi aprovado nesta Casa.

Portanto, muitos projetos autorizativos, deputado Joares Ponticelli, já foram aprovados nesta Casa. Alguns viraram leis, outros foram contestados pela Justiça e outros foram vetados, mas existem vários recursos de tramitação de projetos que impedem o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

Então, vejo que essas críticas são infundadas e inoportunas e estão sendo feitas não sei se para atingir o presidente ou todos os membros da comissão. Sabemos que em todo momento e por várias oportunidades esta Casa já deliberou projeto autorizativo de autoria de parlamentares com o parecer favorável ou contrário da comissão de Constituição de Justiça, mas que com recurso no plenário teve andamento.

Então, acredito que é desnecessário efetuar crítica dessa natureza a uma comissão composta por colegas parlamentares, porque sabemos que não temos como cercear o direito de um parlamentar adentrar nesta Casa a um projeto de lei autorizativo. Por isso, faço essa defesa, e é meu dever como presidente da comissão, em nome dos colegas parlamentares, fazer aqui essa justificativa para os parlamentares e para a imprensa.

Há poucos dias, nos jornais, uma repórter disse que eu havia falado que não conhecia nenhuma inconstitucionalidade levantada em projetos de lei aprovados durante o tempo em que fui presidente da comissão da Constituição e Justiça. Ela dizia que foi o maior índice de inconstitucionalidade, pelo levantamento que fez a Justiça no período de 2007. Mas a jornalista não esclareceu à sociedade que certamente essa inconstitucionalidade argüida pelo Tribunal, em 2007, é de projetos votados aqui em 2006, quando eram outros os presidentes e os membros da comissão de Constituição e Justiça, mas que respeito o critério que usaram.

Não quer dizer que o índice de Adin que foi levantado no ano passado seja de projetos de 2007. Na sua grande maioria são projetos de 2005 e 2006.

E adentraram na Casa, deputado Joares Ponticelli, nesse período em que v.exa. faz parte, juntamente conosco, da comissão de Constituição e Justiça, 20 proposições autorizativas, de autoria de parlamentares, e que já foram arquivadas. Quatro foram aprovadas e vetadas pelo governador e algumas estão aí para serem derrubados ou aprovados os vetos.

Foram três proposições com recursos que foram rejeitadas e que vieram para o plenário - e é um direito regimental de qualquer parlamentar buscar aqui que o projeto retorne -, e a maioria dos srs. parlamentares votou contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça que estava alegando a inconstitucionalidade para que voltasse para as comissões de mérito. E assim foi feito. Regimentalmente, isso pode ser feito.

Quanto a proposições aprovadas, foram apenas duas. Uma, inclusive, foi o deputado Jorginho Mello que efetuou as críticas, e a outra foi a deputada Odete de Jesus. Quanto às proposições que estão em diligência, são três. E somam-se 18 proposições autorizativas que estão tramitando nas comissões, ainda esperando o parecer dos srs. parlamentares.

Então, não há forma de, como membro da comissão de Constituição e Justiça, cercearmos o direito de um parlamentar adentrar nesta Casa com uma proposição autorizativa. E quero dizer claramente a todos os parlamentares que não se pode querer colocar isso sobre os ombros da comissão de Constituição e Justiça, porque não é a primeira vez que foi aprovado um projeto autorizativo nesta Casa. Ao longo da história isso está sendo feito.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli- V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, rapidamente, quero dizer que dos dez anos de mandato estou há oito anos na comissão de Constituição e Justiça. Houve um ano em que mais de cem leis foram declaradas inconstitucionais, e não foi no período de v.exa.

Quero cumprimentar v.exa. pela gestão da comissão e dizer que, se nos for tirado também o poder de iniciar um projeto de lei autorizativo, aí vamos ficar só denominando aeroporto, quando sair, e declarando entidade de utilidade pública, porque a nossa capacidade legislativa está-se reduzindo cada vez mais, deputado Romildo Titon!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Era esse esclarecimento que gostaria de fazer, uma vez que colocaram à sociedade que a comissão de Constituição e Justiça não está analisando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Romildo Titon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Na ausência do deputado do PTB, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente e srs. deputados, demais pessoas que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaríamos de anunciar o trabalho que fizemos ao longo da semana passada, e vamos continuar fazendo na semana que vem, que são as audiências públicas que tratam do projeto de lei do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, matéria esta que está gerando muita polêmica. Talvez seja o projeto mais polêmico deste primeiro semestre aqui na Assembléia Legislativa.

Foram realizadas, na semana passada, quatro audiências pública, sendo a primeira em Florianópolis, aqui, na sede deste Poder. A segunda foi em São Miguel d' Oeste, na terça-feira, e na quarta-feira, também da semana passada, foi em Chapecó e Joaçaba.

Tem sido a tônica dessas audiências públicas a grande presença de servidores. Em todas elas não baixou de 500 o número de servidores participando das discussões. Se fizermos uma média, provavelmente constataremos que foram 600 ou 700 servidores participando em cada uma dessas audiências públicas, o que é um fenômeno importante para o serviço público no estado de Santa Catarina e para este Poder Legislativo.

Em São Miguel d' Oeste, por exemplo, chegamos lá na terça-feira passada. O auditório tem lugar para 150 pessoas, mas já havia 200 pessoas presentes. E fora essas, havia cerca de 500 pessoas do lado de fora do auditório, para fazer a discussão. Então, de consenso com os deputados, e contando com a boa vontade de todos os presidentes das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Serviço Público, o evento foi realizado no ginásio de esportes, que ficou lotado.

A questão é importante e, de fato, os servidores públicos que nos acompanham e a sociedade, em seu conjunto, devem ficar atentos a essa questão e participar desse debate.

Nos últimos anos temos uma realidade: a de que os trabalhadores estão tendo prejuízos e perdas de direitos, por conta das medidas do governo. Essa é a tônica nos últimos 20 anos na política dos estados, na política dos governos federais aqui no país: a discussão que é preciso criar um instituto de previdência, fazer o regime próprio, porque a proporção de servidores na ativa está ficando cada vez menor com relação à proporção dos servidores aposentados, ou vice-versa. O número de professores aposentados está ficando proporcionalmente cada vez maior do que o número efetivo, que está na ativa ainda, e contribuindo, portanto. Trazemos exemplos de alguns estados onde o número de servidores na ativa é igual ao de servidores aposentados. Aqui em Santa Catarina temos ainda dois servidores na ativa para cada um aposentado.

Em cima desse discurso de que esse pacote, de que esse prejuízo fique para o estado, não se leva em consideração algumas coisas. Por exemplo: que não se contrata mais servidor público como se fazia nas décadas anteriores; que estão sendo terceirizados serviços nas áreas de educação e saúde - a merenda, na educação, a cozinha e a lavanderia nos hospitais -; o serviço de vigilância, no serviço público em geral. Na Segurança Pública, temos hoje um efetivo igual ao que era há 24 anos, quando, na verdade, precisaríamos ter oito mil a mais em todas as instituições de segurança na ativa.

Se tivéssemos essa realidade, ou seja, com o estado cumprindo o seu dever de garantir o serviço público, de impedir, ao invés de incentivar, a privatização do serviço público, certamente a Previdência também estaria melhor. Por outro lado, o nosso Ipesc, ao longo das últimas décadas, em todos os governos anteriores, foi dilapidado, muitas vezes o estado não repassando a sua parcela de contribuição; as prefeituras, quando deviam, não estão passando a sua parcela de contribuição; os Poderes Executivo e Legislativo e o Ministério Público não estão passando a sua parcela de contribuição. E daí se criou esse desembolso de R$ 80 milhões por mês.

Então, todas essas questões precisam ser colocadas em consideração. E quero parabenizar os servidores pela participação. Inclusive, a partir da semana que vem teremos mais cinco audiências públicas.

Muito obrigado!

(SEM EVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, catarinenses que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e catarinenses que participam da nossa sessão na tarde de hoje, na semana passada, deputada Odete de Jesus, nas quatro audiências públicas sobre o Iprev, que realizamos com a presença, na maioria delas, de milhares de servidores, pudemos sentir, além de outras angústias, aquelas que abalam o servidor público catarinense e o aposentado, que foi tão massacrado pelo governo e confirmado por esta Casa.

Os militares e os servidores da Segurança Pública, caros representantes da Aprasc, esperam há cinco anos o cumprimento da lei e da promessa empenhada pelo seu governador e pelos que lhe dão sustentação aqui, nesta Casa. E muitos outros servidores ao longo dos seis anos de mandato do Luiz Henrique tiveram 1% de reposição de perdas salariais, quando essas perdas já chegam a quase 34%.

Entre tantos clamores, deputada Odete de Jesus, também conseguimos sentir a preocupação especialmente dos servidores do magistério, deputados Jailson Lima, Pedro Baldissera e Kennedy Nunes, com relação a esse processo de terceirização da merenda escolar que está em curso. Inclusive, deputada Odete de Jesus, peguei a relação das empresas que se habilitaram para participar da terceirização da merenda escolar. Li o edital e vi a lista das empresas. Já constatamos que atualmente se gasta em torno de R$ 60 milhões por ano com a merenda, e que com esse processo de terceirização o custo vai saltar de R$ 60 milhões para R$ 135 milhões no primeiro ano. E na relação das empresas que se habilitaram aqui em Santa Catarina constam algumas que vamos mostrar agora nessa matéria que já repercute em nível nacional para poder chamar a atenção do governo.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Nós vamos trazer, srs. deputados, amanhã e na quinta-feira, a seqüência das reportagens, mostrando, inclusive, que o prefeito de Sapucaia já está indiciado, com todos os bens indisponíveis, mostrando prefeitos na cadeia e qual é a ligação desse escândalo nacional com a licitação em curso da terceirização da merenda escolar em Santa Catarina. A triangulação entre as empresas é assustadora e, repito, o custo vai saltar de R$ 60 milhões atuais para R$ 135 milhões no primeiro ano. Esse é o primeiro alerta que estamos fazendo hoje, e amanhã v.exas. ficarão estarrecidos com as demais matérias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sras. deputadas, srs. deputados e sra. deputada que preside esta sessão, Ana Paula Lima, vou dividir esses 16 minutos com o deputado Elizeu Matos.

Srs. deputados, hoje pretendo me reportar a dois assuntos, mas, primeiro, é bom que se registre, srs. deputados, deputado Manoel Mota, deputada Ada De Luca e deputada pastora Odete de Jesus, que por muitas vezes usamos a tribuna desta Casa ou assistimos a reportagens na mídia falada, escrita e televisada, deputado Kennedy Nunes. Imagino que cada um de nós veio de uma região base. Embora façamos votos em todo o estado de Santa Catarina, estamos mais empenhados em uma região. Eu pertenço à região do meio-oeste de Santa Catarina e estou tendo a felicidade de ter, e ainda terei por dois meses, a companhia do deputado Flavio Ragagnin, que é também da nossa região.

Srs. deputados, é preciso trazer hoje a esta Casa o lado positivo daquilo que desenvolvem as secretarias de Desenvolvimento Regional, pois muitas vezes são vistas apenas como cabides de emprego, sem fundamento, sem base. Entretanto, com relação à minha região, a região meio-oeste, quero mostrar que os investimentos valeram a pena, valeram muito a pena.

Não vimos, não tenho lembrança e não sei se posso dizer que houve investimentos em outros governos da forma como está havendo no governo de Luiz Henrique da Silveira, desde 2002 ou 2003, quando iniciou o seu mandato. E vou citar aqui o município de Alto Bela Vista, que é administrado pelo PMDB, onde até agora, deputado Manoel Mota, em cinco anos e alguns meses, o governo do estado investiu R$ 13.540.915,00; no município de Concórdia, que não é administrado pelo PMDB, mas pelo PT, os investimentos foram de R$ 64.374.200,38; no município de Ipira, que também é administrado pelo PT, houve investimentos de R$ 1.967.033,95, durante o mandato do governador Luiz Henrique da Silveira. Em Irani, onde o prefeito pertence ao DEM, foram R$ 4.899.508,43. Na prefeitura do município de Peritiba, que também pertence ao DEM, houve um investimento de R$ 3.246.636,40; no município de Piratuba, do PMDB, foram R$ 9.607.495,00; no município de Presidente Castelo Branco, que também é do PMDB, os investimentos foram de R$ 2.576.614,44, perfazendo um total, nesses sete municípios, deputado Manoel Mota, de R$ 100.212.313,65. São quase R$ 25 milhões por ano.

Srs. deputados, trago esse relatório porque quero mostrar que o governador Luiz Henrique da Silveira, na sua política de descentralização, ao valorizar os municípios, faz uma política municipalista. E esses investimentos estão em todos os setores, ou seja, na educação, na saúde, na agricultura, na infra-estrutura e nos asfaltos de acesso aos municípios. Na região de Concórdia, temos três municípios sendo asfaltados. Nessa relação de investimentos faltam ainda os oito municípios da secretaria regional de Seara, mas acredito que não fiquem abaixo disso. E vou trazer outros valores nas próximas sessões.

Portanto, em cinco anos, são mais de R$ 200 milhões de investimento em 16 municípios. Isso demonstra, deputado Manoel Mota, que às vezes fazer crítica é normal, fazer oposição é uma questão normal, mas não podem somente mostrar o lado negativo, precisam reconhecer também o lado positivo. E esse é o lado positivo. Se há esse desenvolvimento e se existem esses recursos agora, eles deveriam existir antes, sem dúvida nenhuma, pois o governo arrecada hoje da mesma forma que arrecadava antes.

Nós pagávamos impostos como pagamos hoje, mas não víamos esses investimentos no interior do estado. E se eles não eram feitos no interior, mas foram feitos aqui, já é uma justificativa. Mas se não havia nem lá nem aqui, pior ainda. Temos que mostrar que lá está havendo investimentos. E esses investimentos trazem, sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento.

Precisamos continuar com os investimentos na agricultura de Santa Catarina. Se o nosso estado é considerado um dos maiores produtores de suínos, o segundo maior produtor de aves, o primeiro de maçãs, o terceiro maior de alho e de cebola e o quinto de leite, demonstra que quando existem investimentos no interior, existe base também de desenvolvimento. Então, se há desenvolvimento no interior, temos também, deputado Manoel Mota, desenvolvimento nos grandes centros. Quando o campo vai bem, a cidade também vai bem. Quando o campo não planta, a cidade não janta.

Por isso, quero trazer aqui a importância da decisão do governo. Precisa fazer ajustes? Precisa. Precisa melhorar ainda mais? Precisa. Mas precisamos registrar aqui que estamos no caminho certo, contestados ou não. Os investimentos estão acontecendo. E se os investimentos estão acontecendo, é porque existe uma política determinada pelo governador Luiz Henrique.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento, nobre deputado, e dizer que o governo da descentralização é o governo da realização sem discriminar, pois não olha quem está administrando, se é “a”, “b” ou “c”. Ele procura equilibrar, por isso é um governo descentralizado. E isso é importante, porque os prefeitos participam dos seus conselhos, buscando seus próprios destinos com recursos do governo do estado.

Então, essa é uma prova evidente de que estamos no caminho certo. Na questão da pavimentação dos municípios, também não olham se o município é do partido “a” ou “b”. Este é um governo que não discrimina. Este é o governo da descentralização, que está buscando alternativas, que está viabilizando o homem do campo, para que a população permaneça nos pequenos municípios.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que esse é o desespero da Oposição, ou seja, bate, bate e quanto mais bate, mais o governo cresce, porque ele não discrimina, mas faz um trabalho para todo o povo catarinense, por toda Santa Catarina. Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Fiz questão de dizer o nome dos partidos aos quais os municípios pertencem para mostrar que não há discriminação. O município, independentementedo prefeito que o administra, precisa trabalhar em favor de seu desenvolvimento.

Concedo os sete minutos restantes ao deputado Elizeu Mattos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda no horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Elizeu Mattos, pelo restante do tempo do partido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, irei na mesma linha do deputado Moacir Sopelsa, ou seja, sobre a descentralização. Só não vê, deputado Moacir Sopelsa, quem não quer. A descentralização é o caminho. E só fala coisas negativas quem não viveu e conviveu nas secretarias regionais, que não é o meu caso, pois fui secretário regional.

A nossa região, assim como outras, teve um ganho significativo, deputada Ada De Luca, com a descentralização e as secretarias regionais. E o que se criou foi uma inovação, com a coragem do governador Luiz Henrique, em repartir o estado em regiões. E assim que pudéssemos, nos municípios, com os conselhos, deputado Manoel Mota, priorizaríamos as ações utilizando os recursos estaduais em nossas regiões.

A descentralização na serra catarinense nos deu ganhos incontestáveis, não tem como se dizer que foi o caminho errado, mas que foi, sim, o caminho certo. Quando assumimos a secretaria regional, deputada Ada De Luca, dos 46 colégios da rede pública estadual, 38 estavam caindo. E o número de alunos havia diminuído significativamente nos últimos anos na rede pública estadual. Recuperamos 38 colégios em três anos e três meses, bem como fizemos mais de 14 ginásios de esportes, sem falar nas rodovias que foram realizadas com a parceria efetiva da secretaria regional, em que todos os municípios da serra catarinense tiveram os seus acessos pavimentados.

Portanto, para alguém falar da descentralização, das secretarias de Desenvolvimento Regional tem que ter conhecimento da ação, do que elas significam e do seu resultado, porque na nossa região o resultado sempre foi totalmente favorável ao PMDB, ao governador Luiz Henrique da Silveira. E acho que o resultado eleitoral fala por tudo e por todos, pois foi um verdadeiro *show* na última eleição graças à descentralização e às secretarias de Desenvolvimento Regional.

Por isso, o governador Luiz Henrique da Silveira com esse projeto ousado fez, como dizem os serranos, deputado Moacir Sopelsa, barba e bigode na última eleição na serra catarinense.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Elizeu Mattos, quero parabenizar v.exa. pela manifestação que faz, falando não só da grandeza desse nosso governador de ter tido a raça de implantar as secretarias regionais, mas também falando que não houve discriminação por parte do governador. Esta deputada que aqui está falando morou muito tempo em Brasília com seu marido, que era deputado federal, e sentiu na carne os outros governos que antecederam o do nosso governador Luiz Henrique. Os prefeitos que eram do PMDB, na época até do MDB, chegavam a Brasília praticamente chorando, pedindo pelo amor de Deus que a bancada federal tivesse alguma reação, porque eles estavam passando a água já que nem pão tinham. Era água pura mesmo.

Então, o que mais valorizo ainda em todo esse processo é que não houve discriminação entre os partidos, e o nosso governador sempre beneficiou literalmente todos. Parabéns a vocês dois por esse demonstrativo que o nosso partido prega. E democracia é isso, ou seja, democracia não é perseguição.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte, deputada Ada De Luca.

Quero falar ainda, não sei se vai dar tempo, sobre a questão dos pedidos de informação. Tenho acompanhado algumas matérias nas quais estão acusando a nossa bancada de obstruir os pedidos de informação. Na verdade, há pedidos de informação que não têm o menor pé nem cabimento. É a mesma coisa que fazer um pedido de informação perguntando ao presidente Lula como ele foi ao Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no casamento da filha da ministra Dilma Rousseff.

Existem pedidos referentes ao passado, deputado Pedro Uczai, feitos pela bancada do PT, que parecem que tinham uma bola de cristal, ou seja, antecipando os fatos. No dia 11 de março foi feito um pedido de informação, que aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, solicitando o relatório das atividades de Eduardo Pinho Moreira, em Brasília, dos dias 18 a 20 de março. Isso foi feito no dia 11, deputado Manoel Mota, para uma viagem a Brasília do presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, que nem houve. O presidente Eduardo Pinho Moreira não esteve em Brasília e já havia um pedido de informação.

Assim, esses pedidos são mais para confundir o público do que para obter resultados, porque até agora não vi a bancada do PP vir aqui e ler a resposta que Eduardo Pinho Moreira não estava em Brasília, mas, sim, em Florianópolis.

Por isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Mas antes ouço, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Nesses últimos dias a Assembléia Legislativa está em festa porque as deputadas Ada De Luca e Ana Paula completaram mais um ano de vida. E tivemos aqui o aniversário do deputado Silvio Dreveck, no dia de ontem. Quero aqui desejar aos deputados um feliz aniversário e que esta data se repita por muitos e muitos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada pelo carinho e pelas felicitações, deputado Elizeu Mattos.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, sra. presidente.

Sras. deputadas, srs. deputados, evidentemente que não poderia deixar passar em branco os comprimentos da bancada do PSDB aos três anivesariantes, deputada Ana Paula Lima, deputada Ada De Luca e deputado Silvio Dreveck, pelos respectivos aniversários ocorridos no sábado e no dia de ontem. Mas o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje é extremamente importante para todos nós, cidadãos brasileiros, pois se trata da situação econômica do nosso país.

(Passa a ler.)

"Estamos sob uma expectativa inflacionária de 4,71% ao ano, o que extrapola em muito a meta que o governo federal fixou para este ano. O preço dos alimentos também está subindo no Brasil de forma assustadora, causando uma enorme preocupação à sociedade brasileira. Não fora a elevação do preço dos alimentos, no outro lado da ponta nós temos, também, agora, por último, semana passada, a elevação, outra vez, dos juros no país.

A ponta mais visível deste iceberg é, sem sombra de dúvida, como falei, a disparada dos preços dos alimentos. Enquanto o presidente da República apregoa que a nossa economia está bem, a variação acumulada dos preços dos alimentos nos últimos 12 meses chegou a 11,2%. A informação é dada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, 13 de abril, que publica a matéria tratando da elevação do custo de vida no país."

Os produtos que mais aumentaram foram, vejam senhoras e senhores telespectadores, o feijão nosso de cada dia, que aumentou nos últimos 12 meses 168,3%, o óleo de soja, que também é um produto que faz parte da cozinha do brasileiro, diariamente, que aumentou 56,2% nos últimos 12 meses, deputada Odete de Jesus, o leite tipo B, deputado Moacir Sopelsa - e o oeste de Santa Catarina hoje se faz presente como a maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina -, que nos últimos 12 meses teve um aumento de mais de 22,7%, preço final do consumidor, a carne bovina - e Santa Catarina também é um grande produtor de carne bovina -, que teve um aumento de cerca de 19% nos últimos 12 meses. O arroz, juntamente com o feijão, teve um aumento de mais de 7,7% nos últimos 12 meses. Os alimentos, então, subiram em média 11,24%, deputado Moacir Sopelsa, mais do que o dobro da inflação no mesmo período.

Quem é que está ganhando com isso? Com certeza absoluta não é o produtor, porque sabemos, conhecemos a realidade do produtor em Santa Catarina e no Brasil. E o presidente da República ainda dizia que o agricultor norte-americano e o agricultor europeu têm o subsídio dos seus respectivos governos, mas aqui no Brasil não temos. Aqui, fica o agricultor à mercê da mão estendida do governo federal, que não vem. E ele depois vê que o seu produto chega na ponta da linha, na mesa do consumidor, com 160%, 50% ou 70% mais caro. Então, quem está ganhando?

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. Exatamente quero propor e dizer aquilo que v.exa. concluiu no seu pronunciamento. Não é o produtor que está ganhando, e precisamos deixar isso claro isso. Não é o produtor. Quando aumenta 1% para o produtor, chega a 10% de aumento para o consumidor. Neste meio, deputado Marcos Vieira, nesta cadeia, tem alguém que fica com a maior fatia, e não é o nosso produtor. E precisamos buscar isso, principalmente no leite, quando continuamos a colocar o produto em uma caixa que é mais cara do que o valor que ganha o nosso produtor.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Obrigado, deputado. Mas segundo a última pesquisa, deputado Moacir Sopelsa, da Confederação Nacional da Indústria, que o Ibope contratou, divulgada em março, a maioria dos brasileiros está com medo que volte a inflação, pois existe um risco iminente que isso ocorra. Na hora em que o Banco Central aumentar consideravelmente a taxa de juros e não parar a inflação, o consumidor passará a pagar duas vezes. Numa ponta ocorrerá o aumento dos produtos, como o feijão, o arroz, o óleo de soja, e na outra ponta o consumidor passará a pagar muito mais juros. Por exemplo, quem, no Brasil, não compra no crediário? Quase todo mundo, a não ser os mais abastados, os ricos, que têm dinheiro no bolso e pagam à vista. Esses pagam à vista, não compram no crediário.

Então, deputado Peninha, se de um lado a população começa a pagar mais caro, e muito mais caro, pelos produtos básicos da cesta básica, que são aqueles alimentos que nos satisfazem no dia-a-dia, por outro lado, quando ela fizer um crediário também pagará juros exorbitantes. Da mesma forma pagará juros exorbitantes pelo uso do cartão de crédito e do cheque especial. Enfim, há uma preocupação iminente no que diz respeito ao surto inflacionário no país, e nós temos que cuidar disso, com toda a certeza.

O carrinho do supermercado é o termômetro para o que afirmamos aqui. Se dá para encher o carrinho, a economia está boa. Se não dá, a economia começa a ficar ruim. E todos se lembram dos anos terríveis de inflação quando era impossível fazer um orçamento doméstico.

(Passa a ler.)

"Mais uma vez o brasileiro médio se surpreende. Se a economia está bem, então, por que os juros sobem? A taxa saltou, do dia 16 de abril, de 11,25 para 11,75 ao ano. A última elevação dos juros havia sido feita em maio de 2005 pelo Banco Central. Parece pouco, mas isso no bolso do consumidor representa 100%, 150%, 200% a mais de juros ao ano.

Para o chefe de família a alta dos juros significa que o remédio pode ter sido mais amargo do que se esperava. Afinal, se já está difícil abastecer a casa, agora, vai ficar mais difícil pagar o cheque especial, comprar no crediário, parcelar o cartão de crédito. Vai ficar uma loucura! Mas continuam a dizer que a economia está boa. E a classe média como fica? Espremida entre a conta mais alta no supermercado e os juros do caixa especial?"

E como fica aquela classe menos favorecida, que todos os meses precisa ir ao supermercado comprar o feijão, o arroz, a carne, o frango, o óleo de soja, se a alimentação fica cada vez mais cara? Em 12 meses o feijão subiu 168% e o óleo de soja 56%. Onde vamos chegar, se o custo de vida nos últimos 12 meses já subiu no Brasil mais do que o dobro da inflação prevista? E olha que a inflação já está mais alta do que o governo previu para o ano de 2008.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, que está presidindo esta sessão ordinária, sra. deputada, srs. deputados, público que nos está prestigiando com sua presença no plenário, na platéia, nas galerias desta Casa e também as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, até me causa estranheza a preocupação tão intensa do deputado Marcos Vieira, do PSDB, com o aumento dos juros.

Quero aqui relatar, deputado, que nunca vi, principalmente a classe trabalhadora, ter tanto acesso aos bens de consumo. Basta olhar os supermercados do nosso estado, dos nossos municípios e do nosso país. Tenho até pena dos trabalhadores dos supermercados, que hoje não têm mais sábado, não têm mais domingo e não têm mais feriado, pois estão trabalhando 24 horas por dia. E se um supermercado está funcionando 24 horas por dia é porque existe gente para comprar, v.exa. não acha, deputada Odete de Jesus? É porque as pessoas estão tendo acesso aos bens de consumo. E isso graças ao governo do presidente Lula, do governo do Partido dos Trabalhadores, que dá acesso ao crédito e aos bens de consumo.

(Passa a ler.)

"Também temos acompanhando, srs. parlamentares e sra. deputada, com muita atenção, a tentativa, deputado Marcos Vieira, da Oposição ao presidente Lula, em especial as ações do PSDB e do DEM, o Democratas, em judicializar o debate político. Ou seja, sempre que derrotados, o PSDB e o Democratas, no Congresso Nacional, procuram a Justiça para impedir que os projetos do governo federal sejam executados.

Eu quero aqui hoje debater sobre dois projetos de grande importância para o povo brasileiro que irão transformar a nossa sociedade, deputada Odete de Jesus. O ProUni e o Territórios da Cidadania.

Pasmem, srs. parlamentares e sra. deputada, o ProUni é um projeto criado pelo governo Lula que compra vagas nas universidades particulares do nosso país. Têm acesso a essas vagas os alunos das escolas públicas, os jovens carentes, os afrodescendentes e os indígenas". Por que, deputada Odete de Jesus? Basta olharmos aqui, por exemplo, na capital do estado de Santa Catarina, os alunos da Universidade Federal. A maioria estudou anos a fio nas escolas particulares, mas para fazer um curso superior foi para as universidades públicas. E os nossos jovens carentes, que estudaram a vida toda nas escolas públicas, quando é para fazer uma faculdade têm de pagar para irem para a universidade particular. Por isso que o ProUni é um projeto grandioso, srs. parlamentares e sra. deputada.

(Continua lendo.)

"Já estão na universidade estudando cerca de 310 mil jovens oriundos da escola pública. E neste ano se formará a primeira turma do ProUni, com cerca de 60 mil jovens, sendo que neste ano também já se inscreveram para o ProUni 100 mil jovens. Então, é inegável a revolução social proporcionada pelo ProUni, que possibilita a milhares de jovens carentes o acesso à universidade e em conseqüência o acesso a uma qualidade de vida melhor.

Diziam os céticos que a entrada desses jovens pobres na universidade levaria à perda da qualidade do processo educacional. Pois bem: pesquisas provam que os melhores alunos em rendimentos nas universidades particulares são os jovens do ProUni. Mas pasmem, srs. deputados e sras. deputadas: o DEM, em conluio com a Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para impedir que somente os jovens carentes e oriundos das escolas públicas tivessem acesso ao ProUni. Querem o DEM e as escolas particulares que os alunos dessas escolas tenham acesso ao ProUni. E aí usam o argumento dos direitos iguais.

Felizmente, sras. deputadas e srs. deputados, o ministro relator dessa matéria, no Supremo Tribunal Federal, dr. Carlos Ayres Britto, foi implacável com o DEM. Disse o ministro: 'O que é a igualdade numa situação de desigualdade?'

Dr. Britto buscou parte de sua argumentação em Rui Barbosa: 'A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam... Tratar desigualdade a iguais ou desiguais com igualdade seria desigualdade flagrante e não igualdade real'.

É por essas e outras que entendo o ódio de classe que essa gente do DEM tem contra o presidente Lula. Aliás, não é um ódio de classe ao Lula, é um ódio, srs. parlamentares, ao que o Lula representa ao povo pobre do nosso país.

É lógico que o DEM vai defender os interesses dos filhos dos ricos deste país. Ao povo nada, aos aquinhoados tudo. E o ProUni é o caminho para milhares de jovens oriundos das escolas públicas ascenderem socialmente. É um programa revolucionário, que dá acesso à universidade aos que realmente merecem e necessitam."

Meus parabéns ao relator do Supremo Tribunal Federal, dr. Carlos Ayres Britto, que deu ganho de causa a esses jovens que podem cursar uma universidade.

(Continua lendo.)

"E o DEM ainda continua com o seu pacote de maldade, deputada Odete de Jesus. Entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral para impedir a implantação do programa Territórios da Cidadania, um programa que vai atingir 900 municípios, vai investir R$ 11 bilhões e atingirá as regiões do Brasil que possuem os menores índices de desenvolvimento humano, levando cidadania aos mais pobres deste país. Mas felizmente o Tribunal Superior Eleitoral impôs mais uma derrota, deputado Jailson Lima, e mais uma vitória não ao presidente Lula, mas ao povo brasileiro. Disse o TSE que o Programa Território da Cidadania não se caracteriza como campanha eleitoral antecipada e sim como uma ação necessária ao desenvolvimento do nosso país.

Essas duas ações do DEM, uma contra o ProUni e outra contra o programa Territórios da Cidadania, provam que os Bornhausen e cia. têm lado. E o lado não é o do povo brasileiro, do povo trabalhador, do povo carente, do povo mais necessitado, mas sim do capital especulativo que neste país já produziu muita miséria e muita fome.

Felizmente este país tem um presidente operário, deputado Jailson Lima, que está invertendo os valores e construindo uma nação inclusiva para todos os brasileiros."

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada Ana Paula Lima, parabéns pela sua intervenção, primeiro porque mostra claramente o papel de um governo democrático, diferente da denominação partidária que é dada ao Democratas, que com essas ações contra o governo não quer, na realidade, a democratização das vagas universitárias para a população mais excluída, que vai formar agora 60 mil bolsistas, não quer a democratização da população que está sendo incluída socialmente com a renda que está sendo agregada e com o Programa Território da Cidadania.

O nosso governo é democrático!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Graças a Deus, deputado Jailson Lima, nesse campo também podemos contar com o Judiciário, que nessas duas ações agiu com a legalidade necessária, dando garantia aos jovens do nosso país e ao povo mais necessitado.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede mais um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Só gostaria de registrar a presença do vereador do PP Paulo Sérgio da Silva, do município de Urubici, e dos agricultores Luiz Schmitz e Márcio Locks, que estão fazendo uma visita a este Poder.

Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sejam bem-vindos a esta Casa, como já mencionou o deputado Jailson Lima.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0314/2007, de autoria do governo do estado, que autoriza a reversão de imóvel no município de Xanxerê.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão a emenda e o projeto.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0657/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Maracajá (instalação do 10º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão o projeto e a emenda.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0062/2008, de autoria do deputado Décio Góes, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Vitimados pelo Trabalho das Regiões da Amrec, Amesc e Amurel, no município de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0151/2007, de autoria do deputado José Natal, que propõe que a Serasa, o SPC e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR), quando da negativação de seu nome.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o § 2º do art. 173, da Lei Complementar n. 0381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente, tendo em vista o baixo número de deputados no plenário, pediríamos, primeiro, que se posicionasse, então, em relação a esse projeto, o PT e o PP. Deputado Silvio Dreveck...

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. deputado autor do projeto, pedimos a v.exa. para que retire este projeto da pauta da Ordem do Dia de hoje para ser discutido na sessão de amanhã, até para podermos nos inteirar um pouco sobre o assunto. Não temos ainda, neste momento, uma posição favorável ou contrária a este projeto. Por isso, então, que fazemos este pedido a v.exa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Na verdade, o projeto tramitou na comissão de Constituição e Justiça e foi aprovado hoje pela manhã, com o voto favorável do deputado Joares Ponticelli, na reunião ordinária do dia de hoje.

Então, se isso serve de parâmetro para a decisão da bancada do PP, quero dizer que o deputado Joares Ponticelli esteve presente na reunião da CCJ e teve o voto favorável do referido deputado.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pelo que eu entendi, há um encaminhamento favorável do PP. Neste caso, poderíamos colocar o projeto em votação porque teríamos quórum.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, quero dizer ao autor que eu não conheço o projeto, porque não faço parte da comissão de Constituição e Justiça. Gostaria que v.exa., então, lesse o projeto para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Solicito ao deputado Rogério Mendonça, autor do projeto, um esclarecimento acerca do assunto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - O art. 173, da Lei Complementar n. 0381/2007, elenca atividades permitidas para a contratação de prestação de serviços pela administração pública estadual, sendo que não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

Esse foi um pedido feito especialmente pelo Ciasc, que tem necessidade de contratação de serviços para projetos específicos dentro da área de tecnologia e que fica impedido em função de ter atividades similares dentro do seu quadro de funcionários. Ressalte-se que são projetos que demandam uma quantidade de pessoas muito grande, que ficam impedidos de ter continuidade, até porque são trabalhos que cessam após seis meses ou um ano, impossibilitando, evidentemente, a contratação através de concurso público.

Trata-se, pois, de pedido do Ciasc, a fim de que possam dar seqüência a diversos projetos que têm em andamento. O deputado Joares Ponticelli, inclusive, votou favorável dentro da comissão de Justiça.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, até para esclarecer, gostaria de dizer que quando cheguei à comissão, hoje, deputado Peninha, realmente assinei todos os projetos que vieram, mas o deputado Marcos Vieira sabe que quando cheguei já havia sido relatada essa matéria, tanto que nas demais eu pedi vista. Por isso, então, é que fiquei prestando atenção na explicação agora, até porque imaginei que essa matéria fosse para a discussão de mérito. Eu votei pela admissibilidade, mas não há apreciação de mérito, que cabe à comissão de Finanças. Como eu deixei passar outras matérias, como suplementação de crédito, por exemplo, em que a apreciação do mérito cabe à comissão de Finanças, deputado Reno Caramori, então não vou complicar pela questão da legalidade, da constitucionalidade. Só que o mérito tem que ser discutido na comissão!

Como amanhã, pela manhã, haverá reunião da comissão de Finanças, proponho, deputado Peninha - e a preocupação de v.exa. deve ser em função de que na semana que vem não teremos sessões e v.exa. pretende ter essa matéria aprovada ainda amanhã -, que se discuta o mérito naquela comissão, com o compromisso de trazer ao Plenário amanhã à tarde.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado, concordo até para que, atendendo o pedido do deputado Silvio Dreveck, mas independentementeaté da comissão de Finanças, v.exas. possam inteirar-se melhor desse projeto com suas assessorias. Então, colocaremos em votação amanhã.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Então, está retirado o projeto e encaminho-o para a comissão de Finanças a fim de que seja analisado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0108/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, 0109/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, 0110/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, 0111, 0112, 0113/2008, de autoria do deputado Reno Caramori, 0114/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, e 0115/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero registrar a presença nesta Casa, no dia de hoje, do sr. José Schmidt, que foi prefeito duas vezes no município de São Francisco do Sul e que é uma das figuras mais conhecidas e respeitadas daquela ilha. Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputada Ana Paula Lima, a senhora também falou nos pedidos de informação? Eles estão juntos?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Nós vamos agora para os requerimentos, sr. deputado Manoel Mota, só requerimentos. Depois é que iremos para os pedidos de informação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Então, pode tocar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Serra Alta, Tunápolis, Iraceminha e Santiago do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio do Sul, São Francisco do Sul, São Pedro de Alcântara, Bela Vista do Toldo, Santiago do Sul e Vargeão, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica à irmã Enedina Sacheti, cumprimentando-a pelo jubileu de ouro dedicado à vida religiosa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Itapema, Vargeão, Matos Costa, Rio Negrinho, Palhoça, Abdon Batista, Itapoá, Forquilhinha, Celso Ramos, Iraceminha, José Boiteux, Tunápolis, Timbó Grande, Serra Alta e Vitor Meireles, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Fundação Cultural de Rio do Sul, cumprimentando-a pela bela exposição de artes plásticas realizada na Galeria de Artes Meyer Filho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Gabriela Pinho, Miss Santa Catarina 2008, cumprimentando-a pela brilhante participação no concurso Miss Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse na presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Empresa Auto Viação Catarinense, cumprimentando-os pelos 80 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Vitor Meireles e José Boiteux, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, cumprimentando-os pelo recebimento do Prêmio Prefeito Empreendedor, concedido pelo Sebrae.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, cumprimentando-os pelo recebimento do prêmio como um dos dez municípios do estado que alcançaram os melhores índices de responsabilidade fiscal, social e de gestão em 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Comitê Pró-Federalização da Furb, cumprimentando-os pela iniciativa da realização de um plebiscito para transformá-la em uma universidade federal.

A Presidência defere de plano.

Também quero cumprimentar os alunos da Furb que se encontram, juntamente com o professor Paulo Schmidt, de Blumenau, no plenário desta Casa, para acompanhar esta sessão ordinária.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigada, sra. presidente.

Quero parabenizar v.exa. por essa iniciativa, blumenauense que é, e pedir permissão para assinar conjuntamente este requerimento da mais justa, da mais alta relevância para Blumenau e para Santa Catarina como um todo, pois investir mais em educação pública, gratuita, de qualidade e em todos os níveis é importantíssimo.

Portanto, a federalização da Furb é uma demanda justa, e dessa forma estaremos juntos em todos os momentos em que for necessário demandar nesse sentido.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado. É com muito prazer que recebo sua assinatura nesse requerimento. Quero também que v.exa. participe dessa luta, juntamente com todos os blumenauenses e os moradores da região do vale do Itajaí.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Negrinho, José Boiteux e Vitor Meirelles, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao tenista Gustavo Kuerten, cumprimentando-o pela brilhante carreira e pela homenagem que lhe foi prestada em sua despedida como profissional do tênis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, cumprimentando-o pela outorga do Diploma do Mérito Basílio Correa de Negredo a empresas e cidadãos rio-sulenses.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Medicina, cumprimentando-o pelos 71 anos de atividade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Matos Costa, Rio Negrinho, Timbó Grande e Itapoá, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fundação Catarinense de Cultura, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica às seguintes entidades e pessoas do município de Rio do Sul: Transoliveira; Obra Arquitetura e Planejamento Ltda.; Unimed Alto Vale; sr. Osni Tonon; sra. Patrícia Maria Zimmermann D´Avila; sra. Margarete dos Santos Dolzan; sra. Zeli da Silva; sr. Claudio Ropelato e sr. Valmor Poffo Filho, cumprimentando-os pelo recebimento do Diploma de Mérito Basílio Correa de Negredo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar, cumprimentando-o pela passagem do Dia da Polícia Militar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Associação de Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, cumprimentando-a pela passagem do Dia do Policial Militar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Galvão, cumprimentando-os pela abertura da Expogal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal e ao presidente do Sindicato Rural de Curitibanos, cumprimentando-os pela abertura da Expocentro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante da Base Aérea de Florianópolis, cumprimentando-o pela passagem do Dia da Força Aérea Brasileira.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública, cumprimentando-o pela passagem do Dia da Polícia Civil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Câmara Municipal de Palhoça, cumprimentando-a pela solenidade alusiva aos 114 anos de emancipação político-administrativa do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de José Boiteux, cumprimentando-o pela abertura da 4ª Mostra da Cultura Indígena.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Bela Vista do Toldo, Itapema, São Pedro de Alcântara, Vargeão e Santiago do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-bispo Fernando Lugo, cumprimentando-o pela eleição à Presidência do Paraguai.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Romildo Titon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da TIM, pedindo a instalação de uma estação de rádio base para telefonia móvel celular na comunidade de Linha Barra Fria, no município de Erval Velho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidenta, gostaria de retornar ao requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, com quem já conversei a respeito, e pedir para subscrevê-lo.

Quero aproveitar este tempo também para registrar a presença de uma delegação de Imbuia, composta de vereadores do PSDB, os srs. Vanderlei da Silva e Alcione Brito, que estão visitando este Parlamento na tarde de hoje.

Muito obrigado.

(O deputado Pedro Baldissera aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ana Paula Lima) - Com a anuência do deputado Pedro Baldissera, o deputado Sargento Amauri Soares irá subscrever o requerimento de sua autoria.

Moção de autoria da bancada do PT, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à proposição apresentada pelo Partido dos Trabalhadores que cria a Contribuição Social sobre Grandes Fortunas para pessoas físicas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pedimos a palavra, pela ordem, sra. presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidenta, mais uma vez quero solicitar permissão para subscrever, com a bancada do seu partido, essa moção que considero de grande importância para a nação brasileira.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto o líder do PT.

(A liderança do PT aquiesce.)

Com a aquiescência do líder do PT, v.exa. subscreverá a moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e outros deputados, a ser enviada aos seguintes presidentes: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, OAB do Brasil, OAB do Rio de Janeiro, também ao juiz da 41ª Vara Cível do Rio de Janeiro e ao Coordenador Nacional do MST, expressando indignação em face da decisão prolatada pelo juízo de direito da 41ª Vara Cível do Rio de Janeiro, que afronta os incisos IV e VIII do art. 5º da Constituição Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao senador Mão Santa, manifestando repúdio pelas suas declarações preconceituosas contra a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada à ministra da Casa Civil e aos deputados federais das bancadas dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, solicitando a inclusão no PAC de programas pilotos voltados à bacia do rio Uruguai.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro das Comunicações, solicitando que determine à Brasil Telecom o cumprimento da deliberação da Anatel que veda a cobrança de valores adicionais das chamadas terminadas ou equivalentes na prestação de serviço ruralcel/ruralvan.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o autor da moção, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quero apenas registrar que já houve várias tentativas na mesma direção da nossa moção, e os órgãos competentes não tomaram qualquer atitude que viesse a beneficiar o nosso pequeno agricultor. Principalmente o homem do campo, o homem do interior, é que está sofrendo com uma taxa extraordinária de telefonia rural, quando ele usa tão pouco.

Hoje o telefone no interior não é mais luxo; é uma necessidade para que o homem se mantenha no campo. Eu quero que eles entendam que, para que possamos manter o homem produzindo alimentos, temos que lhe dar as mínimas condições de lá permanecer com um pouquinho de conforto. E o telefone hoje não é luxo; ele é uma necessidade para que eles possam manter contato direto com as fontes consumidoras daquilo que eles produzem no interior. Por isso essa nossa moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, solicitando informações sobre o contrato, a ordem de serviço, a ordem bancária e o relatório sobre razões impeditivas ao início da construção da Escola Célia Coelho Cruz, no município de Tubarão.

Em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, esses pedidos de informação vêm-se arrastando há algum tempo. Alguns são para saber como anda o governador: se anda voando, a pé ou de carroça; outro pedido de informação é sobre a questão do presidente da Celesc. E dez dias atrás, quando não tinha acontecido ainda o pedido de informação, nós nos posicionamos contra para depois voltar à normalidade. Então, eu peço a todos os deputados da base do governo que votem contra esse pedido de informação - e depois tudo voltará à normalidade -, senão ficaremos aqui todos os dias nesse joga pra lá, joga pra cá.

Isso já se vem arrastando. E estamos pedindo que toda a base do governo vote "não" a esse pedido de informação; depois, os pedidos de informação aqui na Assembléia Legislativa voltarão à normalidade. Este é o quinto ano aqui na Casa, e nós nunca, em nenhum momento, negamos um pedido de informação. Como naquele dia houve aquela discussão, ele acabou levando para esse ponto. Assim, queríamos eliminar essas informações para depois voltar tudo à normalidade.

O nosso pedido, portanto, é para a base votar "não"!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, requeiro desde já a votação nominal no painel, porque é inédito o que estamos vendo aqui. Estou há dez anos nesta Casa, e é a primeira vez que vejo o governo orientar em bloco a votação contra pedidos de informação.

Esse primeiro pedido, por exemplo, sobre essa ordem de serviço da construção da Escola Célia Coelho Cruz... Aliás, eu peço os dez minutos para discutir a matéria, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sra. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Esse pedido de informação, se não me falha a memória, já foi amplamente discutido e não houve a votação. Portanto, vamos discutir novamente o mesmo pedido de informação. Consulto, sra. presidente, se é regimental discutir novamente o que já foi discutido aqui nesta Casa?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Entendo a sua preocupação, deputado Elizeu Mattos, mas como ainda não foi encerrada a discussão, todo parlamentar desta Casa tem o direito de fazer a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mas foi o próprio deputado Joares Ponticelli que fez a discussão desse pedido de informação e está voltando novamente a discuti-lo. Houve a discussão e na hora da votação não houve quórum. A discussão desse pedido de informação foi feita, sim! Houve meia hora de discussão em cima desse pedido de informação.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Eu entendo a sua preocupação, mas ainda não foi encerrada a discussão, sr. deputado. Estamos numa outra sessão com esse mesmo tema, e não houve a votação desse pedido de informação. Portanto, não foi encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, quantas vezes a mesma pessoa pode discutir o mesmo pedido de informação? Quem está discutindo é a mesma pessoa que o discutiu na semana passada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado, com toda paciência, gostaria de informá-lo que estamos em outra sessão, e esse projeto veio à tona novamente para ser esclarecido. Além disso, o deputado tem essa prerrogativa de querer discutir a matéria, assim como v.exa., se quiser discutir, terá um tempo também.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Muito obrigado, sra. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sra. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É só para dizer ao deputado Elizeu Mattos e à liderança do PMDB que se eles não tivessem saído do plenário, nós já tínhamos votado essa matéria. Mas como eles saíram do plenário e prejudicaram a votação, vamos voltar a discutir todos os pedidos de informação para que a sociedade catarinense possa saber quais são as informações que o governo não está querendo dar.

Obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Queria pedir paciência e até respeito, pois temos um deputado na tribuna que pediu para discutir a matéria. Então, vamos ouvir o deputado Joares Ponticelli, que está na tribuna.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, é no sentido de se resgatar a verdade de todo o processo. Houve, sim, ampla discussão da matéria e chegou-se ao processo de votação. Quem fez a obstrução para a votação naquele dia foi o próprio deputado Joares Ponticelli, que se retirou do plenário e não deu quórum para votar.

Solicito à assessoria da mesa que faça uma averiguação, pois haverá de constatar que naquela oportunidade houve ampla discussão da matéria, e o deputado Joares Ponticelli obstruiu-a retirando do plenário a bancada de Oposição. Esta é a verdade dos fatos, sra. presidente!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos. Depois ouviremos o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLLI - Sra. presidente e srs. deputados, peço que desliguem os microfones de aparte para não atrapalhar e até para respeitar o orador que está na tribuna.

O deputado Manoel Mota e o governo não querem deixar esta Casa votar, deputado Flavio Ragagnin, pedidos de informação. Que bom ver essas galerias repletas de estudantes no dia de hoje. Certamente são estudantes que passaram uma vida inteira ouvindo discursos do PMDB se apresentando como o grande resgatador da democracia neste país, da transparência, da luta pelas diretas, do fim do regime militar. E agora, meus caros estudantes, o que estamos vendo é que a atitude do líder do PMDB, partido que tem uma história que há de se respeitar, deputado Pedro Uczai, apequena o seu partido nesta Casa há três semanas consecutivas já.

Deputado Décio Góes, essa é a terceira semana consecutiva que o líder do PMDB, certamente atendendo à ordem do seu governador, vem orientar a bancada, ou para obstruir, para retirar o quórum e, agora, para votar contra.

Eu não imaginei que ele fosse ter a coragem, deputado Flavio Ragagnin, de encaminhar voto contra, até porque ontem ainda, feriado de 21 de abril, estive visitando as instalações da virtual nova Escola Célia Coelho Cruz. O deputado Décio Góes esteve lá também.

Para vocês que não conhecem, trata-se de uma escola localizada no município de Tubarão, que teve uma evasão escolar de mais de 50%, ou seja, já perdeu mais de 50% dos seus alunos, porque há quase três anos o governo mantém essas crianças tendo aulas dentro de um salão de baile. Clube Cerâmica chama-se o espaço onde eram feitos bailes antigamente e agora, há três anos, já se tenta ministrar o processo de ensino/aprendizagem.

O deputado Décio Góes acompanhou isso de perto; e acionamos a deputada Odete de Jesus quando ela ainda integrava a comissão de Constituição e Justiça na outra sessão legislativa. Não há a menor condição de dignidade de essas crianças continuarem naquela escola, naquele espaço. É a escola, deputado Kennedy Nunes, com maior número de professores em atestado médico de Santa Catarina, eu não tenho dúvida. Imagine, deputado Reno Caramori, um salão de bailes repartido com divisórias, com madeirite de 1,50m de altura, não mais do que isso, sem cobertura, sem porta, com aqueles tapumes. É uma algazarra só! O Deputado Décio Góes foi lá e viu que não há a menor condição de uma criança aprender alguma coisa ali! O professor não tem a menor condição de ensinar! E já existem três anos de mentira nesse negócio.

A última ordem de serviço dessa obra, deputado Pedro Baldissera, foi dada no dia de 8 de fevereiro deste ano. Nós estamos em 22 de abril, são mais de 60 dias, deputado Moacir Sopelsa. Saiba v.exa., que é um peemedebista de muito bom senso e que tem uma história respeitada, que o que estamos querendo saber é o que está acontecendo. Eu fui à escola ontem. É um erro, deputado Moacir Sopelsa. A orientação que o líder do PMDB está dando apequena a história do PMDB e do governo! Qual é o medo que tem o líder do PMDB, que é deputado lá do sul?!

Vou sugerir às emissoras de Tubarão - estive ontem lá com os alunos e com a diretora - que o entreviste amanhã, porque até os órgãos do governo daquela região têm cobrado. E aqui o deputado líder do PMDB não deixa esta Assembléia aprovar um pedido de informação para saber qual é o problema. É só isso. O que há por trás de uma ordem de serviço que foi dada no começo de fevereiro e nada aconteceu? O que há? Nós só queremos saber isso!

A comunidade de Tubarão, que em outros tempos votou tanto no líder do PMDB, já não vota mais! Ele fez grandes votações em Tubarão e já não recebe mais votos lá. Peguem as votações dele a cada mandato para ver o que foi acontecendo com os votos em Tubarão! Diferente da minha na terra dele, que passou de 150 para 1.500. A minha votação, na terra do líder do PMDB, passou de 150 para 1.500. A dele, em Tubarão, a cada eleição, despenca. Vai ficar devendo votos daqui a pouco.

Agora, com essa negativa de dar uma resposta à comunidade de São João... Nós só queremos saber por quê. É só isso, não há nada que possa fazer o governo tremer, deputado Décio Góes, e v.exa. conhece o problema. Mas por que o líder do PMDB não quer deixar a Assembléia aprovar um pedido de informação tão importante como esse? E quanto aos demais, vou detalhar cada um nos dez minutos aos quais tenho direito.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Imagino, deputado Joares Ponticelli, que eles esqueceram de colocar no Orçamento do estado, porque foram lá durante a campanha de 2006, fizeram o estardalhaço e mandaram fechar a escola: "Todos devem sair porque a escola vai cair e tal". Eu fui ver a escola e constatei que nem estava para cair tanto assim, mas levaram todos os alunos para o clube. Depois, prometeram que em setembro de 2007 iriam inaugurar a nova escola e deram a ordem de serviço. Já estamos em 2008, mas não começaram as obras ainda.

Então, não estava no Orçamento em 2006. Esqueceram no de 2007, mas não deviam ter esquecido, e talvez tenham esquecido no de 2008 também. Só pode ser essa a explicação, porque três anos se passaram e ninguém percebeu essas crianças estudando naquelas condições! Se conseguirmos mandar isso para a mídia nacional, vai virar outro escândalo nacional. Não há explicação.

Portanto, estou tentando ajudar o governo a explicar para a sociedade catarinense o que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Décio Góes.

O deputado Silvio Dreveck é o nosso representante na comissão de Educação. No ano passado, apresentamos um requerimento, deputada Odete de Jesus, naquela comissão, convidando-a para fazer uma visita à escola, mas o líder do PMDB impediu - lá o PMDB tinha a maioria - que a comissão pudesse verificar *in loco*.

Deputado Renato Hinnig, v.exa., que anda sempre lá pelo sul do estado, que é sempre bem-vindo, dê uma passada na escola. Nós tentamos levar a comissão de Educação, e o deputado líder do PMDB não deixou aquela comissão fazer essa visita. É um caso de saúde pública! Não há mais condições. São três anos que as crianças estão sendo submetidas a situações desumanas. E já são quase 80 dias sem respostas quanto à ordem de serviço. Ontem ainda estive na comunidade.

Quero fazer um apelo aos deputados: não temam! O que o governo teme? Por que o governo não quer aprovar esse pedido de informação? Ajudem-nos a dar essa resposta para a comunidade do São João, para a comunidade da escola Célia Coelho Cruz, que há três anos espera uma resposta!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE(Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Continua em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, que se inscreveu para discutir a matéria.

O SR. DPEUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, na verdade talvez fomos mal-entendidos. No meu ponto de vista já tinha sido discutido o pedido de informação, e o que nós queríamos era parar com o discurso. Se querem votar o pedido de informação, então vamos votá-lo. Mas começam com o mesmo discurso, de novo vêm com o mesmo discurso. Parece que não se quer votar o pedido de informação e sim discursar. E nós estamos aqui para votar! O que nós queríamos era encerrar os discursos, os bláblábla, para poder votar. Era só isso que nós estávamos propondo aqui. Se já foi discutida essa matéria, estão vamos votá-la! Era isso que estávamos propondo antes de o deputado Joares Ponticelli ocupar novamente esta tribuna e fazer novamente o mesmo discurso - e até parece que já tinha sido gravado - a respeito do pedido de informação.

Nós não queremos atrasar; nós queremos votar! A bancada do governo está aqui para votar e não para ouvir discursos. Se for para dar discursos, nós também vamos dar discursos aqui! Ocuparemos a tribuna durante dez minutos em todas as sessões para discutir o mesmo requerimento!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, para discutir, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE(Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria, minha cara presidente, dizer que naquele dia foram discutidos todos os pedidos de informação e que estávamos em votação quando o eminente deputado Joares Ponticelli retirou do plenário a bancada do PP para não dar quórum. Ele esquece as coisas! Ele pensa que temos memória curta. Quando ele foi líder da bancada, não deixou passar um pedido de informação. Em cinco anos, é a primeira vez que nos posicionamos, porque hoje, do PP, temos sete pedidos de informação.

Então, esperem um pouquinho! Também não pode ser essa coisa toda, porque o governo não vai ficar trabalhando só para responder pedidos de informação. Em cinco anos, em nenhum momento, posicionamo-nos contra os pedidos de informação.

Foi o que acabou vindo para o plenário, quer dizer, acabou a discussão e posicionamo-nos no sentido de retirar a bancada para não ocorrer a votação. Todo mundo tem memória curta e esquece rápido dos acontecimentos. Graças a Deus a minha memória é boa e não me esqueço, mas o deputado Kennedy Nunes tem memória curta, porque esqueceu quando eles saíam daqui, porque agora não interessa lembrar. Ele esqueceu! Temos que registrar que o PP retirou a bancada para não aprovar e agora quer discutir novamente para não aprovar.

Eu acho que o processo não está sendo conduzido corretamente, conforme determina o Regimento Interno, porque estava em votação. E quando está em processo de votação, não há mais discussão. Então, desculpem-me, mas há um equívoco, está errado. Temos que retomar isso para colocar no lugar. Estava encaminhado, estava em votação, como é que vamos voltar para a discussão de um projeto que está em votação? Regimentalmente está fora.

Então, quero dizer que não fomos contra em nenhum momento a responder nada e fizemos isso nesses cinco anos nesta Casa. Naquele dia só pretendíamos votar contra alguns pedidos. Mas fizeram aqui críticas e mais críticas, então tomei a posição e agora, evidentemente, temos que passar por isso aqui para voltar à normalidade. Porque o governo não tem interesse em não dar informações, a não ser às coisas pessoais que estão sendo pedidas aqui.

Tenho a convicção de que estava em votação. E foi colocado em votação não só uma vez, mas duas ou três. E depois que a matéria está em processo de votação não podemos voltar a discuti-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda com a palavra para discutir, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em primeiro lugar, é regimental as bancadas exercerem o direito de obstruir a votação, evitar o quórum nesta Casa. Isso é regimental e democrático. E é isso o que o governo faz quando não quer votar, ou seja, retira, democraticamente, um deputado por vez do plenário desta Casa. Nós, não! Nós nos organizamos e saímos, como Oposição, pois é um preceito regimental, democrático e legítimo tanto da Oposição como da base do governo. Portanto, isso não é o que está em discussão aqui.

Em segundo lugar, blablablá, discurso, é o que o deputado Elizeu Mattos está fazendo aqui. Trata-se de um pedido de informação, mas nós temos sete, oito aqui e vamos discuti-los. Por que estamos discutindo os pedidos de informação? Porque justamente o governo não quer fornecer informações para a Oposição. É por isso que vamos ter que discutir na tribuna, porque não temos nem esse direito de votar um pedido de informação através do trâmite normal desta Casa Legislativa.

O nosso papel de fiscalizadores, que é uma prerrogativa constitucional nossa, vai ser exercido através da discussão, através do debate sobre o conteúdo do pedido de informação, a fim de que a sociedade catarinense perceba o que a bancada do PT, o que nós queremos saber do governo em relação à SC-401.

Agora, em relação ao primeiro pedido de informação, deputado Manoel Mota, é evidente que já tinha sido feito o debate, a discussão. Sobre os posteriores ainda não foi feito o debate. No primeiro, sim, houve o debate. Mas agora há outros pedidos de informação, e é preciso acompanhar o debate, a discussão, para ver as posições de cada deputado aqui.

Eu gostaria, para o bem desta Casa, para o bem da Assembléia Legislativa, que continuássemos discutindo outros projetos e que o governo, de forma transparente, passasse as informações para os parlamentares, tanto da base do governo, quanto da Oposição, para que possamos exercer o nosso papel de parlamentar aqui e voltar à normalidade para outros debates e outros projetos nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, solicitamos que a votação desse pedido de informação seja nominal. Até porque parece que o governo, na verdade, não está querendo votar. Fala aqui que vai votar contra, mas não está querendo votar. E temos aqui pedidos de informação muito importantes, como um dos meus, que pergunta sobre a ação do governo em relação ao combate à dengue e sobre as festas que já começaram em Balneário Camboriú, que já aconteceram em Balneário Camboriú.

Então, essa lengalenga do governo em impedir a votação, sair do plenário, afastar os deputados daqui, está atrasando o estado de Santa Catarina. Nós queremos que a matéria seja votada. E eu requeiro que a votação desses pedidos de informação seja nominal, sra. presidente. E vamos discutir os outros.

Muito obrigado, sra. presidente.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Não vou discutir, até para não me contradizer. Vejo que nós precisamos sair desse impasse. A sociedade catarinense espera de todos nós, parlamentares, a discussão de matérias, a deliberação a favor ou contra. E é nesta direção que me posiciono.

Por outro lado, sra. presidente, se seguirmos a rigor, à risca, o que diz o Regimento Interno, está previsto no capítulo V, do art. 196 e seguintes, assim expresso:

(Passa a ler.)

"Art. 196. Qualquer deputado poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação, sobre atos ou fatos atribuídos aos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Poder Legislativo no exercício de suas atribuições constitucionais ou sobre matéria em tramitação na Casa.

§ 1º Recebido o pedido de informação, será incluído na Ordem do Dia para votação.

§ 2º Aprovado o pedido, a Mesa o encaminhará ao Poder ou órgão respectivo.

§ 3º Encaminhado o pedido de informação, se este não for atendido no prazo de 20 dias, o Presidente da Assembléia, sempre que solicitado pelo autor, o reiterará.

§ 4º Não cabem em pedido de informação providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige."[sic]

Portanto, neste § 4º estão inseridos muitos e muitos requerimentos aprovados aqui pela Casa. E como parlamentar não tenho nada a opor. Nós estamos num impasse; o impasse é deste momento, e gostaria de contribuir para que nós pudéssemos solucioná-lo.

(Continua lendo.)

"§ 5º A Mesa tem a faculdade de não receber pedido de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário."[sic]

Mas também, sra. presidente, com relação à discussão, assim reporta o nosso Regimento Interno:

(Continua lendo.)

"Art. 240. Antes de ser iniciada a discussão de uma proposição, será permitido o seu adiamento por prazo não superior a dez sessões, mediante requerimento assinado por líder, autor ou relator, e aprovado pelo Plenário.

[...]

§ 3º Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma proposição, só o será novamente ante requerimento da unanimidade dos Líderes."[sic]

Por isso, sra. presidente, é que utilizo este microfone de apartes para falar pela ordem, porque entendo que a sociedade espera que tratemos de temas importantes, e este não é menos importante, de uma forma objetiva. É isso que estou propondo aos srs. integrantes desta Casa, ou seja, que solucionemos esse impasse e que tudo volte à normalidade.

Todos nós fizemos um debate acalorado, sério, por ocasião da medida provisória aqui no Parlamento. Aquele momento passou! É hora de serenar os ânimos, e nós precisamos caminhar, andar para frente, mesmo levantando várias questões de ordem com relação à discussão da matéria e também ao encaminhamento dos pedidos de informação. Nós não queremos entrar no pedido para fazer esse formalismo todo. Mas que possamos, através da compreensão e do entendimento, votar pedidos de informação que são extremamente importantes; e que outros que não preencham os requisitos possam de forma compreensiva pelos srs. parlamentares deixar de ser votado.

Cito aqui um exemplo: todos os pedidos de informação, no meu modesto modo de ver, têm que ser, por disposição regimental, de situações pretéritas e não futuras. E a mesma proposição não pode ser discutida por duas vezes no mesmo ano legislativo. Por outro lado, também há disposição regimental da solicitação quando o pedido não for respondido, para que assim seja solicitado pela Mesa Diretora.

Portanto, há todo um formalismo acerca desse tema, mas é importante que cheguemos a um entendimento para que votemos esses requerimentos. E, porventura, se em alguns não se encontre acordo entre Oposição e Situação, mas que não encontrando acordo se delibere, para que possamos ir adiante e votar, ou seja, tratar de assuntos que tanto a Oposição quanto a Situação têm interesse nesta Casa. É a minha ponderação, sra. presidente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, gostaria de ratificar aquilo que penso e já exteriorizei na tribuna desta Casa, dizendo que não voto, enquanto for deputado, contra pedido de informação nesta Casa.

Quero deixar aqui muito clara a minha lealdade ao sr. governador, por quem tenho um grande apreço e consideração, assim como aos meus companheiros de bancada e a todos os companheiros. Eu, por princípio, não voto contra pedido de informação. Então, por entender assim e para não constrangê-los, vou me abster de votar em todos os pedidos de informação desse caso. E nos próximos votarei a favor de todos os pedidos.

Mas atendendo a um apelo dos companheiros, vou me abster dessas votações.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Solicito ao sr. deputado Herneus de Nadal que encaminhe ao presidente desta Casa a sua solicitação, ou seja, a consulta aos srs. líderes que têm assento neste Parlamento sobre suas indagações.

A votação será realizada através do processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o pedido de informação e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	abstenção
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	abstenção
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Votaram 27 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 12 votos "sim", 13 votos "não" e duas abstenções.

Está rejeitado, por maioria.

A Presidência esclarece aos srs. parlamentares e ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital que no último dia 2 de abril, conforme foi solicitado à assessoria para esclarecer se houve encerramento desta matéria na última sessão ordinária, que estava sob a Presidência do deputado Antônio Aguiar, na ata consta do seguinte:

(Passa a ler.)

"Não havendo quórum regimental, deixamos, portanto, de votar o pedido de informação e as demais matérias constantes da pauta."

Portanto, srs. deputados, não foi encerrada a discussão e não houve votação no dia 2 de abril. E quem estava presidindo nessa data era o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. presidente, para que os trabalhos possam ter normalidade, entendemos, com relação aos pedidos de informação que deram entrada, que estão aqui para serem deliberados e que já tenham sido objeto de votação, que não são mais pertinentes às matérias do dia. Mas votaremos favoravelmente a todos os pedidos de informação da pauta do dia de hoje.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero deixar registrado aqui, deputada, que ouvi atentamente o que o deputado Joares Ponticelli disse da tribuna. Tenho um profundo respeito por todos os parlamentares, e com v.exa. não é diferente. Mas quero dizer que continuo pertencendo a um partido que tem uma história de democracia - derrubada da ditadura, voto direto -, que construiu e permitiu que pudéssemos ter a liberdade da democracia.

Quero deixar também registrado, deputada Ana Paula Lima, que o encaminhamento que foi dado até agora não passa, deputado Joares Ponticelli, daquele calor do debate da votação da medida provisória. Mas acho que não pode ser feito um pedido de informação sem cabimento, sem procedência. Agora, não devemos negar nenhum pedido de informação. O governo não tem interesse em negar informações. Até porque as informações precisam ser prestadas à sociedade.

Se estamos incorrendo em erro, precisamos corrigi-lo. E é através desse pedido de informação que vamos buscar isso. Essa é a posição deste deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Disse e repito, deputado Moacir Sopelsa: tenho o maior respeito pelo PMDB. Mas atitudes como essa apequenam a história do PMDB. Atitudes como essa, encaminhada equivocadamente pelo líder do partido, apequenam a história do partido, porque ela retira do parlamentar de Oposição uma das principais e mais importantes funções que é a de fiscalizar, porque o governo tem outras tarefas. Mas quem é deputado de Oposição tem como função primeira a de fiscalizar. E para isso somos pagos e, diga-se de passagem, bem pagos. Se nos tirarem até isso, deputada Ana Paula Lima, será um atentado ao Parlamento - um atentado ao Parlamento!

Srs. deputados, mesmo não conformado com o resultado, tenho que acatá-lo. Perdemos por um voto apenas. Mas, certamente, o primeiro juiz de plantão, ao receber, infelizmente, mais uma ação, à qual vamos ter que dar entrada, vai determinar que o governo explique o que está acontecendo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, estava esperando terminar os acertos finais. Fico contente, pois parece que as coisas vão se resolver da melhor forma possível. Mas quero registrar que vou ter que me ausentar da sessão, porque vou participar, em nome da Assembléia Legislativa, da solenidade militar de comemoração ao Dia de Tiradentes, que é o patrono da Polícia Militar, quando representarei o Poder Legislativo no centro cívico da Polícia Militar.

Quero deixar clara a minha posição, talvez, parece que não vai acontecer, mas se eventualmente uma parte ou outra resolver sair do plenário para não dar quórum, a minha prática é permanecer na sessão, independentementedas condições. E sempre tenho me manifestado a favor de todos os pedidos de informação.

Esta é a minha posição política. É claro que não vale não estando presente para votar, mas essa é a manifestação política deste parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Epagri, solicitando informações sobre o relatório do resultado da comissão de sindicância elaborado quando da descoberta da fraude que desviou R$ 6,5 milhões dos cofres públicos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Já houve a orientação, e vamos votar a favor dos pedidos de informação. Só vou pedir à bancada do PP que esse pedido de informação seja retirado, uma vez que este mesmo pedido, de autoria da deputada Ana Paula Lima, de igual teor, já foi aprovado. Inclusive, o Pedido de Informação n. 0017 já foi votado, aprovado e já teve resposta; portanto, não há por que votarmos o mesmo pedido de informação. Votaremos aquilo que deve ser votado, que não houve pedido de informação, tranqüilamente, deputado Joares Ponticelli.

Então, já houve votação, já houve resposta a esta matéria de autoria da deputada Ana Paula Lima. Só faço esta solicitação baseado também no que já falou o meu líder, deputado Herneus de Nadal, ou seja, que uma mesma matéria em que já houve pedido de informação não pode ser votada novamente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, primeiro, conheço a resposta que o governo deu a v.exa.: que não tem resposta nenhuma. Em segundo lugar, com todo o respeito que tenho pelo deputado Elizeu Mattos, ninguém diz para ele o que tem que fazer nesta Casa. Somos todos grandinhos, crescidos e cada partido tem os seus compromissos. A nossa bancada tem respostas a dar àqueles que a procuram, assim como o PT também tem.

Nós temos recebido pedidos, e hoje ainda recebi quatro *e-mails,* de pessoas querendo saber por que o nosso partido está falando pouco dos fantasmas da Epagri. Eu tive que dizer que é porque o governo não deixa os seus deputados votarem nesta Casa os pedidos de informação para nos explicarem o que aconteceu com esse céu de fantasmas na Epagri.

Por isso, temos um partido, uma agremiação, temos que dar respostas. E não é o deputado Elizeu Mattos que vai dizer como a nossa bancada deve agir aqui dentro.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero lembrar os deputados sobre os vários pedidos de informação que foram rejeitados quando o eminente deputado Joares Ponticelli foi líder nesta Casa. Eu vou trazê-los aqui para que a sociedade inteira veja os seus discursos e as suas ações.

A senadora Ideli Salvatti disse, na semana passada, no programa *Bom Dia Brasil*, que quem dita as regras é a maioria. Mas só queremos mostrar que mesmo tendo a maioria podemos abrir mão para aprovar os pedidos de informação.

Então, é só para os deputados sentirem que se quisermos não passa nada, mas isso não é o que o governador quer e não é isso que queremos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu ouvi o deputado Elizeu Mattos vir aqui com um discurso bonito, dizendo que esse pedido de informação já teria sido feito por v.exa. e respondido pelo governo. Mas não foi assim! Até conversei com o deputado Edson Piriquito de que nas câmaras onde fui vereador havia um filtro para que quando um parlamentar fizesse um mesmo pedido de informação ele não fosse aceito.

Deputado Elizeu Mattos, fui ver a resposta que o seu governo deu ao pedido de informação da deputada Ana Paula Lima e digo o seguinte: não dá para retirar, não! E vamos discutir, porque a resposta é a seguinte:

(Passa a ler.)

"Tendo em vista o volume da documentação solicitada, referente ao Pedido de Informação nº 0017/08, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que solicita informações sobre auditoria interna da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI - relativa à Empresa Triângulo, respaldado pelo Parecer Jurídico nº 153/05, emitido pela Procuradoria Geral do Estado-PGE, em anexo, comunico que a referida documentação está à disposição para consulta na Auditoria desta Empresa." [sic]

Isso é uma vergonha, é um deboche do governo!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu fiz a colocação porque tinha o requerimento e o pedido de informação. Eu não mando em ninguém! Nem lá em casa eu mando, porque ninguém manda em ninguém; nós conversamos. E os mandões aqui não estamos sendo nós. É diferente. Mas uma coisa é clara: se o requerimento feito por v.exa. a respeito desse assunto não foi respondido a contento, cabe que seja solicitado por parte de v.exa. mais informações.

Eu peço um pouquinho mais de tempo e de atenção de v.exas. ao capítulo V, § 4º, em que está o seguinte: "Não cabe em pedido de informação providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação". E esse pedido feito pela bancada do PP faz interrogação sobre fraude, não faz um pedido claro.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigada, sra. presidente. Penso que temos que deliberar essa matéria. Aqueles que estão de acordo votam a favor e aqueles que são contrários votam contrariamente.

O que não entendo é que um pedido de informação possa gerar tanta polêmica, porque não existe segredo numa administração pública ou pelo menos não deveria haver.

Então, se é a transparência, se não estivermos satisfeitos com a resposta, porque tenho várias respostas e não estou satisfeito, vou procurar meus direitos. Mas peço a v.exa., até pela manifestação do deputado Herneus de Nadal, que a fez com muita serenidade, que possamos votar e dar seqüência aos trabalhos desta Casa, porque senão chegaremos às 18h e não teremos votado nenhum pedido de informação.

Obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado!

Para esclarecimento, srs. deputados, como foi mencionado o meu nome, quero dizer que eu enviei um pedido de informação à Epagri e vou me ater, no dia de amanhã, à resposta que ela me dará. Mas quero dizer, srs. parlamentares, que ele é diferente do pedido de informação que está sendo solicitado pela bancada do PP. Então, nós iremos votar esse pedido de informação da bancada do PP.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, peço que seja feita votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A pedido do sr. deputado Joares Ponticelli, a votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam a favor do pedido de informação e os deputados que votarem "não" votam contrariamente ao pedido de informação.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Está aprovado com 24 votos.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Infra-Estrutura e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, solicitando informações sobre o lançamento do edital de licitação referente às obras da segunda etapa do aeroporto regional de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Pedido de informação de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações a respeito das obras de duplicação da SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação a ser enviado ao diretor presidente da SC Parcerias, solicitando informações a respeito da não-aprovação da operação triangular da dívida da Casan com a Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações a respeito do seu deslocamento para o município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Flavio Ragagnin, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações a respeito de obra de coleta e tratamento de esgoto sanitário da área urbana do município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações a respeito da alimentação escolar da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre, localizada no município de Ipuaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações a respeito da tarifa reduzida.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado e ao diretor de vigilância sanitária, solicitando informações a respeito das ações que estão sendo desenvolvidas para combate e controle do mosquito *aedes aegypt*.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pedimos a palavra, sra. presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, fizemos esse pedido de informação há quase 20 dias, mas houve todo esse impasse para que não fossem votados os pedidos de informação. Pedido de informação não quer dizer que estamos contra, mas que estamos querendo saber o que está sendo tratado, para que a sociedade catarinense possa ver que estamos aqui interessados naquilo que vale a pena, que é investigar o Executivo, checar as suas obras.

A deputada Odete de Jesus comandou uma belíssima audiência pública com relação a esse tema, e os eventos relacionados no pedido de informação já foram todos realizados.

Em entendimento com o líder de governo, deputado Herneus de Nadal, que com a sua sapiência entrou no processo e fez com que as coisas voltassem à normalidade, numa conversa entre bancada de Situação e Oposição, em virtude desse pedido de informação já se ter esgotado pela diferença de tempo entre a entrada e a votação, peço a sua retirada do plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Por solicitação do autor, está retirado o pedido de informação.

Pedido de Informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando relatório circunstanciado sobre o repasse de recursos às prefeituras municipais relativos ao transporte escolar do ano de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. deputada Ana Paula Lima, segunda vice-presidente desta Casa, que preside a sessão neste momento, sra. deputada Odete de Jesus e srs. deputados, temos pela frente, na próxima semana, mais cinco audiências públicas regionais para tratar da reestruturação do instituto de previdência do servidor do estado de Santa Catarina, em decorrência de imposição determinativa por conta de lei federal.

A reestruturação prende-se a vários fatores, a inúmeras situações que causam apreensão e preocupação a toda sociedade catarinense, não somente ao governo e aos servidores públicos, tão importantes e necessários à sociedade e ao governo. São eles que fazem a ligação entre cidadão e governo.

Esta manifestação por si só já demonstra e registra a importância desse segmento no serviço público de nosso estado.

É importante frisar, é importante dizer que o projeto não retira direito do servidor público de Santa Catarina. Aquele que está na ativa obviamente tem a expectativa da sua aposentadoria, mas não há nenhum dispositivo que retira direito do servidor inativo ou mesmo daquele que está na ativa.

Todos os direitos são preservados. O direito adquirido é pedra angular do nosso direito. Cria-se pelo projeto dois fundos: o fundo financeiro, para atender aos atuais servidores, que vai continuar com a contribuição do ente em 22%, com a contribuição do servidor em 11%. Além disso, cria-se o fundo previdenciário, desta vez não para os servidores exclusivamente do Executivo, mas para os servidores do Legislativo, do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, dos poderes, órgãos e instituições. E a contribuição do servidor público continua sendo de 11%.

O novo fundo será auto-suficiente, para que os recursos do Tesouro do estado não precisem ser dirigidos para fazer frente ao déficit, como ocorre nos dias de hoje, que está em torno de R$ 80 milhões por mês.

Portanto, o referido projeto tem um objetivo e uma magnitude muito além das informações ou até das contra-informações que chegam aos interessados. O que nós sentimos é muita falta de informação com relação à matéria que tramita aqui no Parlamento.

O Projeto de Lei Complementar n. 0050 não tem o poder de alterar a própria Constituição, suas emendas constitucionais, a legislação federal, não deste governo, deputado Pedro Uczai, é bom que se esclareça, mas de vários governos que fizeram adequações e adaptações.

Então, esta não é uma questão meramente política, de posicionamento favorável ou contrário, mas é uma matéria de grande e de profundo interesse do estado de Santa Catarina como um todo, de seus servidores, da sociedade, para que Santa Catarina não incorra, da mesma forma que outras unidades da Federação, em exemplos a serem citados, pela falta de recursos para o pagamento de salários, de pensões e aposentadorias e também pela falta de capacidade de investimento.

Por isso mesmo, srs. deputados, é que abordo esse tema de forma desapaixonada, sem procurar jogar a responsabilidade em governos anteriores, sem procurar também atribuir ao governo federal a responsabilidade pela necessidade premente dessas alterações. Mas, sim, destaco de uma forma positiva um projeto que pode dar, e dará, se aprovado aqui no Parlamento, melhores condições de garantia, de segurança, aos servidores públicos, aos segurados.

Por isso, deputado Pedro Uczai, v.exa., que já implementou matéria semelhante, logicamente com diferenças, e nós, na condição de relator da matéria, temos que saber ouvir as ponderações daqueles que já criaram fundos, a exemplo de v.exa. e de outros prefeitos, ex-prefeitos, agora deputados, que hoje ocupam espaço no Parlamento. E as experiências de v.exas., com certeza, são positivas e podem melhorar o projeto que tramita nesta Casa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Quero ouvir a manifestação sempre positiva de v.exa., para que possamos fazer um diálogo positivo com relação a essa matéria.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Herneus de Nadal, esse tema é um tema de estado, não é só um tema de governo, porque define o futuro da política pública na área da aposentadoria.

No que tange a fazer o diálogo com v.exa., acho que existem vários aspectos que estão em consonância com a lei federal e outros que não estão. Acho que vai haver um bom debate, um bom diálogo aqui. Por exemplo: existe a possibilidade da criação de dois fundos. A lei federal não coloca esta perspectiva, esta é uma determinação, um entendimento do governo do estado: a criação de dois fundos.

Na perspectiva da criação de dois fundos, a nossa dúvida, a nossa interrogação é, em primeiro lugar, por que dois fundos? A segunda: por que a diferenciação de contribuição, um fundo de 11%, da parte governamental, e outro de 22%? Essas são as primeiras questões. Por isonomia, temos que pensar isso em relação aos fundos.

A nossa terceira interrogação é a seguinte. Efetivamente, no projeto não fica identificada a retirada de direitos, mas ele abre a possibilidade de ampliar a alíquota dos servidores. É o que diz o parágrafo único do art. 34. Então, como o governo vai lidar, no ano que vem, com o cálculo atuarial determinando, por exemplo, através do fundo financeiro, no qual haverá ampliação de despesa e diminuição de receita, uma vez que diminuirá o número de servidores que participarão desse fundo, a necessidade de ampliar a alíquota da contribuição dos servidores?

Para mim são essas questões centrais que não estão tão claras e que produzem insegurança. Assim, precisamos discutir melhor para que possamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o eminente deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, hoje vou falar sobre corredor ecológico, mas antes de iniciar quero cumprimentar o deputado Herneus de Nadal, como relator do projeto do Iprev.

Os presidentes das comissões e todos os deputados têm acompanhado essa questão do Iprev, pois é importante a discussão para dirimir dúvidas. Não se pode ser contra, deputado Moacir Sopelsa, simplesmente por ser contra. Na verdade, quando se diz que é contra, é preciso dizer por quê. E essas audiências públicas, às quais temos acompanhado - acompanhei a da Assembléia e irei à de Lages -, são importantes porque permitem a discussão, a fim de que se mostre por que se é contra ou não.

O deputado Herneus de Nadal, com sua grande sabedoria, que é o nosso relator, possui todas as condições possíveis de fazer um grande relatório acerca do projeto do novo Instituto de Previdência, que vem, na verdade, beneficiar os servidores públicos e dar garantia futura a todos os funcionários públicos catarinenses, ao contrário do que muita gente vem pregando, quando afirma que vai retirar garantias.

Eu tenho lido, relido, e o Iprev vem dar garantia ao servidor, ao futuro do servidor público. A nossa bancada, a bancada do PMDB, nós, deputados, e o próprio relator temos uma posição clara: se houvesse uma matéria que tirasse garantias não iríamos apoiar.

Então, nós temos que engrandecer e cumprimentar os deputados e a Assembléia Legislativa pela explicação, pela explanação e pela grandeza de discutir por toda Santa Catarina a questão do Iprev.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Quero agradecer porque queria falar não mais do que um minuto a respeito do assunto abordado no pronunciamento que o deputado Herneus de Nadal acaba de fazer.

Participei de algumas audiências públicas no oeste de Santa Catarina, na semana passada, e não vejo outra forma de agir a não ser abrir para discussão, fazer o entendimento. Tenho a convicção de que a base do governo aprovará à unanimidade e, tenho certeza, também a Oposição. Até imagino, deputados Elizeu Mattos e Herneus de Nadal, que poderemos aprovar aqui o projeto com os 40 votos dos srs. deputados.

Nós tivemos oportunidade, quando prefeito de Concórdia, deputado Flavio Ragagnin, de implantar a lei da aposentadoria dos servidores municipais, e tenho certeza de que os servidores estão mais seguros do que estavam. E é isso que nós queremos para os servidores públicos do estado de Santa Catarina, os servidores dos poderes que estão envolvidos. E não há outra forma senão debater, senão buscar o entendimento, senão acabar com o gargalo, com o ponto de estrangulamento, com aquele ponto que possa prejudicar uma ou outra parte. Mas sempre através do entendimento, e por isso, achei muito importante o pronunciamento do deputado Herneus de Nadal.

Quero agradecer a oportunidade que v.exa. me dá e acho que nós vamos ser grandes o suficiente aqui, todos os deputados, os 40 deputados, para construir um projeto para o estado de Santa Catarina. É como disse o deputado Pedro: não para o governo, mas para o estado de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Moacir Sopelsa, eu quero que a minha passagem por esta Casa seja bastante grande. Mas se ela for pequena, não quero ser, no futuro, acusado de não dar futuro aos aposentados catarinenses. Não quero ser acusado, porque eu votarei com a minha consciência.

Srs. parlamentares, não é um projeto do governador Luiz Henrique - e vamos deixar isso bem claro -, não beneficia o governador Luiz Henrique em seu mandato, beneficia o estado e os futuros governadores, com a garantia de que os funcionários públicos poderão aposentar-se.

Eu quero que a minha passagem seja bastante longa, sr. presidente, pela Assembléia Legislativa, mas mesmo que fosse curta, quero contribuir, neste momento, votando a favor da garantia que o Iprev dá a todos os funcionários públicos catarinenses.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ouço o meu nobre líder, deputado Herneus de Nadal, relator desse projeto.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Elizeu Mattos, o projeto, a meu ver, além de reestruturar aperfeiçoa o Instituto de Previdência, por várias razões. Uma delas: há a constituição, a formação, de um conselho, que não é consultivo, é deliberativo.

Os dois fundos têm a garantia do Tesouro do estado. No entanto, o fundo financeiro, por falta de decisão dos vários governos do nosso estado, não fez a poupança. Portanto, se houver a comunicação com o fundo previdenciário, criará dificuldades ao segundo fundo.

As aposentadorias, as pensões, até a publicação dessa lei, caso o projeto seja aprovado - e eu acredito que possa ser com as alterações, com as contribuições que todos oferecerem -, serão da responsabilidade do governo do estado. Já o fundo previdenciário, com os cálculos atuariais feitos anualmente, vai definir as contribuições, mas começamos pela mínima.

Para que o servidor tenha a alíquota aumentada, majorada, o percentual aumentado, só se houver a aprovação deste Parlamento, através de lei complementar, de acordo com o parágrafo único do art. 34 do Projeto de Lei Complementar n. 0050.

Por isso a discussão é positiva, e a contribuição do deputado Pedro Uczai é neste sentido: questionar, estabelecer o contraditório. Se todos estivessem a favor do projeto, sem nenhuma manifestação, com certeza ele não seria melhorado aqui no Parlamento. Por isso, precisamos da contribuição de todos, mas precisamos, principalmente, deputado Elizeu Mattos - e estou tomando o seu tempo -, levar a informação para o servidor, para que ele, nessas audiências públicas, participe do debate sobre o tema que é de fundamental importância para a sua vida e de toda a sociedade.

Então, deputado Elizeu Mattos, quero agradecer a oportunidade que v.exa. me deu ao ceder praticamente todo o seu tempo. Com certeza, sou seu eterno devedor.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu gostaria, hoje, deputado Joares Ponticelli, e não sei se vou ter tempo, de falar sobre uma questão na área da ecologia, que atinge a nossa região e cria um estresse grande na serra catarinense. Em primeiro lugar, foram os campos de altitude, os quais muita gente falava que não existiam. Talvez tenha faltado leitura a alguns, porque estava para sair, de uma hora para outra, uma resolução com a relação dos campos de altitude. Agora é a vez do corredor ecológico do rio Pelotas, onde 270 mil hectares viram reserva. Mais uma reserva na região. Isso está criando um estresse total na região, mais um, porque se esse corredor ecológico for criado, inviabilizará, inclusive, a Usina Pai-Querê.

Então, com relação ao meio ambiente, temos que alertar o presidente Lula de que há pessoas que defendem, mas há pessoas que estão colocando o aspecto monetário na frente do leão baio, do ratão do banhado ou coisa parecida. Há ONGs fazendo levantamento de todos os tipos a fim de que se crie a reserva “a”, a reserva “b”, a reserva “c”, mas aqueles que são atingidos não são escutados.

Eu quero voltar a esse assunto, porque agora não há tempo. No dia 30, em Lages, haverá uma audiência pública sobre o corredor ecológico do rio Pelotas. Eu estarei nessa audiência pública e perguntarei às pessoas que vão debater acerca desse corredor ecológico quais delas conhecem ou vivem na região e onde estão as pessoas interessadas em lá desapropriar 270 mil hectares! Quero saber se os proprietários, aqueles que vivem na beira do rio Pelotas, foram consultados e se toparam a criação desse corredor. Isso nós vamos discutir no dia 30, em Lages.

Mas eu quero aqui registrar a minha posição: não agüentamos mais campos de altitude! E agora mais o corredor ecológico! Por isso vamos estar lá e vamos falar contra mais esse absurdo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Dagomar Carneiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, eminente deputado Antônio Aguiar, representante do planalto norte catarinense, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna, nesta tarde, para relatar um fato importante, protagonizado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, pelo secretário Ronaldo Benedet e por toda a Segurança Pública de Santa Catarina, no nosso município de Brusque, que contemplou não só aquela cidade, mas toda a região.

Sr. presidente, lembro que no meu segundo pronunciamento nesta Casa trouxe a preocupação de toda a comunidade brusquense, do vale do rio Tijucas e do vale do rio Itajaí-Mirim em relação à falta de uma cadeia ou de um presídio em nossa cidade.

E levamos essa preocupação ao secretário Ronaldo Benedet, ao dr. Maurício Skudlark, ao comandante Eliésio, ao governador do estado, porque a prefeitura de Brusque já tinha comprado, deputado Joares Ponticelli, um terreno, em 2005, uma vez que há mais de 14 anos Brusque não tinha nenhuma cadeia. E agora, no começo do mês, tivemos a felicidade de ver, na cidade de Brusque, assinada a ordem de serviço para a construção da unidade prisional avançada de Brusque.

Brusque convivia com uma situação complicada, porque a polícia não podia prender os delinqüentes já que não tinha onde os colocar. Na nossa delegacia tínhamos apenas duas celas, destinadas, simplesmente, a manter os presos em caráter temporário enquanto não eram encaminhados a local próprio.

Os presídios de Tijucas e de Itajaí estão sempre lotados, daí a necessidade da construção de uma unidade prisional em Brusque. Mas hoje vejo, pelos jornais, que o secretário Ronaldo Benedet reclama porque as comunidades têm sido contrárias à construção de presídios.

Assim quero, nesta oportunidade, informar ao nosso secretário Ronaldo Benedet que em Brusque a unidade prisional foi muito bem recebida pela população. Mas por que ela foi bem recebida? Pela maneira como ela vai ser construída, pela sua concepção. Não é um presídio, é uma unidade prisional de 72 vagas; além disso, a prefeitura comprou um terreno e, através da administração, quer cedê-lo para que a iniciativa privada, para que uma

empresa, coloque uma unidade industrial, seja ela de metal mecânica, seja de confecção têxtil, a fim de que os apenados possam desempenhar uma função, possam aprender uma profissão, permitindo que, ao final da pena, além de terem aprendido um ofício, tenham recursos que lhes propiciem a reintegração à sociedade. Porque os grandes presídios - isso está comprovado - não recuperam, não ressocializam, eles aumentam o potencial ofensivo dos crimes.

Acho, pois, que o modelo de pequenas unidades prisionais tem que ser incrementado em toda Santa Catarina, fazendo com que as comarcas sejam responsáveis pelos seus presos e não ser direcionados para os grandes complexos penitenciários, onde estaremos, sim, piorando a sua situação. Então, essa unidade prisional de 72 vagas, que também vai oferecer a possibilidade do preso ser capacitado em alguma profissão, é o caminho para resolvermos essa triste situação dos presídios em todo o Brasil.

Neste momento, quero agradecer ao governador Luiz Henrique da Silveira, ao secretário Ronaldo Benedet, a quem sugerimos, em 2007, em pronunciamento, uma audiência pública em nossa cidade, onde ouvimos todas as lideranças, prefeitos da região, vereadores e entidades organizadas. E ali foi colocada a necessidade dessa obra em nosso município. Também foi solicitado, por ocasião daquela audiência pública, o aumento do efetivo da Polícia Militar, o aumento do efetivo da Polícia Civil. E solução das duas situações foi anunciada em Brusque, no começo do mês, sendo que a Polícia Militar será contemplada com mais 25 soldados, pois já foi realizado o concurso neste último final de semana, tendo sido selecionados os candidatos aprovados. Eles participarão de um curso e depois serão incorporados como policiais militares em Brusque.

No que se refere à Polícia Civil, já tivemos a ida de mais um delegado para a nossa cidade, além de mais cinco funcionários, aumentando um pouco o nosso efetivo.

Estamos ainda no aguardo da implantação do 16º Batalhão da Polícia Militar de Brusque, que também é uma solicitação deste deputado e da comunidade de Brusque, em função do tamanho e do desenvolvimento do nosso município.

Ao mesmo tempo, aguardamos a implantação da delegacia da mulher, que há mais de seis anos vem sendo solicitada pelas mulheres brusquenses, para poder dar atendimento àquelas mulheres que possam ser vítimas de violência.

Quero ressaltar aqui, deputado Antônio Aguiar, que a mesma audiência pública que realizamos em Brusque também realizamos no município de Caçador, de onde sou natural. E o secretário Ronaldo Benedet e toda a cúpula da Segurança Pública de Santa Catarina também estão cumprindo com aquilo que a comunidade solicitou na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores. Então, vejam a importância dessas audiências públicas para que as nossas autoridades cheguem a nossos municípios e ouçam os reclamos e as necessidades de cada comunidade.

Quero, ao encerrar, sr. presidente, agradecer ao governador e ao secretário Ronaldo Benedet, porque a população de Brusque está contente, sim, ao contrário de muitas citadas pelo secretário que não desejam a construção de presídios. Talvez aí esteja a grande diferença: vamos construir não grandes presídios, mas pequenas unidades prisionais para que apenas os apenados da comarca fiquem naqueles locais.

A grande preocupação, sr. presidente e deputado Pedro Uczai, de quem tem um presídio na sua cidade é que criminosos de alta periculosidade venham para as nossas cidades, trazendo seus familiares e aumentando a delinqüência. Talvez o caminho certo seja este: a construção de pequenas unidades prisionais só com os apenados da comarca que cerca a cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência concorda com a sua posição e endossa as suas palavras, pois o mesmo acontece no planalto norte.

Inscrito para falar o eminente líder do PP, deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, v.exa. deve ter-se referido a mim como líder partidário ou de uma região, porque o líder da bancada é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Presidente do partido!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, presidente! Porque o líder da nossa bancada é o grande parlamentar e grande amigo, deputado Silvio Dreveck.

Eu ouvi atentamente a manifestação do deputado Dagomar Carneiro. Que bom deputado, que v.exa., que o município de Brusque, que a região de Brusque, que é uma região trabalhadora, tão pujante, tão importante no contexto político, social e econômico de Santa Catarina, tenham sido contemplados pelo governo, especialmente na área da Segurança Pública, porque é um setor que realmente preocupa demais a sociedade catarinense.

Algumas semanas atrás nós vimos uma matéria, veiculada nos grandes jornais catarinenses, mostrando um aumento de quase 100% da violência no estado de Santa Catarina. E isso está assustando a família catarinense, está tirando a sua paz, a sua tranqüilidade.

O que percebemos como causador disso, deputado Pedro Baldissera, é exatamente a desmotivação em que anda o servidor da Segurança Pública. Nós podemos sentir isso na caminhada das quatro audiências que realizamos. O servidor da Segurança está descontente, está desmotivado por culpa do não-cumprimento da Lei Complementar n. 254, que já tem cinco anos, mas o governo até agora não resgatou o compromisso com os servidores da Segurança Pública. Mas, além disso, faltam investimentos em novas tecnologias. Por exemplo, as câmeras de vigilância eletrônica. Esses equipamentos ajudam, criam sensação de segurança também nas cidades, inibem a ação do marginal, porque ele sabe que está sendo vigiado 24 horas por dia. E tendo-se câmeras de vigilância nas áreas mais movimentadas, pode-se fazer com que o efetivo da Polícia Militar desloque-se para as periferias, para as regiões mais afastadas, e com isso se amplia a sensação de segurança na comunidade.

Nós, lá do sul do estado, especialmente na região de Tubarão, não temos tido tanta sorte, pelo contrário. A região de Tubarão vive o momento de maior discriminação por parte de um governo de toda a sua história. Eu não sei se foi porque no primeiro mandato o prefeito Stüpp não apoiou o governador Luiz Henrique. Mas nesse segundo mandato ele apoiou, trabalhou bastante e assim mesmo continua sendo discriminado.

O deputado Décio Góes conhece bem a realidade de lá e sabe o quanto a nossa região tem sido discriminada. Lá as coisas não acontecem! V.Exa. já não nos suporta mais ouvir falar da estrada do Camacho, que o deputado Décio Góes conhece bem e que é uma obra de seis anos. É uma daquelas novelas mexicanas que não têm graça nenhuma e que também não têm fim. Marcaram várias datas para inaugurar, mas nada aconteceu até aqui.

O nosso presídio regional, deputado Dirceu Dresch, é um dos que estão em situação mais calamitosa do estado de Santa Catarina, é uma bomba-relógio. Numa cadeia pública, deputado Professor Grando, que tem espaço para acomodar muito mal 60 detentos, estamos com nada menos que 230. É uma lata de sardinha! É um amontoado de gente! Duzentos e trinta num local que comporta 60! Já tivemos duas fugas neste ano. Numa das fugas, seis pessoas foram feitas reféns, três delas ficaram duas noites mato adentro em poder dos detentos.

Eu e os deputados Genésio Goulart e Julio Garcia estamos aprovando aqui, há uns quatros anos, emendas ao Orçamento do estado para construir o presídio de Tubarão, e é só novela, só discurso. Entra ano, sai ano e nada acontece. A secretaria Regional de Tubarão já está no terceiro secretário nesses seis anos. Em seis anos, já estamos com o terceiro, um de cada partido. É um revezamento dois por dois, porque é dois anos de cada.

Eu acho que daqui a pouco o governador vai ter que fazer o recenseamento para, pelo menos, saber o nome dos secretários, porque eu não acredito que o governador saiba os nomes deles sem olhar numa listinha. São 56 secretários e com mais os 56 adjuntos já dá 112. Ele não vai saber esses nomes de cor. Até porque com esse "trocança" de partido, as eleições e os interesses, eu acho que, passar do prazo de desincompatibilização, ele vai fazer um recenseamento e chamar esse povo todo com uma Kombi na rua, marcando um estádio de futebol para eles se encontrarem e fazer o censo dos secretários.

E daí cada um que chega ganha mais um tempo para enrolar, para dizer que ele está-se envolvendo. Vimos agora que o secretário César Damiani teve a coragem de responder no jornal *Diário do Sul*, numa entrevista nesse final de semana, que nunca foi feito o pedido de câmeras de vigilância eletrônica para Tubarão. Só a secretaria a qual ele responde já respondeu três vezes que o governo não tem a intenção de fazer e que se a prefeitura quiser, que faça.

Então, nem informação eles trocam quando ficam nessa "trocança" de secretários. E daí a nossa cidade e a nossa região continuam discriminadas.

Outra situação que vemos, deputado Pedro Uczai, é a situação da Saúde. Os serviços de média e alta complexidades, que deveriam ser implantados por toda Santa Catarina, como o governador dizia, para acabar com a "ambulancioterapia", estão num processo inverso.

Estive numa audiência pública lá no oeste, na semana passada, e na volta, ouvindo o Sandro Santos, na Rádio Super Condá, tomei conhecimento, com muita preocupação, da notícia de que o serviço de alta complexidade em ortopedia em Chapecó, deputados Pedro Uczai, Dirceu Dresch e Pedro Baldissera, foi suspenso. O Hospital Regional de Chapecó não tem mais serviço de alta complexidade em ortopedia. Parece-me que a decisão foi para encaminhar para o hospital de Concórdia, que já não consegue nem atender à demanda da regional. E aí estão-se discutindo a possibilidade de credenciar um hospital ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul! Quer dizer que a "ambulancioterapia" agora vai deixar de vir para nossa capital para ir para outra capital ou gaúcha ou paranaense?!

Então, é dessa forma que está sendo tratado o nosso estado. O que se ouve do governo é promessa, conversa e desculpa, são esses cinqüenta e tantos secretários todos os dias ocupando todos os espaços de mídia, rádio comunitária, serviço de alto-falante, para ficar elogiando o governo, mas de ação concreta temos quase nada.

Enquanto isso, deputado Pedro Baldissera, a arrecadação do estado bate recordes todos os meses. O governo fala demais e age pouco, diferentemente do que faz o governo Lula.

Eu passei sexta-feira na BR-282, por aquele trecho que se esperou 200 anos, com promessas e promessas, que é aquela ligação Lages/Campos Novos, por São José do Cerrito. A estrada está praticamente pronta! Eu fiquei surpreso! Eu não sabia que aquela obra estava acontecendo com aquela qualidade e com aquela rapidez! Economizamos quase 60 quilômetros! É um pleito de dezenas de anos que está acontecendo.

Na BR-101, no sul do estado, cada vez que viemos e voltamos no fim de semana vemos que a geografia da região mudou, que as obras estão acontecendo e as empresas recebendo rigorosamente em dia. Há também investimentos nos portos, nos aeroportos.

Quero aqui cumprimentar o João José, o nosso superintendente do DNIT, que lançou há poucos dias o edital para a contratação do projeto executivo para a interligação, deputado Décio Góes, da nossa ferrovia Teresa Cristina com a malha ferroviária nacional. Inclusive, temos uma malha ferroviária lá no sul que é mais que centenária, mas que não foi inserida na malha ferroviária nacional. Agora, graças ao governo federal, o projeto está em fase de licitação.

Eu conversava com o engenheiro Benoni, da Ferrovia Teresa Cristina, e ele me dizia que, depois de apresentado o projeto, em quatro ou cinco anos teremos a ligação da nossa Ferrovia Teresa Cristina com a malha ferroviária nacional, interligando os portos de Imbituba, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, Itapoá. Enfim, todo o complexo portuário de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, vai estar interligado pela ferrovia, e com isso evitaremos que tenhamos que quadruplicar a BR-101 daqui a pouco. Porque se não investirmos em novos modais, daqui a pouco a BR-10l terá que ser quadruplicada.

Temos também os desafios dos aeroportos de Correia Pinto e de Jaguaruna. Quanto ao de Jaguaruna, o governo do estado há seis anos não lançou ainda a segunda etapa. O deputado Reno Caramori esteve conosco lá em Braço do Norte na sexta-feira passada e vai pressionar de novo. Mas o governo federal...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o eminente deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, acho que, nessa mesma linha que v.exa., deputado Joares Ponticelli, tem traçado realmente percebemos ali verdadeiras transformações em vários setores da nossa sociedade, com a vinda da administração do presidente Lula, do PT.

V.Exa. frisava muito bem a questão dos investimentos através do Programa de Aceleração do Crescimento nas diferentes regiões desse nosso país. E aqui em Santa Catarina observamos isso. Quem anda toda semana de Florianópolis até a divisa com a Argentina percebe as transformações que estão acontecendo somente na BR-282.

O João José, sem dúvida nenhuma, está fazendo uma grande revolução na qualidade da infra-estrutura nas diferentes rodovias do nosso estado. E assim por todo este nosso país as coisas vão acontecendo.

Mas fiquei atento também e bastante unido quando se tratou da questão da Saúde, do Hospital Regional de Chapecó. E ficava imaginando o que vai acontecer com o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste. Eu fico preocupado, porque no Hospital Regional de Chapecó já estão sendo retirados serviços para atender àquela grande região do oeste.

Por outro lado, faz-se um investimento no Hospital Regional de São Miguel d'Oeste e nós não sabemos o que se vai atender lá. Se em Chapecó já começam a ser retiradas as prestações de serviços à população que necessita, o que vamos esperar do Hospital Regional de São Miguel d' Oeste? Vai ser mais um elefante branco, infelizmente, e a nossa população continuando a sair da divisa da Argentina até a capital para sei lá quando ser atendida nas suas necessidades. Quando não, vai para a capital, a alguns municípios do Paraná ou para alguns municípios do Rio Grande do Sul.

Então, acho que esse é um questionamento interessante levantado, e faz sentido nós aqui refletirmos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu acho que a saúde é essencial para a vida humana. E quando vemos essa experiência do Hospital Regional de Chapecó, constatamos que é um escândalo aquilo está acontecendo. Mas os próprios secretários de Saúde da região não conseguiram viabilizar e desabilitaram o Hospital Regional para a alta complexidade na área de ortopedia.

Então, é uma denúncia pública dos próprios secretários municipais de Saúde, e o governo se omite de buscar a solução, porque o Hospital Regional é do governo do estado. E paralelo a isso a própria prefeitura municipal de Chapecó há três anos tem o Hospital Materno-Infantil e não o inaugura. Isso é um crime, é um escândalo na área da Saúde, no oeste de Santa Catarina!

Lá em Chapecó, sendo que poderia desafogar o Hospital Regional, atendendo as mães e as crianças de zero a 12 anos, não o inauguram! Há três anos aquele Hospital Materno-Infantil está pronto!

Então, por isso, deputado padre Pedro Baldissera, essa luta é grande não só no sentido de ver a obra crescendo lá em São Miguel d'Oeste, mas também para colocar médicos especialistas e equipamentos para funcionar e atender bem àquela população do extremo oeste de Santa Catarina.

Por isso tem que ser denunciada essa situação de calamidade pública na Saúde do estado, mas, principalmente, do nosso oeste.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - E é dever do estado o atendimento ao cidadão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Eu não poderia deixar de, nesse momento, registrar a minha preocupação, insatisfação e indignação sobre a nossa situação em nossa região.

Enquanto temos o problema do Hospital Materno-Infantil de Chapecó que não se deu continuidade por questões de ranços políticos, na minha avaliação, há problemas sérios nos bairros da cidade de Chapecó porque no município não há um hospital municipal. Então, toda a população cai no Hospital Regional de Chapecó.

Então, além de não se ter um serviço bem prestado nos bairros - foram desmontados muitos serviços que havia no nosso governo passado -, não dão continuidade ao Hospital Materno-Infantil, que poderia tirar uma parte da população, das crianças, principalmente, do Hospital Regional. E agora há mais esse problema do fechamento dos tratamentos de alta complexidade.

De fato a situação está muito crítica, e todo este Parlamento precisa cobrar uma responsabilidade com o povo do oeste, pela distância que as pessoas vivem. Eu conheço pessoas que quase vêm morar praticamente em Florianópolis para fazer tratamentos intensivos. Elas têm que vir morar para cá, porque, às vezes, é um tratamento de um ou dois anos, que não pode ser feito lá. Inclusive, isso vem incentivando as pessoas a vir morar em Florianópolis e abandonar a região, o que para nós é muito prejudicial, porque ela vem perdendo muita população. Portanto, além do debate da questão da Educação, que possivelmente teremos a nossa universidade, o problema da Saúde é gravíssimo na região.

Então, parabenizo os deputados Joares Ponticelli e Pedro Baldissera, que trouxeram este assunto à tribuna.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Mas eu gostaria também de aproveitar os três minutos que me restam para fazer um contraponto com relação ao Iprev, porque um projeto de lei que não tem permitido ao servidor público o debate amplo e um projeto que diz respeito à vida dos servidores públicos, é um equívoco.

Nós levantamos vários questionamentos desde a criação dos dois fundos, o fundo financeiro e o fundo previdenciário. Por enquanto, eu não ouvi nenhuma justificativa, nenhuma explicação que diga respeito à questão da assistência do servidor público do estado de Santa Catarina. Como é que fica a questão da saúde? Hoje o servidor contribui com 8% para ambos os fundos e com mais 11% para a previdência. E como fica a questão da assistência dos servidores públicos de Santa Catarina? Será que de repente, daqui a quatro ou cinco meses, os servidores não serão convidados a contribuir para a assistência? É preciso que fiquemos atentos a essa questão.

Srs. deputados, outra questão aqui levantada, além dos dois fundos, foi sobre o déficit que hoje o estado tem com a folha de pagamento, com os nossos inativos, em torno de R$ 80 milhões. O governo tem que dizer quais são as ações concretas e práticas para zerar o déficit financeiro. Isso tem que ficar claramente dito no projeto do Iprev. Tem que se dizer! Não adianta criarmos fundos e mais fundos se o déficit financeiro permanecer ou aumentar. É preciso zerar, e para isso precisamos de atitudes, de ações por parte do governo para que realmente possamos zerar os R$ 80 milhões mensais de déficit; caso contrário, o fundo se tornará inviável e insustentável. Anualmente, dá em torno de R$ 1 milhão o déficit financeiro.

Agora, além de tudo isso, estamos preocupados também com a gestão do fundo que o governo implementa: quem é que vai gerir o fundo, quais são os recursos mandados para a gestão desse fundo, qual a participação efetiva por parte do servidor público efetivo do estado de Santa Catarina com relação ao Conselho?

Enfim, acho que temos vários questionamentos e várias dúvidas que precisamos, juntamente aos servidores públicos, ter clareza para que possamos dar um passo seguro e firme.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, acompanhou a nossa sessão na tarde de hoje o vereador José João Vieira, do município de São José. Também tivemos a satisfação da companhia do nosso vereador Alsone Brito, de Imbuia, bem como do diretor da SDR de Ituporanga, sr. Vanderlei da Silva. Ainda tivemos a presença do Jaime da Silva e do Cleiton Ailles, do PSDB, que vieram nos fazer uma visita aqui nesta Assembléia e certamente serão candidatos a vereador naquele município.

Por último, quero destacar que o governo do estado encaminhou para esta Casa um projeto de lei que institui o plano de carreira dos servidores para a agência reguladora dos serviços públicos de Santa Catarina. É importante que votemos esse projeto até porque vai reavivar aquela agência, órgão indispensável para o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita a suspensão da sessão para apresentação da comitiva da Festa do Pinhão.

Breves Comunicações

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença do grupo de mulheres do bairro Monte Castelo, de Tubarão.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se às negociações vitoriosas para impedir a greve dos trabalhadores do terminal graneleiro do porto de São Francisco do Sul; menciona audiência pública sobre segurança pública a realizar-se em Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Parabeniza a intermediação do deputado Nilson Gonçalves na questão da possível greve no terminal graneleiro do porto de São Francisco do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solicita ao governador a abertura de oportunidades para negociação visando ao cumprimento da Lei Complementar n. 254/2003; refere-se à PEC lida no Expediente que trata da majoração do salário de oficiais da Polícia Militar e de delegados.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Justifica sua assinatura para tramitação de PEC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Informa sua participação, em Navegantes, de audiência pública sobre a segurança; pede o cumprimento, pelo governo, da Lei Complementar n. 254/2003.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Expressa a posição da bancada do PT em relação à tramitação de PEC; manifesta-se a favor do cumprimento da Lei Complementar n. 254/2003.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Recusa-se a aprovar qualquer aumento salarial se não for cumprida a Lei Complementar n. 254/2003.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Coloca sua posição quanto à Lei Complementar n. 254/2003 e quanto à PEC de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Expressa seu posicionamento com relação à tramitação de PEC de autoria do deputado Jorginho Mello.

Partidos Políticos

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Refere-se à promessa de construção da sede da Polícia Militar de Seara; comenta a audiência pública, em Seara, sobre a questão dos dejetos de suínos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Parabeniza o deputado Flavio Ragagnin pelo trabalho que vem desenvolvendo no Legislativo catarinense.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Elogia a realização, em Seara, de audiência pública sobre o aproveitamento de dejetos de suínos, comandada pelo deputado Flavio Ragagnin.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta a eleição do ex-bispo Lugo à Presidência do Paraguai; refuta críticas do deputado Marcos Vieira ao governo federal e ressalta as conquistas do governo Lula.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Ressalta a instalação do primeiro gabinete executivo do MDB há 42 anos.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pede apoio ao Hospital e Maternidade Dom Joaquim, de Brusque; propugna pela extensão do Fundo Social para a área da saúde.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reforça o convite para o 12º Encontro dos Legislativos Estaduais, em Fortaleza; faz relatório resumido da audiência pública que tratou da dengue no estado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Esclarece sua posição quanto à PEC de autoria do deputado Jorginho Mello; elogia o deputado federal Paulo Bauer como o melhor secretário da Educação que o estado já teve.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Desculpa-se com o deputado Nilson Gonçalves e afirma que encaminhará seu pronunciamento à Aprasc.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesta-se sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0050/2008, que trata do Iprev.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Ressalta Reporta a sua posição favorável à criação do Iprev.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Saúda o prefeito Leoberto Weinert, de Canoinhas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Aborda o empenho do governo do estado para a resolução do problema dos dejetos de suínos no oeste catarinense; comunica a entrega, pela Epagri, do Prêmio Frederico Menezes Veiga.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Pena Branca, Rivonei Castelito de Moraes, Pedro Ademir do Prado e do assessor jurídico Anísio.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao bom trabalho do secretário Paulo Bauer; elogia a excelência do ensino público de Joinville; anuncia a instalação da GM em Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Expressa sua concordância com as colocações do deputado Darci de Matos a respeito de Joinville.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Anísio Testoni, de Indaial, do secretário Miro, do PMDB, e de Roberto Mathiuss, assessor do gabinete.

Ordem do Dia

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de sua autoria, que proíbe a colocação de *piercing* e a realização de dermopigmentação (tatuagens) em menores de 16 anos e em maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do parecer ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Esclarece o mérito do PLn. 0004/2008, de sua autoria.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Coloca sua posição quanto ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Enfatiza a posição da comissão de Constituição e Justiça quanto à constitucionalidades das proposições de origem parlamentar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Procede à declaração de voto referente ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Procede à declaração de voto referente ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Procede à declaração de voto referente ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Procede à declaração de voto referente ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Libera a bancada do PMDB para votar o parecer da comissão de Constituição de Justiça ao PL n. 0004/2008, de autoria da deputada Ada de Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Levanta questão de ordem relativa ao PL n. 0004/2008, de sua autoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Pede a retirada do PLC n. 0004/2008, de sua autoria, que altera o § 2º do art. 173 da Lei Complementar n. 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Manifesta-se contrário à retirada da pauta do PLC n. 0004/2008, que altera o § 2º do art. 173 da Lei Complementar n. 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Enfatiza o motivo do pedido de retirada da pauta do PLC n. 0004/2008, de sua autoria, que altera o § 2º do art. 173 da Lei Complementar n. 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Faz declaração de voto quanto ao requerimento de sua autoria, que solicita o envio de mensagem ao Deinfra, pedindo urgência na construção de uma rotatória na BR-282, no trecho que cruza a rua Don Fernando de Trejo, em São Francisco do Sul.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Homenageia o deputado Flavio Ragagnin, que se está despedindo da Alesc.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discorre sobre os valores da democracia.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Elogia o deputado Professor Grando.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença da prefeita Sandra Regina Eccel Rachadel, de Nova Trento, do secretário de Desenvolvimento Regional de Brusque, Jair Sebastião de Amorim, e do diretor Evandro Flora.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Tece comentários sobre o projeto que trata do Iprev.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica o projeto do Iprev e a falta de discussão com os servidores públicos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cumprimenta o deputado Flavio Ragagnin pela passagem na Alesc; discorre sobre roteiro que fará em várias regiões do estado; elogia a administração de João Paulo Kleinübing, em Blumenau.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta a CUT pela 12ª Plenária Estadual; apresenta quatro projetos de lei voltados à produção leiteira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Elogia a participação de Flavio Ragagnin como deputado; sugere que os demais partidos sigam o exemplo do PP dando chance aos suplentes; externa suas preocupações com o projeto que cria o Iprev.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Relembra os 42 anos da história do PMDB.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Exalta as conquistas do MDB; registra a presença de várias personaliodades.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Concorda com a importância do PMDB na reconquista da democracia no país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Concedo de imediato a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI- Sr. presidente, conforme acordo de lideranças, como fazemos todos os anos, eu solicito a v.exa. a suspensão das atividades por dez minutos, para que o prefeito Renato Nunes de Oliveira, com toda a equipe organizadora da 20ª Festa do Pinhão, inclusive a rainha e as princesas da festa, possa adentrar a este plenário para convidar a sociedade catarinense a participar dessa grande festa de Santa Catarina, a partir de 15 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência suspende a sessão, por até dez minutos, para que possamos receber o prefeito de Lages, bem como a rainha e as princesas da Festa do Pinhão.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Presidência dá por recebido e deferido o requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves que, fundamentado no § 2º do art. 100, solicita prioridade para uso da palavra na tribuna desta Casa, no horário de Breves Comunicações.

Tem a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos, na forma do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Enquanto o deputado Nilson Gonçalves se dirige à tribuna, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, sr. presidente Julio Garcia.

Queridos deputados, deputadas, gostaria de cumprimentar todos os amigos que estão presentes, neste momento, aqui na Assembléia Legislativa e registrar a presença do grupo de mulheres do município de Tubarão, do bairro Monte Castelo, que está aqui conosco.

Sejam bem-vindas, é uma satisfação a sua presença. Um abraço e fiquem com Deus!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que se encontram neste recinto, especialmente os policiais da Aprasc, pessoal que acompanha a sessão pela TVAL.

Quero, em primeiro lugar, registrar que recebi, de uma comissão da Aprasc, os termos de uma reivindicação que os policiais estão fazendo em cima da Lei Complementar n. 254/2003. Entendo que a reivindicação é justa e é democrática a forma de manifestação dos srs. policiais, pois se trata, vamos dizer assim, de um verdadeiro exercício da democracia, um protesto ordeiro, no momento em que tomam todas as dependências da Casa.

Quero aproveitar este espaço, sr. presidente, para fazer menção a uma possível greve que iria acontecer no terminal graneleiro da Cidasc, no porto de São Francisco do Sul, onde as negociações haviam sido encerradas com o governo do estado, com a direção da Cidasc e não havia mais possibilidade de diálogo. Aqueles trabalhadores, em assembléia, decidiram por uma greve geral naquele terminal graneleiro, greve que, com certeza absoluta, redundaria num prejuízo fenomenal ao porto de São Francisco do Sul e, por conseqüência, a todas as pessoas envolvidas no processo.

Em uma última tentativa, aqueles trabalhadores me visitaram, um dia antes de ser determinada a greve que estava prevista para o dia seguinte, a fim de abrir um canal de negociação. Conversamos com o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, que imediatamente conversou com o presidente da Cidasc. Mesmo assim, depois de algumas conversas a possibilidade de greve continuou, já que a inflexibilidade em relação às reivindicações dos trabalhadores daquele terminal graneleiro continuava.

Como uma última tentativa, procuramos, juntamente com o secretário de Articulação, Ivo Carminati, resolver a situação. E faço questão de ressaltar aqui a maneira cavalheiresca com que fomos recebidos, a sensibilidade daquele secretário em relação ao episódio, já que, imediatamente, fez contato com os demais segmentos interessados, provocou uma reunião, uma reabertura de negociação com a Cidasc e a secretaria de Agricultura. Houve uma reunião, não houve entendimento porque o governo cedeu numa parte e queria que os trabalhadores cedessem em outra; instalou-se o impasse e novamente o problema voltou às mãos deste deputado.

Entramos novamente em contato com o secretário Ivo Carminati, que prontamente se dispôs a receber novamente a comissão de trabalhadores da Cidasc. Depois de muita conversa, muita negociação, bom-senso e discernimento por parte, principalmente, do secretário Ivo Carminati, acabamos tendo a alegria de ver o consenso falando mais alto, o bom-senso falando mais alto e a greve, que estava na iminência de acontecer, pois faltavam apenas três horas para que ela começasse, ser desarticulada.

Sr. presidente, nós tivemos a alegria de ver a satisfação estampada no semblante de todos os trabalhadores do terminal graneleiro de São Francisco do Sul, por terem suas reivindicações, mais do que justas, atendidas para que possam voltar a trabalhar tranquilamente naquele porto.

Muita gente nem conhecimento tomou, nem ficou sabendo que estava na iminência de acontecer uma greve, greve essa que traria prejuízo de milhões de reais aos armadores, às pessoas de empresas, ao porto de São Francisco, enfim, a todos.

Portanto, quero enaltecer desta tribuna o secretário Ivo Carminati por seu grande espírito de articulação, de entendimento, pelo menos neste episódio foi de uma grandeza estupenda. Assim, eu tenho que lhe agradecer publicamente pela boa vontade, no sentido de fazer com que acontecesse aquele entendimento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Nilson Gonçalves, eu também tenho que fazer aqui um elogio a v.exa., que foi o intermediário entre os trabalhadores e o governo. Eu sei também que a sensibilidade, como v.exa. falou, do próprio secretário do Executivo foi interessante.

Mas parabéns aos trabalhadores que buscaram na sua pessoa, no seu mandato, essa ponte de ligação. Por exemplo, eu, que sou daquela região, não sabia que estava havendo toda essa movimentação, fiquei sabendo agora. Então, parabéns a v.exa., que soube fazer de uma forma silenciosa todo esse trabalho, exatamente para fazer com que os trabalhadores pudessem receber os seus benefícios e o porto de São Francisco não viesse a acarretar prejuízos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Hoje, em Joinville, nós teremos, com a iniciativa da Câmara de Vereadores, mais uma audiência pública sobre segurança pública no município.

Em Joinville, de vez em quando um segmento resolve fazer uma reunião, de tantas que acontecem, sobre segurança pública. Eu sugeri a todos as pessoas envolvidas no processo que seria bom termos um representante de cada um dos segmentos, incluindo a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, as Polícias Civil e Militar, os Consegs, as associações, e mantermos uma comissão permanente sobre segurança pública, que deveria reunir-se a cada 30 dias.

Faríamos as reivindicações, os levantamentos de tudo que Joinville precisaria, incluindo essas que os próprios militares, no dia de hoje, estão fazendo valer no seu desejo de que o projeto aqui aprovado torne-se uma realidade, e a cada mês reunir-nos-íamos para ver o que foi atendido e o que precisaria ainda ser atendido, a fim de voltarmos novamente à carga junto ao governo e aos setores interessados.

Essa seria efetivamente uma forma objetiva de resolver o problema, mas isso não aconteceu. O que está acontecendo é que a Câmara de Vereadores pede uma reunião e acontece a reunião. Daqui a pouco o CDL ou outro segmento organizado de Joinville pede que seja realizada outra reunião e ela é realizada. E assim nós vamos ter reuniões consecutivamente, sem chegar efetivamente ao objetivo que todos querem, que é a melhoria da segurança pública de Joinville e também de Santa Catarina, evidentemente.

Não posso alongar-me mais, mas fica aqui...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito, tendo trocado a sua inscrição com a deputada Odete de Jesus, é o deputado Sargento Amauri Soares.

No horário dos Partidos Políticos, o primeiro horário é fruto também de inversão do PP e depois teremos o PT. E em Explicação Pessoal a primeira oradora inscrita será a deputada Odete de Jesus.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de todas as regiões do estado aqui presentes, na tarde de hoje, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Quero, inicialmente, agradecer à deputada Odete de Jesus pela gentileza ao trocar o horário com este parlamentar, no sentido de permitir a minha fala agora, antes do horário dos Partidos Políticos e da Ordem do Dia, porque muito dos nossos companheiros estão aqui desde ontem à tarde, fora de casa, sem dormir e voltarão para casa hoje ainda, para trabalhar amanhã de manhã. Então, quero agradecer à deputada Odete de Jesus por essa gentileza.

Esses companheiros que estão aqui, srs. deputados e sras. deputadas, são policiais e bombeiros militares da ativa e da reserva, que trabalharam durante 30 anos para a segurança da população, sendo que a maioria deles continua trabalhando ainda e vai trabalhar mais longos anos.

Srs. deputados, eles vieram de todas as regiões do estado de Santa Catarina, desde o extremo oeste, da divisa com a Argentina, no município de Tunápolis, Belmonte e toda aquela região. Nós temos praças, hoje, na Assembléia Legislativa da região oeste - Chapecó; do meio-oeste - Campos Novos e Joaçaba; da região do planalto serrano; do alto vale do Itajaí; do vale do Itajaí; da foz do rio Itajaí-Açu; do norte do estado de Santa Catarina - Joinville e Jaraguá do Sul; do planalto norte - Mafra e região; do sul do estado - Tubarão, Laguna e, inclusive, de Armazém; do extremo sul do estado - Criciúma, Araranguá e outras cidades. Ou seja, praças de todo o nosso estado estão aqui e sabem muito bem o que estamos manifestando e defendendo.

Viemos aqui muito tranquilamente, fizemos uma assembléia na manhã de hoje, na praça Tancredo Neves, fizemos uma pequena caminhada no entorno da praça, no centro da nossa cidade capital e almoçamos aqui no *hall* da Assembléia Legislativa, deixando todo o ambiente devidamente organizado, limpo, como é a praxe dos nossos companheiros, desde o dia em que nos tornamos servidores públicos estaduais do estado de Santa Catarina para fazer a segurança da população. É uma tarefa árdua, mais árdua do que se possa imaginar para quem nunca precisou fazê-la e para quem nunca precisou trabalhar 12 horas, 24 horas ou mesmo duas horas de pé, numa determinada rua, sob chuva, sob sol, atendendo acidentes e determinados delitos, seja no combate ao incêndio, no salvamento de vidas ou no combate à criminalidade.

Todas as vezes em que o policial vai trabalhar, vai atender uma ocorrência, um sinistro e alguma coisa dá errado, ele responde a um processo, invariavelmente, conforme manda a nossa lei. E isso é correto, porque a sociedade tem que saber o que aconteceu, do que se tratou e o que houve em um determinado fato. No serviço público isso tem que acontecer de forma cristalina.

Mas quero falar antes, srs. deputados e sras. deputadas, de uma surpresa que tive tão logo entrei, na tarde de hoje, neste plenário. No primeiro item do Expediente constava a entrada e a tramitação neste Poder Legislativo da PEC - Proposta de Emenda Constitucional - n. 0001/2008, que altera o parágrafo 3º do art. 31 e acresce o parágrafo 4º ao art. 106 da Constituição de Santa Catarina.

Foi assinada pelo deputado Jorginho Mello, mas tem a assinatura também de vários srs. deputados de todos os partidos.

Essa PEC trata também da remuneração na Segurança Pública, dos militares estaduais e das autoridades da Polícia Civil, que são os delegados. Estou supondo que trata dos policiais e bombeiros militares, das autoridades policiais e bombeiros militares, que são os srs. oficiais.

Mas quero dizer de antemão aos srs. deputados aqui presentes que me surpreende negativamente o fato de ver a assinatura de vários deputados numa proposta que trata de segurança pública e de remuneração de servidores da Segurança Pública. E este parlamentar ficou sabendo deste assunto hoje! Nós percebemos e acompanhamos a movimentação de interessados aqui pelos corredores. Eu esperava que alguém viesse dizer-nos e perguntar do assunto. Se não falaram conosco, devo concluir, por óbvio, que nós, praças, estamos excluídos dessa proposta de emenda constitucional; devo concluir, por óbvio, que há alguma pegadinha. E se é o que estamos pensando, que ouvimos do vento nos corredores desta Assembléia e nos corredores da caserna, é uma proposta que tenta majorar o salário de oficiais e de delegados, tirando-os da base de remuneração do Poder Executivo, cujo teto é de R$ 10 mil, colocando-os no teto do Poder Judiciário, que é de R$ 22 mil, sendo que 75% disso seriam R$ 17 mil e alguma coisa.

(Manifestações das galerias)

Pois se é isso que o vento me diz que é, e vamos estudar ainda hoje isso aqui, um deputado da Segurança Pública pega a matéria, assinada por vários deputados, e depois de acabar o expediente, porque trabalha até as 18h neste plenário, vai estudar do que trata essa emenda constitucional.

Estou procurando manter toda a calma e peço calma a todos. Se for isso, e tudo indica que é, é preciso que fique registrado, com a presença de praças do estado inteiro de Santa Catarina, que a nossa posição é contrária a qualquer discriminação no âmbito da Segurança Pública, e essa história não pode continuar!

(Manifestações das galerias)

Nós viemos para cá, na manhã de hoje, e temos conversado com autoridades do Poder Executivo, da instituição Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com toda tranqüilidade, para fazer uma manifestação pacífica, ordeira, para dizer que nós queremos restabelecer o diálogo com o governo do estado.

Eu quero gastar este tempo que me resta para dizer qual é a reivindicação. É uma reivindicação sempre pacífica, ordeira, disciplinada, paciente, mas a paciência que agüenta o nosso fígado, a nossa vontade e a nossa capacidade de organização. A Lei n. 254, que tem quatro anos, foi cumprida apenas pela metade, mas precisa ser cumprida integralmente.

Não falta tanto tempo para terminar a Lei n. 254 e por isso talvez andem dizendo por aí, para o governador, que ela é inviável. Faltam R$ 500,00 para cada servidor da Segurança Pública, não vai deixar nenhum policial rico e nem vai quebrar o estado. Estão dizendo que ela é inviável porque querem deixar-nos com esse teto, querem deixar-nos na miséria e querem elevar o teto deles lá para cima.

Por isso é inviável, porque a Lei n. 254 coloca elementos que impedem o acréscimo de salário de quem está apenas na cúpula. Nós queremos que seja cumprida a Lei n. 254. Primeiro, que ela seja paga integralmente. Quando terminarem de pagá-la totalmente, aí se fará justiça salarial com a Segurança Pública. Daí nós poderemos discutir qualquer outra proposta. Antes disso não temos nenhuma outra proposta para discutir em termos de salário.

Eu sei, deputado Manoel Mota, que o governador não quis assinar essa proposta dos oficiais e aí conseguiram uma emenda constitucional na Assembléia, para nossa decepção.

Precisamos fazer andar o plano de carreira, os cursos que estão parados; há vaga sobrando de sargentos e cabos; soldados e cabos estão há mais de 20 anos na mesma graduação.

O compromisso do governo é para mudar essa realidade. Há lei nesse sentido, há possibilidade financeira nesse sentido. Para muitas coisas até se gasta pouco dinheiro, como para a Lei n. 254, que representa um gasto muito pequeno, considerando o que se gasta por aí com incentivo fiscal em nosso estado.

Companheiros, a nossa luta vai continuar e nós vamos conseguir toda a justiça.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só para efeito de esclarecimento, com relação àquilo que o deputado Sargento Amauri Soares falou, ou seja, sobre a PEC, que continha diversas assinaturas de deputados, inclusive a minha, o pedido que foi feito a mim e também aos demais deputados é que assinássemos para possibilitar a discussão desse projeto no plenário. Não para aprovar e sim para discutir. É uma coisa muito diferente de aprovar. Discutir é uma coisa, aprovar é outra.

As pessoas que assinaram não quer dizer que aprovarão o projeto. Assinaram para possibilitar a discussão. É apenas e tão-somente isso.

(Manifestações das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria de dizer que ouvi atentamente o discurso do deputado Nilson Gonçalves, da tribuna desta Casa, sobre uma audiência pública que vai ocorrer na cidade de Joinville. E eu, depois da sessão ordinária, vou participar de uma audiência pública no município de Navegantes para discutir a questão da segurança.

Srs. deputados, eu não poderia ficar calada diante de tamanha manifestação da Aprasc, dos servidores da Segurança Pública que estão lotando o plenário, na data de hoje, para reivindicar o cumprimento de uma lei que foi aprovada nesta Casa e também para garantir o cumprimento da palavra do governador que foi dada aqui na frente, na praça dos Três Poderes. Mas além de estarmos discutindo com a população a questão da segurança pública, temos o princípio de que devam ser honradas as leis votadas nesta Casa e a palavra do sr. governador do estado.

(Manifestações das galerias)

Então, temos que garantir aqui o pagamento imediato da Lei n. 254, pois nada é mais justo do isso que esses servidores estão reivindicando, porque foi aprovado por esta Casa, foi sancionado pelo governador e temos que começar a fazer justiça pagando esses servidores que fazem muito bem para o estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero falar também em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e manifestar nossa solidariedade a essa luta dos servidores da Segurança Pública no estado de Santa Catarina.

O deputado Sargento Amauri Soares comentou da tribuna sobre uma proposta que poderá vir a tramitar nesta Casa acerca do mérito de um projeto. Como é o ritual? Não há nenhuma votação até agora. As assinaturas dos deputados são para termos o quórum suficiente para colocarmos em tramitação os projetos nesta Casa. Quanto ao mérito, se alguém quiser saber, já falei para o próprio autor que sou contra.

Então, só para saberem o nosso ritual no processo, quero dizer que os deputados da nossa bancada assinam como nós, como qualquer deputado aqui, para que se dê início à tramitação da proposição. Ninguém discutiu o mérito. A nossa bancada vai ter uma posição clara e pública. Todos saberão a nossa posição.

Então, só para esclarecer, porque senão haverá desonestidade aqui, nesta tarde.

Quanto à Lei n. 254, o que há é uma afronta. Há lei, há orçamento, há receita e temos que garantir esse direito para os servidores da Segurança Pública.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, cinco anos atrás as galerias estavam lotadas como hoje no dia da votação da Lei n. 254 e eu fui incompreendido por alguns, quando disse: "Tomara que esse aumento não seja um cheque sem fundos e um aumento virtual."

Lembro-me de que o líder do PMDB, na seqüência, escorraçou-me e disse: "Vão para a casa que o dinheiro está na conta".

E cinco anos se passaram.

Eu não votarei, sr. presidente, nenhum projeto de aumento sem que seja honrada a Lei n. 254, porque há dinheiro!

(Manifestações das galerias)

E, o que é mais importante, foi condicionado à época ao aumento da receita. A receita naquele tempo era de R$ 350 milhões e hoje está em R$ 900 milhões. Não pagam porque não há vontade política e há a estrutura das Regionais para manter.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente e srs. deputados, eu estava falando com o deputado Sargento Amauri Soares. Essa PEC que deu entrada e que vai começar a tramitar é de minha autoria e foi assinada por diversos srs. deputados para preencher os requisitos formais. Eu disse ao deputado Sargento Amauri Soares - ele sabe disso - e quero dizer a todas as pessoas que estão aqui, que eu nunca fui um homem de meias palavras, sempre assumo aquilo que faço. Acho justo isso.

Agora, sempre estive do lado dele na questão da Lei n. 254, mas não sou eu que pago, não sou eu que vou viabilizar o seu cumprimento; eu a aprovei aqui, assim como os srs. deputados aprovaram e por isso quero que seja honrada.

Agora, essa PEC vai tramitar e vai votar a favor dela o deputado que quiser. Não tenham dúvida disso. Então, que não fiquem meias palavras, que existe uma PEC, que estão colhendo assinaturas. Eu pedi a assinatura dos meus colegas porque...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. pode concluir, deputado.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Muito obrigado! Era isso que eu queria informar, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, praças aqui presentes, o meu pronunciamento foi em cima daquilo que eu tinha em mãos às 14h10min, em cima do que eu consegui analisar. Não há, da nossa parte, a intenção de fazer intrigas ou de colocar qualquer pessoa ou qualquer entidade contra qualquer parlamentar desta Casa. Da minha parte não haverá nenhuma medida no sentido de tornar público qualquer assunto aqui apresentado. É evidente que a Aprasc é uma entidade autônoma, que define por si só, independentementeda minha vontade, mas pediria aos companheiros para pararmos e analisarmos o conteúdo para discutir, em seguida, com todos os deputados essa questão. Dependendo do conteúdo, seremos a favor se estivermos incluídos, mas vamos analisar com calma o conteúdo da PEC. Vamos conversar com os deputados de todas as bancadas, com os que assinaram e com os que não assinaram e vamos debater o assunto. Se for bom para todos, se pudermos, estaremos de acordo, caso contrário não, mas vamos fazer esse trabalho cívico de ouvir, de debater com todos os deputados desta Casa esse projeto. Com todos os deputados, porque os praças são de todos os partidos e, portanto, não há nenhum motivo para dizer que é do Soares ou que não é do Soares. Hoje há praças de todos os partidos aqui no plenário, então precisamos trabalhar juntos.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Flavio Ragagnin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, catarinenses, nós queremos aproveitar o momento para saudar a Aprasc, salientando a presença do Arno e do Roberto, de Seara, que estão prestigiando esse encontro e sabem perfeitamente da nossa posição. Saliento, inclusive, o pedido que foi feito por este deputado, juntamente com o deputado Sargento Amauri Soares, da construção da sede da Polícia Militar de Seara, que está numa situação precária. E recebemos a informação do secretário Ronaldo Benedet de que será prioridade.

Mas também venho hoje à tribuna para que se comente a audiência pública que realizamos em Seara, na última semana. Lá estiveram representantes da Eletrosul; o coordenador do Projeto Alto Uruguai, Jorge Luiz Alves; o capitão Vitório Radichewsk, chefe da Inteligência da Polícia Ambiental; o sr. Élcio Figueiredo, gerente-geral da Embrapa de Concórdia; o sr. Henrique Morigutti, representando a Fatma; o sr. Lido Borsuk, representante da bancada do PT (e agradeço ao deputado líder do PT por havê-lo encaminhado àquela audiência); e o dr. Ari Neumann, da secretaria de Agricultura do estado.

Eu quero agradecer a esta Casa pela deferência de haver deslocado toda a equipe da Assembléia Legislativa para fazer o acompanhamento daquela audiência pública.

De qualquer forma, houve avanços na busca de soluções na questão dos dejetos de suínos, na busca de soluções para que o nosso agricultor possa produzir, uma vez que, repito, o produtor de suínos do oeste de Santa Catarina - e não só do oeste, mas do estado todo - está encontrando dificuldades, porque está sendo espremido por uma legislação ambiental e não pode facilitar. Mas também é cumpridor da lei e acho que precisamos, acima de tudo, preservar o meio ambiente e seguir o caminho correto de produção.

Lá nós ouvimos atentamente todas as manifestações, principalmente a Embrapa, que apresentou projetos viáveis para a solução dos dejetos de suínos, para que, ao invés de se tornarem um estorvo na propriedade, possam traduzir-se em riqueza, em mais uma fonte de renda para o nosso pequeno agricultor. Lá nós tivemos informações de que a cama sobreposta seria a melhor solução e a mais barata.

Contudo, nós sentimos falta de órgãos estaduais importantes que deveriam estar presentes para nos auxiliar ou para nos dizer alguma coisa, como é o caso da Epagri, que não se fez representar. Não esteve presente nem a Epagri de Seara, e isso, de qualquer forma, preocupou-nos!

A Celesc, na questão da produção de energia elétrica por intermédio dos dejetos de suínos, também não esteve presente, o que nos preocupou, pois demonstrou a falta de atenção com aquela audiência pública. O deputado Moacir Sopelsa sabe muito bem da preocupação que existe no alto Uruguai quanto à produção de suínos.

Se formos espremidos mais um pouco na questão da produção de suínos, de aves e de leite, quero que apontem caminhos para o desenvolvimento do oeste de Santa Catarina! Quero que alguém aponte o caminho que vamos seguir, se não recebermos atenção por parte dos órgãos estaduais e do governo federal, principalmente do governo estadual, porque é aqui que produzimos, este é o nosso estado, e isso nos preocupa.

Quero deixar aqui esse alerta, porque o meu tempo é curto, tanto agora, no horário do nosso partido, como na minha passagem pela Assembléia Legislativa, mas deixo registrada aqui a minha preocupação com o oeste de Santa Catarina e com a produção de suínos.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Flavio Ragagnin, eu apenas quero cumprimentar v.exa. pelo trabalho desenvolvido junto a este Parlamento e ao estado de Santa Catarina. São assuntos muito relevantes e em tão poucos dias v.exa. pôde prestar esse serviço que é importante não só para o oeste de Santa Catarina, como também para todo o nosso estado.

Parabéns pela sua atitude, deputado Flavio Ragagnin.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Flavio Ragagnin, quero cumprimentá-lo pela audiência pública que realizou em sua cidade, a cidade de Seara, sobre biogás, biodigestor e geração de energia elétrica como mais uma alternativa de renda para os nossos agricultores. É preciso fazer desse limão uma limonada. Ou seja, os dejetos virarem renda para o agricultor. Não é só resposta ambiental, mas resposta econômica.

Por isso, todo esse debate acerca do futuro do oeste de Santa Catarina, do futuro do processo produtivo e econômico e ambiental tem que andar junto para se pensar numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Obrigado deputado Pedro Uczai.

Faço um apelo aos deputados estaduais de todos os partidos para que olhem com muito carinho esse assunto. Pode até ser que muitos deputados não conheçam realmente a nossa realidade por serem de outras regiões, mas a agricultura é parte fundamental do desenvolvimento no estado de Santa Catarina.

Faço esse alerta, fico feliz por ter a oportunidade de levar avante essas propostas, mas, por outro lado, também saio daqui bastante angustiado. Espero que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria de cumprimentar os telespectadores da TVAL e os amigos da Aprasc que estavam presentes.

Ontem, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, através de um requerimento do deputado Pedro Baldissera, foi encaminhada uma moção parabenizando o futuro presidente do Paraguai. Mais um governo de cunho social na América Latina, com a eleição do ex-bispo Lugo, mostrando que este continente está mudando o seu contexto político. Queiram ou não é o triunfo do povo, tirando do poder, depois de 60 anos, o Partido Colorado, que representava, mesmo com candidatos de perfil democrático, o histórico da ditadura paraguaia.

Parabéns ao futuro presidente, que legitimamente está pondo na pauta do seu debate a discussão do quanto é pago pela energia elétrica de Itaipu, o que consideramos legítimo. Com certeza o nosso presidente Lula saberá colocar esse item na mesa de debate, assim como fez com a Bolívia. Inclusive, nesta Casa muitos contestaram o nosso presidente, dizendo que deveria adotar medidas mais contundentes. Porém, com postura democrática clara, o real preço do gás boliviano foi reconhecido. O preço não aumentou no Brasil e a América Latina manteve o seu equilíbrio com a postura do nosso presidente da República.

Ontem, nesta Casa, deputado Pedro Uczai, v.exa. que é líder da nossa bancada, o deputado Marcos Vieira, do PSDB, resolveu pontuar algumas questões do nosso governo, preocupado com o aumento do preço da alimentação e com as taxas de juros que o país tem, que imagina no momento serem escorchantes, rapidamente esquecendo como foi no passado. E trouxe para esta Casa o debate que faz o governo americano e alguns países da Europa, quando afirmam que o biocombustível é a causa do aumento do preço dos alimentos.

Mas a verdade, srs. parlamentares, é que em momento algum se coloca que nesses países o subsídio agrícola é que impede que os nossos países tenham competitividade para exportar; em nenhum momento, ao elencar o aumento do preço dos alimentos, foi dito que esse aumento propicia ganhos ao agricultor; em momento algum se valoriza o incremento da renda do trabalhador brasileiro; em momento algum se argumentou que o Brasil, hoje, senta na Rodada de Doha como um país igual e discute o seu papel na economia mundial, relativamente à exportação e à importação; em momento algum aqui se falou que o barril de petróleo chegou a quase US$ 123.00, o que, se não me engano, é o maior aumento na história do petróleo no mundo. Entretanto, no Brasil o combustível continua com o mesmo preço. Em 2002 um salário mínimo comprava um pouco mais de 200 litros de combustível, hoje compra mais de 400 litros, o que mostra a diferença nítida entre o nosso governo e os que por lá passaram, considerando-se o estado em que deixaram o país.

Se o Brasil hoje tem autonomia tecnológica para o biocombustível, energia limpa, fazendo o seqüestro do carbono, diminuindo o aquecimento global, na ótica da discussão energética mundial parece que o Brasil não pode mais fazê-lo. Nós temos terras suficientes para produzir alimentos e para continuar sendo um dos principais países exportadores de alimentos para o mundo. Os países que hoje estão reclamando, em nenhum momento da sua história questionaram a fome na África, a fome nos países asiáticos; fomentaram a guerra e não a paz. Muito diferente do papel que hoje tem o Brasil com o nosso governo Lula.

Portanto, com muita tranqüilidade, como deputado do Partido dos Trabalhadores, fazemos questionamentos, sim, mas a taxa de juros hoje é menos da metade do que era quando assumimos este país! E isso sem falarmos da geração de empregos, sem falarmos do otimismo que o brasileiro tem hoje com a nossa economia. E uma prova disso é que o presidente Lula não tem alto índice de aprovação apenas no Brasil, pois é o sexto presidente mais aprovado da história do país na América Latina, sem considerar a diferença dos meios de comunicação de países que não fazem questionamentos como são feitos aqui.

É por isso que entendemos por que a Oposição vive pautando a ministra Dilma Rousseff quase todos os dias no Congresso. E quero aqui dizer uma coisa com muita tranqüilidade: a ministra Dilma não tem medo de ir ao Congresso enfrentar os problemas ou enfrentar os questionamentos que querem fazer, apenas de não ser responsável. Hoje temos um país com um novo viés de desenvolvimento econômico e industrial graças às obras do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, que tem a ministra Dilma Rousseff como grande coordenadora. Por isso, a partir de hoje, ao invés de dizer: "PT saudações", vou dizer: "PAC saudações."

E ainda bem que temos uma ministra como Dilma Rousseff, que tem, com muita serenidade e seriedade, como grande gestora, imprimido um perfil de desenvolvimento diferenciado no Brasil, demonstrando o quanto o país tem caminhado.

Estamos aqui para defender as nossas políticas e principalmente para, cada vez que falarem do nosso governo sem reconhecer as suas conquistas, a cada defeito que mostrarem, elencar 20 virtudes, mostrando a diferença do Brasil de hoje com o país que assumimos em 2002.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar aqui que há 42 anos, no dia 23 de abril, neste mesmo plenário, instalava-se o primeiro gabinete executivo do MDB. Gostaria de dizer que continuamos na luta até agora, hoje com o PMDB, após 42 anos de grandes conquistas e grandes lutas. E a principal delas foi o restabelecimento da democracia.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, sras. deputadas e srs. deputados, venho hoje aqui fazer uma solicitação ao nosso secretário de estado da Saúde, Dado Cherem, e à diretora Carmem Zanoto com relação a um hospital que atende pelo SUS, no município de Brusque, e que vem sofrendo há praticamente um ano: o Hospital e Maternidade Dom Joaquim.

Trata-se de um hospital que tem a sua estrutura enxuta, com uma administração hospitalar exemplar. Mas como 94% dos seus atendimentos, deputado Silvio Dreveck - e v.exa. que já foi secretário da Saúde sabe dos problemas -, são feitos através do SUS, passa dificuldades para conseguir fazer investimentos. Assim, o Hospital e Maternidade Dom Joaquim hoje precisa de investimentos, de ampliação do espaço, bem como do conserto da sua estrutura física. E até apresentou um projeto ao governo do estado, no valor de R$ 1,022 milhão, além de um projeto para a aquisição de equipamentos imobiliários, no valor de R$ 317 mil.

Hoje há em Brusque três hospitais: dois conveniados pelo SUS e um filantrópico. O Hospital Azambuja recebe uma sobrecarga muito grande porque atende todos os pacientes do SUS do vale do rio Tijucas e do vale do rio Itajaí-Mirim. Como a situação financeira do Hospital Azambuja - e nós vimos acompanhando isso há muito tempo - é de grande dificuldade, o Hospital e Maternidade Dom Joaquim vem auxiliando-o no atendimento dos pacientes do SUS.

Desta forma, é fundamental que esses dois projetos apresentados há quase oito meses ao governo do estado sejam aprovados e os recursos financeiros sejam destinados àquele hospital.

Volto a ressaltar aqui a importância do projeto que este deputado apresentou nesta Casa para a extensão do Fundo Social também para a área da saúde. E quero fazer um apelo ao líder do governo e relator também na comissão, deputado Herneus de Nadal, para que estude com carinho e assim possamos, junto ao governo do estado, acrescentar na destinação do Fundo Social também a área da saúde. Com certeza, se tivéssemos o Fundo Social para a saúde não faltariam empresas para cobrir esse R$ 1,3 milhão necessário para o Hospital e Maternidade Dom Joaquim. Assim como não faltam empresas para auxiliar o esporte, a cultura e o turismo na cidade de Brusque, áreas que tiveram um acréscimo muito grande com a criação do Fundo Social, nós precisamos levar esse benefício aos hospitais públicos ou conveniados pelo SUS.

Então, faço um apelo novamente aos srs. deputados, pois a maioria já tem conhecimento do projeto, para levarmos adiante essa discussão e para que os hospitais não tenham de ficar um ou dois anos esperando pelos recursos públicos. Porque, às vezes, apesar dos projetos serem bem feitos, eles não têm o recurso necessário liberado pela secretaria estadual da Saúde.

Portanto, queremos que o Fundo Social seja estendido, pois assim, com certeza, o Hospital e Maternidade Dom Joaquim conseguirá, através dos próprios empresários do bairro Dom Joaquim, levantar esse R$ 1,3 milhão para ampliação, reforma e compra de instrumentais cirúrgicos.

Esta é a solicitação que faço ao líder do governo, ao secretário de estado da Saúde e à diretora Carmen Zanotto: olhar com atenção esses dois projetos do Hospital e Maternidade Dom Joaquim, bem como, deputado Herneus de Nadal, o nosso projeto do Fundo Social para a saúde, para que possamos levar isso adiante e socorrer todos hospitais públicos e conveniados pelo SUS que hoje passam por grandes dificuldades.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a líder do partido, deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente Julio Garcia, nosso amigo, demais deputados integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados e amigos que nos honram com sua presença, quero reforçar o convite que fiz a v.exas. para o 12º Encontro dos Legislativos Estaduais, que ocorrerá no estado do Ceará, em Fortaleza, nos dias 28, 29 e 30 do mês de maio. Esta deputada é integrante da diretoria dessa importante instituição, juntamente com o deputado Joares Ponticelli, que faz parte do conselho fiscal e é um integrante muito ativo. Temos também como nosso suplente o deputado Romildo Titon.

Gostaríamos de reforçar o convite porque teremos a eleição da nova diretoria e queremos que v.exas. participem. A partir do dia 28, pela manhã, teremos a apresentação das credenciais de v.exas., com a presença, deputada Ana Paula Lima, de deputados de todos os estados brasileiros, deputado Reno Caramori - e v.exa. é nosso convidado especial também para participar.

Temos encontrado, é bom ressaltar, junto à nossa Assembléia Legislativa, o apoio do nosso presidente Julio Garcia - possuímos um escritório aqui à nossa disposição.

Então, convido v.exas. a fazerem as suas inscrições já para participarem. Não se esqueçam de estar em dia com a vacina contra a febre amarela. É muito importante que v.exas. se vacinem para não contraírem a doença.

A assessora e secretária da Unale, Sônia Arruda, está visitando os gabinetes e reforçando o convite. Mas gostaria que v.exas. comparecessem num número expressivo, porque a nossa Assembléia Legislativa sempre participou; esta deputada procura sempre ir a todos os congressos - eu já estive em vários estados. Deputada Ada De Luca, tenho certeza de que v.exa. irá conosco, assim como também a deputada Ana Paula Lima. Então, o convite está lançado!

Agora gostaria de falar de um assunto que não pude concluir ontem: a audiência pública que tivemos aqui no dia 10, quinta-feira, às 14h, sobre a dengue. Tivemos muitas explanações e relatos de várias autoridades da Anvisa, da secretaria de estado da Saúde, do Ministério Público, e posso afirmar a v.exas. que o estado de Santa Catarina, deputado Jorginho Mello - e v.exa. é o presidente tão ilustre da comissão de Finanças e Tributação -, graças a Deus, está sob controle. Pelos relatórios que nós temos recebido da secretaria de estado de Saúde, não precisamos ficar tristes, mas tranqüilos porque a secretaria está fazendo um trabalho maravilhoso e está tudo sob controle.

Então, trouxe para v.exas. um relatório bem resumido da última audiência pública que tivemos sobre a dengue.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Por indicação do líder, deputado Marcos Vieira, usará a palavra no horário do partido, por até oito minutos, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, há pouco estávamos com as galerias totalmente tomadas pelo pessoal da Aprasc, diga-se de passagem, numa manifestação extremamente democrática e justa. E eu me sinto mais à vontade para falar agora que eles não estão mais aqui do que se ainda estivessem, porque muita gente iria dizer que eu estava fazendo média com os policiais. Isso não é do meu feitio.

Mas todas as reivindicações desses policiais - e eu as tenho em mãos, inclusive, aqui - são mais do que justas, até porque foi aprovado nesta Casa a Lei n. 254. E o que estão reivindicando nada mais é do que aquilo que foi prometido. Então, nada mais justo.

Não queria - e fiz questão de não falar isso aqui - falar quando a platéia estava tomada, a fim de que as pessoas que nos cercam não falassem que o deputado Nilson Gonçalves agora quer fazer uma média com o pessoal. Em absoluto! Os srs. deputados sabem da minha preocupação e da minha vontade de ver essa reivindicação atendida, todos que me conhecem sabem disso. E muitos sabem também do meu envolvimento profissional com eles.

Em Joinville, eu tenho um programa de televisão e de rádio que é do segmento policial e, portanto, tenho um estreito relacionamento com esses rapazes. Assim sei dos riscos que eles têm no seu dia-a-dia de trabalho; sei que eles, quando saem para trabalhar, não sabem se voltarão; sei de todos os riscos por conta de um salário mísero - principalmente eu, que estou próximo deles.

Portanto, essa reivindicação é muito mais do que justa, e a Casa lotada com esses policiais é uma demonstração, antes de mais nada, democrática de reivindicação. Não fizeram baderna, não vieram aqui ameaçar quem quer que fosse. Vieram aqui mostrar a cara, mostrar a sua presença, deixando antever a todos a sua insatisfação.

Deputado Sargento Amauri Soares, quero que v.exa., que está aqui em plenário, saiba que fui vaiado por todos eles (infelizmente porque não me conhecem melhor, e muitos até me conhecem) por conta de uma assinatura que me possibilita vir a este plenário discutir alguma coisa a respeito do salário dos oficiais e dos delegados de polícia. Contudo, isso não quer dizer, sob hipótese alguma, que eu, antecipadamente, estou a favor disso. Em absoluto! Atendi a um pedido de um colega, como outros demais deputados atenderam, para que possibilitasse a vinda do projeto até a Casa. Mas a matéria vai passar por comissões e depois virá a plenário e aqui será discutida. Não quer dizer, em tempo algum, que este deputado é antecipadamente a favor. Em absoluto! Vamos estudar, vamos ver se é justo, se procede, essa que é a verdade. Isso é democracia! Levei uma baita vaia aqui, mas isso também, diga-se de passagem, faz parte da democracia e faz parte do meu trabalho do dia-a-dia.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito rapidamente, deputado Nilson Gonçalves, quero agradecer a sua manifestação e dizer que tornarei público esse seu pronunciamento. Da minha parte, o que me cabe é pedir desculpas. Eu entendi, e vários outros deputados conversaram comigo, que houve a intenção de possibilitar a tramitação, mas não quer dizer que é a posição que cada um desses parlamentares vai defender. Foi só para fazer uma gentileza para que a PEC possa tramitar, mas não se trata de uma posição a favor dela desde já.

Então, eu quero dizer que vou tornar público esse seu pronunciamento, quero agradecer o seu esclarecimento e pedir-lhe desculpas pela parte que me toca nessa questão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Está certo, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. legitimamente defende a sua classe aqui nesta Casa.

Eu já falei isso para quem quisesse ouvir: o secretário Paulo Bauer, para mim - e este estado já teve a oportunidade de tê-lo em governos anteriores e tem-no agora como secretário da Educação -, é o melhor secretário da Educação que Santa Catarina já teve. Não é porque ele é meu amigo e é da minha terra, mas porque é qualificado, capaz e tem pulso para dirigir a sua secretaria.

Lá em Joinville, recentemente, foram assinadas três ordens de serviço para três escolas: Escola Municipal Wittich Freitag, que fica no bairro Aventureiro; Escola Municipal Nelson de Miranda Coutinho, que fica no bairro Jarivatuba; e Escola Municipal Prefeito Luiz Gomes, que fica no bairro Ademar Garcia. São três escolas que vão receber 100% de verba estadual, ou seja, R$ 2,5 milhões cada escola.

Quando da assinatura da ordem de serviço recentemente, há dez dias, houve um lapso - assim quero acreditar - por parte do cerimonial da prefeitura municipal: esqueceram de comunicar a este deputado, que sequer foi citado nesses cerimoniais da entrega dessas ordens de serviço. Eu não quero acreditar que tenha sido de propósito.

De qualquer maneira, quero enaltecer aqui o trabalho do deputado Paulo Bauer em Santa Catarina, especialmente no município de Joinville. E já vou antecipar também o meu pedido. Amanhã terei uma reunião com a comunidade do Itapocu - e o deputado Darci de Matos conhece aquela região - e, como estou vendo aqui o assessor do secretário Paulo Bauer, antecipadamente vou dizer que em seguida vou sair daqui e conversar com ele porque precisamos resolver o problema de uma escola lá do Itapocu. E tenho certeza de que amanhã, na reunião, vou dizer àquela comunidade: o secretário mandou dizer a vocês que vai ser resolvido esse problema! Tenho certeza absoluta disso!

Sr. presidente, era exatamente isso que eu tinha para expressar neste horário destinado ao meu partido, o PSDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quando o estado de Santa Catarina, por força da legislação vigente, concede aposentadoria a um de seus servidores e esse servidor vai para a inatividade, para que o estado possa repor o servidor da ativa para que ele ocupe o posto, o lugar, daquele que vai para inatividade, após tantos e tantos anos de trabalho, de forma legal, justa e merecida, o estado passa a pagar a remuneração do servidor inativo e também do novo contratado. E esta, srs. deputados, é a grande aflição de estados e municípios deste país, que não têm um Instituto de Previdência para os seus servidores, que seja um instituto auto-sustentável, deputado Moacir Sopelsa.

Por isso mesmo, muitos municípios do nosso estado, mais de 60 municípios, criaram os seus próprios institutos. O deputado Silvio Dreveck, quando prefeito, através de um trabalho de consulta à população e ao servidor, um trabalho articulado, aprovou lá no seu município um Instituto de Previdência para que a administração municipal pudesse continuar a investir e também fazer frente às necessidades dos servidores públicos, que são parte integrante do serviço que o estado, os municípios e o próprio país têm a obrigação constitucional de prestar à sociedade.

Então, quando se reivindica, com justa, com legítima razão, a contratação de servidores na Segurança Pública, na Educação, na Saúde e em todos os setores do estado, é preciso que se faça uma avaliação do momento que estamos vivenciando.

Tramita, srs. deputados, nesta Casa, um projeto de reestruturação do Instituto de Previdência do Servidor Público de Santa Catarina. Não é do Executivo, é do estado: do Judiciário, do Legislativo, do Tribunal de Contas, da Assembléia Legislativa e do Ministério Público, e esse projeto prevê a criação de dois fundos.

Quero, se me permitem, srs. deputados, de forma insistente, repetir aqui a criação dos fundos e o significado de cada um deles, porque me parece que essa é uma parte fundamental, uma parte essencial, principal, do projeto que estamos discutindo nas audiências públicas regionais.

O Fundo Financeiro é o que nós temos hoje. A contribuição de 22% sobre a folha do servidor, de acordo com o que estabelece a legislação vigente, que todo mês deveria ter ido para o Fundo Financeiro, ao longo de toda a história de Santa Catarina, desde a contratação do primeiro servidor, como uma poupança, não o foi. Por isso é que os 22% da cota patronal e os 11% da contribuição do servidor não conseguem fazer frente às pensões e às aposentadorias que o estado tem o dever, a obrigação, de pagar, e a cada mês retira dos cofres do Tesouro em torno de R$ 80 milhões para cobrir o déficit. Porque o estado não é representado por um único governo, mas por todos os governos.

Em Santa Catarina fez-se uma opção e não estou aqui sendo crítico com relação à opção. O estado de Santa Catarina, ao longo da história, com seus governadores, fez investimentos com os recursos do Instituto de Previdência. Investimentos em favor da sociedade. Agora, com o passar dos anos, com o passar do tempo, em que a desproporção entre o servidor ativo e o inativo aumenta todos os dias - nós temos 1,54 servidor ativo para cada inativo -, quando chegarmos à proporção de um servidor ativo para cada inativo, com certeza o estado terá dificuldades para honrar o pagamento tanto a ativos, como a inativos, além dos serviços que tem a obrigação de prestar à sociedade.

Por isso é que o Fundo Previdenciário, srs. deputados, vai atender aos servidores que serão admitidos após a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0050/2008, e sua conseqüente publicação, que trata da reestruturação do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina e que vai permitir que, no futuro, possa-se contratar o servidor ativo, sendo que o inativo não será mais custeado diretamente pelos cofres do Tesouro, na sua grande parte, na sua expressiva maioria de valor, mas, sim, será remunerado pelo Fundo Previdenciário. O Fundo Previdenciário será auto-sustentável através da mesma contribuição que o servidor faz hoje, ou seja, com 11%.

Além disso, o Fundo Previdenciário, para os novos servidores, também terá a garantia do Tesouro estadual. Anualmente, será feito o cálculo atuarial, mas ele não será o fundo somente dos servidores do Executivo, será a poupança dos servidores dos três poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Por isso mesmo, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quando sentimos a necessidade de repor servidores, de fazer com que a sociedade catarinense possa contar com os serviços daqueles que prestam um relevante trabalho em seu favor é que vemos a premência da criação de um instituto previdenciário que seja auto-sustentável, que abrigue os inativos, a fim de que o estado passe a remunerar somente, deputado Professor Grando, a nova contratação.

De forma contrária, se não reestruturarmos um Instituto de Previdência, no futuro, não neste momento, vamos causar uma situação insustentável para o Tesouro do estado de Santa Catarina, para a sociedade catarinense e para o próprio servidor.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Apenas para complementar o melhor entendimento, deputado. Uma vez aprovado esse projeto por esta Casa, o governo se obriga, já no primeiro dia, a depositar os seus 22% e mais os 11% dos trabalhadores públicos, que vão ser administrados por um conselho administrativo paritário. Não é somente do Poder Executivo, como v.exa. colocou, é uma questão de estado. Esse conselho paritário vai ser eleito e depois, obviamente, nomeado pela autoridade máxima, que é o governador, assim como o prefeito e o presidente da República nomeiam todos os conselhos de cada esfera do ente municipal ou federal.

Então, a importância disso é a democracia e a transparência. Por quê? Porque atualmente está indo tudo para apenas um caixa e nós não sabemos se vai haver fundos ou não para o cumprimento de suas obrigações. Até porque o governo do estado, o governo federal ou governo municipal não têm máquina para ficar gerando dinheiro. A responsabilidade é pública, é do estado, independentementedo governo.

Há dois séculos o trabalhador já lutava para ter o direito à aposentadoria, para quando ficasse velho ou doente ter um amparo de assistência através do fundo; lutava para ter oito horas de trabalho, pois trabalhava 15, 16, até 20 horas por dia. Essa, portanto, é uma luta dos trabalhadores, e nada mais justo do que o trabalhador público também, como os demais trabalhadores deste país e no mundo, lutar pelas suas reivindicações e pelas suas conquistas. Que isso seja feito de forma democrática, transparente e com justiça, pois assim estaremos dando um passo correto, uma vez que se governa para o presente, mas também, com certeza, para o futuro.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Vejo que o deputado Antônio Aguiar se encontra ao microfone de aparte.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Herneus de Nadal, é a deputada Ada De Luca quem se vai manifestar.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Quem sabe compensamos a deputada Ada De Luca no próximo horário destinado a este deputado, para que possa utilizar o tempo integralmente. Se houver concordância, podemos proceder assim, porque ficou prejudicada a sua manifestação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu só gostaria de saudar o prefeito Leoberto Weinert, do município de Canoinhas e dizer-lhe que esta Casa o recebe de braços abertos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Eu gostaria, na verdade, de um aparte à deputada Ada De Luca, pois o assunto é diferente daquele que v.exa. está abordando.

Gostaria que v.exa. continuasse e deixasse, se possível, os dois últimos dois minutos para a minha manifestação.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Moacir Sopelsa, eu posso conceder-lhe mais do que dois minutos, mas também no horário da Explicação Pessoal vamos tratar do assunto com a deputada Ada De Luca, para que não passemos a tratar do assunto durante o nosso tempo. Por isso mesmo é que fiz as afirmações daqui da tribuna sobre a necessidade da reestruturação do Instituto de Previdência do Servidor Público do Estado Santa Catarina. Em não havendo isso, chegaremos ao momento em que os prejuízos serão inevitáveis tanto para a sociedade como também para o próprio servidor público. O próprio servidor, que vai estar na inatividade, não terá nenhum fundo que receberá mensalmente a poupança. Além disso, o Fundo Previdenciário vai ser utilizado só daqui a 30, 35 anos, quando começarem a se aposentar os primeiros servidores admitidos após a aprovação desse projeto.

Por isso mesmo, deputados, a importância desse fundo para que a comunidade tenha os serviços da Saúde, da Educação, da Agricultura, da Segurança Pública todos funcionando.

Deputado Moacir Sopelsa, deixo quatro minutos a v.exa. para me penitenciar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer que o assunto que v.exa. abordava da tribuna desta Casa é, sem dúvida nenhuma, um dos projetos mais importantes que devem tramitar neste Parlamento durante este ano. Não é um projeto do governo, é um projeto do estado de Santa Catarina.

Eu disse que daria um aparte à deputada Ada De Luca porque vi o deputado Flavio Ragagnin fazer um pronunciamento importantíssimo sobre o oeste de Santa Catarina, precisamente acerca da questão dos dejetos suínos.

Mas preciso fazer justiça aqui ao governador Luiz Henrique da Silveira, que levou para o oeste de Santa Catarina duas indústrias que, num primeiro momento, vão aproveitar a cama dos aviários, os dejetos de aves. Num segundo momento, vai ser feito o aproveitamento e a transformação dos dejetos de suínos em energia elétrica.

O deputado Professor Grando, que foi presidente da Fatma, tem muito conhecimento disso e sabe que se trata de uma ação importantíssima que o governo do estado faz em prol do oeste de Santa Catarina.

Deputado Silvio Dreveck, a cama sobreposta teve o seu desenvolvimento iniciado na Embrapa, com o empenho da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e da Fapesc, liberando R$ 400 mil, a fim de serem feitas algumas das primeiras ações, das primeiras estufas, aproveitando os dejetos de suínos com uma cama sobreposta e transformando isso em energia elétrica, em gás, diminuindo os altos índices de poluição determinados pela produção de suínos na nossa região.

Sei que o deputado Flavio Ragagnin conhece esse assunto, mas quero apenas registrar aqui que está havendo um empenho forte do governo do estado. É claro que falta muito. Sabemos que falta muito porque os problemas foram criados ao longo de mais de 50 anos, mas hoje, pela primeira vez, um governo começa a se empenhar, a se preocupar em ajudar a resolver esse problema ambiental e dele criar uma maneira de gerar renda para o nosso produtor.

Ontem foi homenageado um ilustre catarinense, um homem fortemente ligado à agricultura, que é o dr. Glauco Olinger, a quem a Embrapa concedeu o Prêmio Frederico Menezes Veiga; concedeu também à dra. Vânia Maria Gonçalves, que é baiana. Isso nos deixa orgulhosos e quero parabenizar o dr. Glauco Olinger pelo prêmio e a Embrapa pelo reconhecimento. Quero também cumprimentar o dr. Glauco Olinger pelo trabalho que faz em defesa da Epagri, da agricultura e dos interesses agropecuários de Santa Catarina. Sem dúvida nenhuma, foi uma homenagem justa e precisamos prestar o nosso reconhecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, desejo registrar a presença, neste plenário, dos vereadores Pena Branca, Rivonei Castelito de Moraes, Pedro Ademir do Prado e do assessor jurídico Anísio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, não poderia deixar de concordar com as colocações feitas anteriormente pelo deputado Nilson Gonçalves, de Joinville, das regiões norte e nordeste de Santa Catarina, no que diz respeito aos elogios colocados desta tribuna ao excepcional trabalho que vem desenvolvendo à frente da secretaria da Educação o deputado federal Paulo Bauer.

O deputado Nilson Gonçalves está cheio de razão porque o deputado federal Paulo Bauer tem conhecimento de causa, é arrojado, é corajoso, conhece a máquina administrativa e haverá de se consagrar na sua segunda gestão como secretário de estado da Educação.

Ele tem compromisso com a educação de Santa Catarina e, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, tem construído escolas, reformado escolas e implementado ações no sentido de melhorar significativamente a rede estadual de ensino público em Santa Catarina,

Quero também registrar que em Joinville realmente o secretário Paulo Bauer, com o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira, fez um repasse de R$ 7,5 milhões para a construção das três escolas que já foram iniciadas: a Escola Wittich Freitag, a Escola Luiz Gomes e a Escola Nilson Wilson Bender, no Jardim Edilene. E com recursos do município de Joinville, o prefeito Marco Tebaldi também está construindo mais quatro escolas municipais este ano: a Escola Alinor Vogelsang, na Vila Nova; a Escola Professor Sylvio Sniecikovski, no Jardim Paraíso; a Escola Baltazar Buschle, no Parque Guarani, e a Escola Nelson Miranda Coutinho, no Jarivatuba.

Portanto, sr. presidente, com a construção dessas sete escolas, três com recurso estadual, quatro com recurso municipal, definitivamente o prefeito Marco Tebaldi vai acabar com o turno intermediário no município de Joinville.

Eu não poderia deixar, sr. presidente, de fazer menção à excelência da rede municipal de ensino do nosso município. Nós temos a melhor escola da rede pública municipal de Santa Catarina, que é a Escola Municipal Pastor Hans Müller. Mensurados pelo Ideb, nós conquistamos média seis.

Ora, deputado Cesar Souza Júnior, média seis é a meta do governo federal para ser atingida em 2020. Isso significa que Joinville tem uma rede de excelência. As instalações são de primeiro mundo, mas, mais do que isso, nós temos uma participação ativa, intensa no dia-a-dia das escolas da nossa comunidade. E nós temos, principalmente, professores qualificados, motivados e que são excepcionalmente bem remunerados. Eles têm um plano de carreira que lhes dá a possibilidade de ascenderem ao longo da sua carreira para um patamar reconhecidamente excelente.

Sr. presidente, também não poderia deixar de fazer menção a um fato histórico. Na semana passada, nós recebemos, em Joinville, na sede da associação empresarial, a diretoria da General Motors e foi anunciada oficialmente a instalação da GM no município de Joinville. Serão investidos, aproximadamente, deputado Nilson Gonçalves, R$ 400 milhões na instalação dessa fábrica. E, mais do que isso, vamos iniciar produzindo um motor da marca Chevrolet. Mas com certeza daqui a pouco nós haveremos de montar esse veículo no município de Joinville.

Portanto, a vinda da GM para Joinville significa que ela está dando para a nossa cidade um certificado de qualidade total em todos os aspectos, porque certamente essa grande empresa mundial fez um estudo profundo das nossas condições sociais, econômicas, tecnológicas e assim por diante.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço v.exa., deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Darci de Matos, eu apenas quero assinar embaixo tudo que v.exa. falou relacionado a Joinville e também sobre a vinda desta grande empresa, a GM, que escolheu o nosso município para se instalar. Isso vai gerar certamente um grande número de empregos, nós, que já somos, em Santa Catarina, um dos municípios que mais possuem emprego com carteira assinada nesses últimos tempos.

V.Exa. está na disputa pela prefeitura daquele município e pode ser, quem sabe, que venha a ter a felicidade de administrar uma cidade onde esteja instalada uma unidade da GM produzindo também riquezas para o município e ajudando aquela nossa cidade a tornar-se maior ainda.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. deputado Nilson Gonçalves e sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, eu gostaria de anunciar a presença, no plenário desta Casa, do vereador Anísio Testoni, de Indaial, um vereador que luta pela sua comunidade, principalmente pela classe agrícola daquele município, juntamente com o secretário do PMDB, o Miro, e o assessor do gabinete, Roberto Mathiuss, que estarão comigo ao final do dia para participar de uma audiência na Brasil Telecom, a fim de conseguir a instalação da telefonia rural para os usuários do município.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0032/2008, 0056/2008, 0375/2007, 0505/2007 e 0566/2007.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Ofícios n.s: 0013/2008, 0014/2008, 0015/2008, 0016/2008, 0023/2008, 0024/2008, 0025/2008 e 0026/2008.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0314/2007.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0657/2007.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0062/2008.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação do parecer ao Projeto de Lei n. 0004/2008, que proíbe a colocação de *piercing* e a realização de dermopigmentação (tatuagens) em pessoas menores de 16 anos e em maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

A autora Ada De Luca recorre.

Em votação.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eu gostaria de esclarecer que esse projeto é muito importante porque cuida da saúde do estado. Por quê? Porque tanto a colocação de *piercings* quanto a aplicação da tatuagem são consideradas, pela medicina, como pequenas intervenções cirúrgicas. Como temos aqui vários colegas que são ligados à área da medicina, tenho certeza de que eles sabem mais do que eu sobre isso.

Realmente houve uma falha na redação, eu vou apresentar uma emenda, cujo teor altera a atribuição, a fiscalização e os destinos das multas conseqüentes da infração, ou seja, passa pelo controle da vigilância estadual, e o arrecadado com as multas é aplicado no Fundo Estadual da Infância e da Adolescência.

Sr. presidente e caros colegas, o que já me enviaram de depoimentos, de *e-mails*, de fax e de fotos via internet mostrando pontas de línguas decepadas, mamilos extirpados por necrose, braços com feridas, cicatrizes violentas e até o osso aparecendo, só com aquela pele fina, é uma coisa absurda. Por que eu entrei nessa briga? Eu entrei não só como parlamentar, mas como pessoa, como mãe, como avó, como todos os senhores que estão aqui. Pais e avós conhecem e sabem o clamor da juventude. A juventude não mede conseqüências, às vezes até como sinal de protesto. Já fomos jovens e sabemos disso.

Então, eu gostaria de pedir a atenção de v.exas. com relação a esse assunto das tatuagens e dos *piercings* malfeitos, mal colocados, feitos em fundo de quintal, porque podem transmitir o vírus HIV, hepatite C, vírus violentos que geram infecções, etc. Então, seria uma falta de responsabilidade nossa, deste plenário, se não for atendido esse pedido que estou fazendo.

Sendo assim, peço aos prezados colegas que votem pelo não-arquivamento desse projeto de lei.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente Julio Garcia, prezada deputada Ada De Luca, deputada Odete de Jesus, eu e o deputado Jean Kuhlmann somos representantes da bancada do Democratas na comissão de Constituição e Justiça. Temos procurado dar atenção à questão constitucional dos projetos que tramitam naquela comissão.

Nós fomos e estamos sendo acompanhados pela imprensa exatamente pelo número de projetos que foram aprovados em plenário pela CCJ, que depois voltam com o veto do governo do estado por inconstitucionalidade. Então, tem que ficar claro que não somos absolutamente contrários ao mérito dos projetos. Este projeto da deputada Ada De Luca, por exemplo, é um projeto com o qual eu tenho, no mérito, absoluta concordância. No entanto, o parecer da Casa, da nossa Procuradoria, na comissão de Constituição e Justiça, foi pelo arquivamento, porque entendeu-o e enquadrou-o como inconstitucional.

Da mesma forma, temos aprovado ou não na CCJ um grande número de projetos e temos tido, nos últimos dois anos, um número absolutamente grande de vetos a projetos de origem parlamentar, fato que, parece-me, não contribui para a imagem do Legislativo e cria na sociedade uma expectativa de que, como nós aprovamos a lei aqui, ela implementada e vetada, mas acabamos caindo no descrédito.

Então, quero deixar bem claro à deputada Ada De Luca e aos demais deputados que têm projetos dessa ordem e que receberam parecer contrário da CCJ que nós não temos nada contra o mérito dos projetos, mas vamos manter o voto da comissão por entendermos que precisamos preservar a questão constitucional, para termos projetos que se enquadrem nos preceitos do que é possível ao parlamentar apresentar como projeto de lei, ser aprovado e tornar-se lei factível e aplicável em nossa sociedade.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, tenho uma posição que tem duas respostas.

A primeira diz respeito à comissão de Constituição e Justiça, que analisou e entendeu que o projeto não é constitucional. Essa é uma posição. A outra diz respeito ao sentimento que a deputada Ada De Luca tem em relação às pessoas que usam *piercings*, que fazem tatuagens.

Eu sou obrigado a discordar respeitosamente da deputada Ada De Luca, a quem admiro muito pelo seu trabalho nesta Casa e pelas suas posições. Mas sou obrigado a discordar frontalmente dela, até porque tenho uma tatuagem que remonta mais de 30 anos no meu braço, tatuagem esta que fiz quando tinha 20 e poucos anos. Hoje, com quase 58 anos, estou aqui firme.

Conheço "n" pessoas que têm tatuagens, no meio do motociclismo isso é moda, e não vi ninguém no hospital por causa dessas tatuagens, não vi nenhum jovem em UTI por causa de tatuagens, até porque existem regras e leis específicas para pessoas que trabalham com tatuagem. Não é só pegar

um bisturi e sair tatuando os outros. Existem leis específicas para se fazer tatuagem. Hoje, as agulhas são descartáveis, a pessoa tem que usar luvas. Enfim, existem todos os meios necessários para a segurança das pessoas que fazem tatuagem, como para as pessoas que colocam *piercings*. Para o menor fazer uma tatuagem, por exemplo, ele tem que ter autorização dos pais. Os pais autorizam e o menor faz. Do contrário, não faz.

Então, há toda uma preocupação com relação à questão das tatuagens. Eu mesmo, sr. presidente, vou fazer uma tatuagem da minha mãe, que é falecida há trinta e poucos anos, mas a tenho em meu coração como se tivesse morrido há seis meses, no meu braço, que está em processo de elaboração. O rapaz está fazendo o desenho e será feita com todo o cuidado na parte de dentro do meu braço. Minha mãe ficará aqui tatuada. Será uma tatuagem feita com respeito, dentro dos parâmetros normais, legais, com a higiene necessária. Os jovens fazem isso, a juventude faz isso, mas tudo dentro dos limites legais. Quanto aos exageros que a deputada falou, eles existem em todos os segmentos. Até se a pessoa tomar cerveja demais, ela vai parar num hospital, como também se fumar demais, se não tiver higiene em muitos procedimentos, etc.

A comissão de Constituição e Justiça já analisou que é inconstitucional e ainda por cima também entendo que temos muitas outras coisas importantes para deliberar nesta Casa e querer cortar o embalo da rapaziada que quer fazer uma tatuagem, pelo amor de Deus! Com todo o respeito que tenho pela deputada Ada De Luca, por quem tenho grande admiração e que tem feito um trabalho belíssimo nesta Casa, mas nesse item não concordo com ela.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Presidente, dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputada, vamos primeiro nos organizar. Estamos encaminhando a votação do parecer.

Mais algum deputado deseja pedir a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação?

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Eu desejo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, nosso encaminhamento é pela aprovação do projeto da deputada Ada De Luca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está em votação o parecer da CCJ. V.Exa. é contrário ao parecer da CCJ?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sou, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está esclarecido.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também sou contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça, porque vejo que a deputada, neste momento, está analisando o bem-estar dos jovens, e muitos pais, muitas mães vão agradecer à deputada Ada De Luca.

Eu também sou mãe e sei que muitas vezes, se não brecarmos certas situações, vamos pagar e pagar muito caro! Essa é uma questão também de saúde pública.

Parabenizo, então, a minha colega pelo projeto. E muito me orgulho de uma parlamentar, uma deputada, que já é mãe, já é avó, elaborar um projeto desse nível. Eu tenho que a parabenizar e dizer que graças a Deus temos uma deputada como v.exa., deputada Ada De Luca, porque nós somos mães, somos donas-de-casa, somos as primeiras a pular da cama, a arrumar a mesa, a dar educação para os filhos; somos as auxiliares e queremos o bem-estar da família.

Então eu sou contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça, os deputados que integram essa brilhante comissão perdoem-me, mas eu tenho que falar a verdade. Existem muitos projetos bons que tramitam pela comissão de Constituição e Justiça que são barrados! Mas temos o Plenário, que é soberano, para derrubar, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se algum deputado ainda deseja encaminhar a votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Declaração de voto, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Mais tarde um pouco.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Em primeiro lugar, as comissões nesta Casa procuram fazer o trabalho de acordo com a lei, de acordo com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual e com o nosso próprio Regimento. Por conta disso, projetos de minha autoria e de outros colegas deputados já foram rejeitados nas comissões. Portanto, o nosso posicionamento é favorável ao parecer da comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - São duas considerações: a nossa bancada estará liberada para votar quanto ao mérito, até porque existem posições diferenciadas e não é uma questão de fundo aqui. Mas no nosso ponto de vista, meu e do deputado Pedro Baldissera, na comissão de Constituição e Justiça discutimos a constitucionalidade, manifestamo-nos também pelo arquivamento do projeto sob o ponto de vista constitucional.

Entrando na questão do mérito também, nós, como Parlamento, precisamos ter certo cuidado ao regulamentar tudo na vida das pessoas, como o seu cotidiano, os valores culturais, a democracia cultural das diferentes famílias e concepções de mundo, porque tem de ser um estado democrático, um estado laico e plural. Portanto, determinadas regras que colocam dentro de idade ou de preceitos legais também nem sempre são a melhor opção.

Então, nós vamos manter a posição da comissão de Constituição e Justiça pela perspectiva de constitucionalidade e também pela perspectiva de mérito.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca, depois as declarações de voto e votação.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, só quero dizer que vencida eu não me considero, porque volto ano que vem. Quero dizer ao deputado Nilson Gonçalves que não tenho nada contra o tatuador, nada contra o tatuado, nada contra o colocador de *piercing* e os que o usam. Agora, antes dos 16 anos eu acho uma irresponsabilidade.

E quero dizer mais: conheço tatuadores e colocadores de *piercing* corretos. Como eles não têm uma lei que os regulamente, eles não têm a que se apegar. Os corretos, que fazem com assepsia, que têm todos os cuidados como numa microcirurgia, tudo bem! Mas os de fundo de quintal, não! Na semana passada eu estava atravessando a praça XV de Novembro e havia um garoto tatuando uma menina com um motorzinho, sentado no banco da praça. Isso nós não podemos admitir! E aí a Vigilância Sanitária vai lá e não tem como multar, pois não existe nenhuma lei que ampare.

Esse é o meu apelo, mais uma vez, às pessoas de responsabilidade!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Quando se vota na comissão de Constituição e Justiça leva-se em conta, considera-se, a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade. Por isso o nosso voto no plenário não pode ser diferente daquele dado na comissão.

Não tenho absolutamente nada contra a iniciativa da deputada. Só para fazer explicar, sr. presidente, que nós que votamos de uma forma lá, temos dificuldade de votar diferente aqui. De forma contrária, ficamos com as manifestações justas da tribuna que dizem que a comissão aprova projetos que não são constitucionais, que são inconstitucionais.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, não é questão de ordem, mas na qualidade de presidente da comissão de Constituição e Justiça, devo fazer aqui um pequeno esclarecimento.

No dia de ontem, ocupei a tribuna para defender a comissão de Constituição e Justiça que foi acusada, até por alguns parlamentares e posteriormente pela imprensa, de estar fazendo vista grossa às inconstitucionalidades das matérias que por ela tramitam. Referi-me exatamente a problemas como o que está acontecendo agora. Há um recurso legítimo no nosso Regimento, que está sendo usado pelo autor do projeto, de buscar o apoio dos parlamentares para derrubar a decisão da comissão de Constituição e Justiça. Então, votamos pela inconstitucionalidade, mas se esse recurso ao Plenário for vitorioso, certamente a matéria terá que tramitar pelo seu mérito.

Dito isso, queria dizer à deputada Ada De Luca que infelizmente, para ser coerente com a comissão de Constituição e Justiça, vou ser contrário e ficar com o parecer da comissão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sou contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça. Não sei se esse é um fato mais determinante à mulher, devido ao grande número de mulheres que vieram relatar o que aconteceu com seus filhos devido a tatuagens mal feitas, ou *piercings* mal colocados. Enfim, há alguns casos, inclusive, afetando a saúde de crianças e adolescentes.

Acho que precisamos regulamentar a matéria e esta Casa tem o direito de fazer leis para proteger a juventude. Como enfermeira, trabalhadora da saúde pública, acho, sim, que isso é um caso de saúde pública e precisamos rever as situações que as nossas crianças e adolescentes estão vivenciando no estado de Santa Catarina.

Sou contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça e a favor do projeto da deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendo a preocupação da deputada Ada De Luca e também da deputada Ana Paula Lima, quando se trata de buscar uma forma de garantir a questão da saúde dessas colocações que estamos fazendo aqui. Mas temos, nós, legisladores, que pensar que somos legisladores e não pai e mãe de outros. Até os 16 anos quem tem que dizer se o filho vai colocar ou não *piercing* ou tatuagem é o pai, é a mãe; depois da maioridade, é ele mesmo, não é o estado que tem que dizer.

Sendo assim, voto a favor do parecer, porque vejo que essa lei quer botar o estado a mandar naquilo que deve ser decisão da família, decisão do pai, da mãe e do indivíduo naquilo que é dele, o próprio corpo. Não tenho tatuagem nem *piercing*, mas penso assim.

Obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Acho que é importante a discussão. Ouviram-se aqui pareceres de um lado e de outro. Penso que cabe à comissão de Constituição e Justiça julgar se um projeto é constitucional ou não. Acho que isso é o correto. A deputada Ada De Luca levanta uma questão muito importante para a sociedade fazer uma reflexão. Sei que ela vai perder, mas vou acompanhar o voto da deputada.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero aqui poder não apenas declarar o voto, mas, como relator dessa matéria junto à comissão de Constituição e Justiça, quero deixar aqui bem claro para os srs. parlamentares e para todos que nos assistem neste momento que a questão que está sendo discutida não é se você é a favor ou contra o projeto de lei, porque ninguém aqui vai, agora, discutir o mérito, mas a posição da comissão de Constituição e Justiça.

Nós tivemos uma posição na comissão, sr. parlamentares, ou seja, mesmo sendo a favor do mérito da matéria, entendemos que no aspecto constitucional, sr. presidente, ela não pode ser encaminhada da forma como o foi; ela possui, sim, vícios de origem, vícios que a tornam inconstitucional.

Por isso, quero aqui dizer aos srs. parlamentares que irei votar com o parecer da comissão de Constituição e Justiça, mantendo a posição da comissão, que é o que está sendo discutido no momento: a questão da constitucionalidade e não o mérito da matéria.

Por isso peço aos srs. parlamentares que não venham aqui confundir questão de constitucionalidade com o mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero deixar livre a minha bancada para votar soberanamente, como entender.

Sra. Deputada Ada De Luca - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eu posso retirar a matéria e reapresentá-la na comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Reapresentar na comissão, não. Nós agora estamos em votação.

O projeto só pode voltar à comissão se o parecer da CCJ for rejeitado. Nós temos que votar o parecer da CCJ.

A votação será no painel eletrônico e dar-se-á da seguinte forma: quem votar "sim" mantém o parecer da CCJ, que é contrário ao projeto e considera-o inconstitucional. Quem votar "não" rejeita o parecer da CCJ.

Votando "sim", vota com o parecer, votando "não", vota contra o parecer.

Estamos em processo de votação.

"Sim" mantém o parecer, que é contrário.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	abstenção
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

(Votou "sim" o presidente, deputado Julio Garcia.)

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim", 12 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o parecer da CCJ, por um voto.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0151/2007, de autoria do deputado José Natal, que propõe que o Serasa, o SPC e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento - AR, quando da negativação do seu nome.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei n. 0617/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade São Braz, no município de Porto União.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0641/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais do município de Rio Negrinho.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0642/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Rio Negrinho - Acirne, no município de Rio Negrinho.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o § 2º do art. 173 da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Julio Garcia e srs. deputados, a pedido do líder do PT, deputado Pedro Uczai, do líder do PP, deputado Silvio Dreveck, e de outras lideranças, argumentando que este projeto ainda não tramitou na comissão de Finanças, eu pediria que ele saísse de pauta, a fim de que possa ser votado também na referida comissão, para, aí sim, vir a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se é esse o entendimento dos srs. líderes, assim procederemos.

O projeto é retirado de pauta e por deliberação do Plenário volta para tramitação nas comissões, agora na comissão de Finanças.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, até para normatizarmos essa questão, porque ela é importante.

Na semana passada, tivemos um projeto semelhante que foi votado na CCJ e imediatamente após veio ao Plenário, como é uso nesta Casa ao longo dos últimos anos. Assim, não vejo motivo para que neste projeto ajamos de forma diferente. Parece que temos um *modus operandi* para projetos que alteram lei, que são aprovados na CCJ e vêm para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O Regimento Interno permite, deputado Gelson Merísio, que o projeto tramite em outras comissões. Houve uma deliberação nesse sentido. Havendo deliberação, tanto numa comissão quanto no plenário, não há nenhuma inconveniência em relação à tramitação em outra comissão.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Mas ele tem que ser deliberado, porque normalmente ele não tramita, só se houver uma deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não. O projeto está em condições de ser votado em plenário, porém o entendimento é de que ele deva tramitar na comissão de Finanças e Tributação. Não há o que obste.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. presidente, na verdade esse foi um pedido de alguns líderes para que eles possam, além de ter a oportunidade de vê-lo tramitar na comissão de Finanças e Tributação, discuti-lo melhor com suas assessorias e trazê-lo com um maior entendimento para o plenário. É nesse sentido que o pedido foi aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O pedido foi aceito.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0116/2008, de autoria do deputado Décio Góes; 0117 e 0118/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0119, 0120, 0121 e 0122/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0123/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0124/2008, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0125/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0126/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0127/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0128/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0129/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, e 0130/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Forquilhinha e Palhoça, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao patrão do CTG Recanto da Gávea, de Jacinto Machado, cumprimentando-o pela realização do 17º Rodeio Crioulo Nacional e da 1ª Etapa do 6º Circuito Estadual de Laço.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao engenheiro agrônomo Glauco Olinger, cumprimentando-o pelo recebimento do Prêmio Frederico de Menezes Veiga, promovido pela Embrapa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Itapoá e Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Forquilhinha, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Otacílio Costa, Correia Pinto, Santa Rosa de Lima, São Joaquim e Ibicaré, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jurista Gilberto Callado de Oliveira, cumprimentando-o pela posse na Academia Catarinense de Letras.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São Francisco do Sul e de Bela Vista do Toldo, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Cefet-SC, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao vice-reitor da Udesc, cumprimentando-os pela posse nos respectivos cargos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora-geral da Fundação Catarinense de Cultura, cumprimentando-a pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e à secretária da Educação de Laguna, cumprimentando-os pela inauguração da nova secretaria da Educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada de Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Vitor Meirelles, Timbó Grande, Serra Alta, Rio Negrinho, Palhoça, Matos Costa, José Boiteux, Itapoá, Iraceminha, Forquilhinha, Celso Ramos, Abdon Batista e Tunápolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fundação da Universidade do Oeste de Santa Catarina e ao reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina, cumprimentando-os pela reeleição e posse à frente daquelas instituições.

A Presidência defere de plano.

Requerimento do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Clésio Salvaro, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, solicitando a instalação de telefones públicos no município de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica à ANTT e ao DNIT, pedindo a construção de um viaduto na BR-101, no trevo de acesso a Santo Amaro da Imperatriz, no bairro Aririú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do Deinfra, pedindo urgência na construção de uma rotatória na BR-282, no trecho que cruza a rua Don Fernando de Trejo, no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o autor, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é só para ratificar e dar ênfase a esse nosso pedido, porque é um anseio da comunidade de São Francisco que há tempos pede aquela rotatória. E já pedimos verbalmente, agora estamos fazendo formalmente e vamos voltar a conversar com o secretário da Infra-Estrutura para que possamos ter aquela rotatória ali na rua Don Fernando de Trejo. É um local perigoso, já aconteceram inúmeros acidentes lá, pessoas perderam a vida naquele local.

Então, nós precisamos sensibilizar o nosso secretário de Infra-estrutura para que tenhamos aquela rotatória em São Francisco do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao secretário de Transportes e Terminais de Florianópolis, sugerindo a realização de estudos visando à integração do transporte hidroviário da linha Costa/Lagoa da Conceição com a linha do transporte rodoviário urbano, que liga aquela comunidade ao centro da cidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Edson Piriquito, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador-geral da ANTT, pedindo a substituição das antigas defensas maleáveis e guarda-corpos utilizados nas pontes, viadutos e elevados da malha viária federal no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao presidente da Superintendência de Seguros Privados e ao presidente do Conselho Nacional de Seguros Privados, solicitando que seja feita a revisão e a redução do índice percentual de aumento do DPVAT.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao presidente do Conselho Nacional de Trânsito, solicitando que sejam consultados os trabalhadores que fazem uso de motocicletas no transporte remunerado, tendo como objetivo a coleta de propostas para reformulação da Resolução n. 219.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro das Comunicações e à diretoria das empresas Brasil Telecom, TIM, Vivo e Claro, solicitando a instalação de torres de telefonia móvel entre os municípios de Joinville e Campo Alegre, na serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações a respeito das atividades desenvolvidas em Brasília nos dias 18 a 20 de fevereiro do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao diretor-geral do Detran, solicitando informação sobre a existência de estagiários ou profissionais cedidos por convênio exercendo atividades no Detran, ou que tenham sido contratados por meio de contrato ou convênio com empresas, instituições ou entidades de direito privado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário estadual de Infra-Estrutura, solicitando cópia do estudo e projeto de infra-estrutura e pavimentação do trecho rodoviário municipal entre a localidade de Morro Grande, no município de Sangão, e o balneário Campo Bom, no município de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu não vou poder estar aqui na sessão de amanhã e gostaria de fazer uma pequena manifestação em relação ao deputado Flavio Ragagnin que estar-se-á despedindo da Casa no dia de amanhã por força de não termos, na semana que vem, sessão na Casa por causa das audiências públicas.

Então, quero deixar aqui o meu sentimento de amizade e respeito. E gostaria que ficasse registrada também a nossa admiração por s.exa., que trabalhou durante este mês e representou dignamente a sua região. Quem sabe possamos tê-lo novamente nesta Casa, deputado Flavio Ragagnin. Foi um prazer tê-lo como companheiro neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, gostaria de fazer algumas observações que eu considero da maior importância, apesar de serem simples.

Eu ouvi o relato do deputado Nilson Gonçalves sobre os portuários da região de São Francisco do Sul e, através do diálogo - e dialogou-se o máximo possível -, não ocorreu a greve. Eu me lembro da nossa militância como professor e do nosso trabalho como líder junto ao funcionalismo público, quando sempre dizíamos: começar uma greve é fácil, terminá-la é que é difícil.

Então, deve-se esgotar o máximo de diálogo possível entre as forças. Mesmo assim, se você for declarar greve, tem que analisar as correlações de forças para ter sucesso ou não. Por quê? Porque não é permitido à liderança sindical transformar toda uma categoria, todos os reivindicantes, numa massa de manobra. As pessoas não são massa de manobra; elas querem ter conquistas.

Daí a importância do amadurecimento do movimento, pois não basta ter enfrentamento. Por que não basta ter enfrentamento? Houve uma época em que aí, sim, fazia-se o enfrentamento neste país. Ou seja, quando não se tinha liberdade neste país. E vimos vários tipos de enfrentamentos. Uma parte se dividiu e foi para a luta armada, foi para o foquismo. Tivemos 32 organizações clandestinas procurando derrubar o regime que, de forma ilegal, clandestina, instalou-se no poder, que eram os militares que cecearam as liberdades, nomeando governadores, prefeitos de capitais, de municípios de fronteira, tirando os direitos sindicais, não permitindo a organização nem o pluripartidarismo. Dizia que tinha que haver apenas dois partidos.

Aquele foi um momento em que as liberdades foram cerceadas; foi um momento em que todos tinham que ser revolucionários. Cada um - pode até ter sido de forma equivocada ou não -, dando o máximo de si, foi para a luta armada e, como conseqüência, nobres companheiros importantes desapareceram. E isso serviu para recrudecer a questão da ditadura. Daí veio o AI-5 e, como conseqüência, todo o resto. Vejam o que nós passamos!

E outra parte entendeu, por não haver correlação de forças, que não se poderia ir para a luta armada. O que se fez? Não se poderia deixar de lutar. Começou-se a apostar na questão da democracia e a fortalecer o partido, que até então não era um partido de Oposição ao regime militar, mas era um partido que representava, que era o antigo MDB (Lembrem-se sempre que só havia dois partidos.), que se foi fortificando com um programa, ou seja, a questão de eleições diretas, a questão das liberdades democráticas, a questão da anistia. E havia uma bandeira fundamental, que nós não podemos esquecer: a Constituinte.

Então, começou-se a apostar na questão democrática. Será que era menos revolucionária essa aposta na democracia do que aqueles que pegaram em armas contra o regime? Não! Todas elas eram importantes! Mas essa é a que acabou mostrando, nas correlações de força, que era o caminho correto, porque avançou e tivemos conquistas. Nós tínhamos, inclusive, segmentos do esquerdismo, como nós chamávamos, que diziam que o povo não queria a Constituinte, que o povo nem sabia o que era Constituinte. E nós até concordávamos. Eles diziam que o povo queria arroz e feijão e nós dizíamos: "Não! O povo tem que saber como se divide esse arroz e feijão". Houve partido, que hoje está no poder, que sequer assinou a Constituinte. Fez a sua autocrítica e hoje sabe o quanto ela é importante.

Mas por que estou falando isso? Porque há pessoas que, quando era para serem revolucionárias, não o foram na sua história. E hoje, quando a realidade de conquista de toda a sociedade é democrática, querem ser revolucionárias. Nada mais justo do que hoje revolucionário seja quem é realista. Só muda, só transforma quem é realista. É época de reformas, de conquistas, sim, e de ter competência e capacidade para fazê-lo. Não é a época de se negar tudo. E é nesse sentido que eu chamo à reflexão porque para nós a democracia custou muito caro.

Então, é neste sentido que ser revolucionário não é só ser contra um regime; é construir uma nova sociedade e discutir. Por isso que hoje, na minha concepção, não dá para entender que aqueles que eram da Arena; aqueles que não queriam as liberdades democráticas; aqueles que não queriam as Diretas Já para presidente da República; não queriam a Constituinte; não queriam a liberdade sindical; não queriam as centrais sindicais organizadas; não queriam os trabalhadores organizados, agora estejam juntos num posicionamento equivocado, na minha maneira de ver, com aqueles que estavam caminhando contrário à onda de liberdade e de democratização. Mas a história, como força motriz, vai mostrar e nós vamos discutir.

Por que estamos falando isso? Porque o companheiro Edison Andrino disse: "Olha, em 2008 já são 40 anos de 1968, que foi um ano, para nós, muito caro". O companheiro Edison Andrino foi preso no congresso de Ibiúna como universitário, e nós, no dia 13 de dezembro, fomos enquadrado no AI-5 e só cinco anos depois fomos absolvido. Mas nós estávamos lá lutando pelas liberdades, construindo uma nova sociedade e mostrando que estávamos certos na correlação de forças e na democratização do país.

Quem não se lembra de personalidades que tiveram os seus mandatos cassados? E não há nada mais violento do que cassarem o mandato de uma pessoa que é eleita. E aí tivemos prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores cassados. Lembro-me de Teutônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que estava do outro lado, do lado da Arena, e veio para cá para brigar pela redemocratização deste país; lembro-me de que São Paulo, a caminho de Damasco, quando caiu um raio, converteu-se e viu onde estava o lado certo.

Então, hoje, não podemos perder essas conquistas.

Quero dizer mais, srs. deputados: que a política, a verdade e a coerência são fundamentais em todos. Mas quero chamar a atenção para um detalhe: Agostinho Neto, que foi presidente de Angola e liderou a libertação daquele país, dizia que não basta ter a verdade, a coerência, a prática e lutar pelo que tem de melhor. Temos que ver as nossas intenções. E é interessante isso porque muitos, hoje, estão na luta ao lado de quem tem a verdade e está reivindicando. Mas qual é a intenção dessa pessoa?

É interessante ver que no esporte, no futebol, nós temos isso. Quando uma pessoa entra no time adversário com o intuito de machucar, mas não machuca, nem toca no adversário, o juiz apita a falta porque ele teve uma má intenção.

Então, em política é muito importante analisarmos a questão da intenção.

Aqui quero alertar para um outro fato que ocorreu há poucos instantes. Posso não concordar com nada do que dizem, mas defenderei até a morte o direto de dizê-lo. Isso é democracia lá dos valores burgueses da Revolução Francesa.

Hoje, o deputado Jorginho Mello entrou com um projeto que nós não assinamos; outros companheiros assinaram mesmo discordando, mas dando o direito de ele discutir. Essa é a essência da democracia e isso é fundamental.

Então, não pode, por corporativismo ou por interesse próprio, um parlamentar, que não deve trabalhar somente por corporativismo, mas com toda a sociedade...

Nós cansamos de dizer que, quando o trabalhador tem as suas câmaras de compensação junto com o patrão, nunca se vai igualar o trabalhador com o patrão porque o preço das peças daquele carro vai ser repassado para toda a sociedade, quando vender o carro. E sabemos que tem que haver luta de classes com contradições de classes. O patrão, bom ou mau, será sempre um patrão! Eles nunca vão ser compatíveis!

Cito um caso, por exemplo: temos empresa de ônibus e motoristas em greve. Daí eles repassam o aumento do salário do motorista e do cobrador à sociedade, aumentando o preço da passagem. Esses interesses não vão ser compatíveis. Momentaneamente, isso é corporativismo. Até pode haver, mas prejudica toda a sociedade civil.

E a nossa luta, como parlamentar, é alertar para isso, é fazer a verdadeira política de transformação. O papel do Poder Legislativo é muito importante. Cada um de nós tem que saber os reflexos políticos. Eu sei que, às vezes, como se diz na linguagem popular, há o crente que se considera maior que o templo. Então, faz a política que entende ser a oportunista, a do momento. Mas o que fica é a história e a coerência. Então, é nesse sentido que temos de avançar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não tive a oportunidade de apartear o deputado Professor Grando, mas gostaria que ficasse registrada a admiração que tenho por ele. Vi que ele ficou bastante emocionado no momento em que citou os episódios de 1968, quando ele, inclusive, passou maus momentos. Vi no seu semblante bastante emoção.

Quero só deixar registrado, deputado Professor Grando, que a cada dia que passo nesta Casa ao seu lado, com certeza aprendo um pouco mais. Hoje, sinceramente, depois dessa falação do deputado Professor Grando, acrescentei um pouco mais dentro do meu ser. Tenho uma admiração muito maior do que aquela que eu já tinha pelo deputado Professor Grando. Parabéns!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, desejo, com muita satisfação, registrar a presença da competente prefeita da Capital do Turismo Religioso de Santa Catarina, sra. Sandra Regina Eccel Rachadel, de Nova Trento, bem como registro a visita do secretário de Desenvolvimento Regional de Brusque, sr. Jair Sebastião de Amorim, o Nonga, acompanhado do diretor Evandro Flora. Eles vêm fazendo um grande trabalho na Regional de Brusque e no vale do Rio Itajaí e no vale do Rio Tijucas.

Então, as nossas boas-vindas à prefeita e ao nosso secretário do Desenvolvimento Regional!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, aproveito a oportunidade para trazer à tribuna, na tarde de hoje, alguns assuntos por outras vezes já mencionados, comentados e debatidos aqui.

Inicialmente, quero dizer que as audiências públicas encaminhadas por este Poder, juntamente com outros poderes do estado de Santa Catarina, para tratar da criação do Fundo Previdenciário, já foram motivos para inúmeras manifestações, mas volto aqui a reafirmar que o projeto de lei deixa transparecer uma série de questionamentos, de dúvidas, para os quais nós, como parlamentares, estamos tentando buscar, através das diferentes audiências públicas, a compreensão e o entendimento.

Srs. deputados, numa análise mais geral do projeto de lei, como já fiz outras vezes aqui, vou continuar a questioná-lo, pelo menos enquanto não tiver elementos que possam esclarecer alguns pontos. E um deles é por que dois fundos, ou seja, um Fundo Previdenciário e um Fundo Financeiro. Quais são os elementos que dão sustentação a essa iniciativa? Do Fundo Financeiro veio a extinção do Ipesc. E eu deixava ontem aqui um questionamento: como fica a assistência dos servidores públicos do estado de Santa Catarina? Vão entrar no Sistema Único de Saúde ou existe alguma alternativa? Ou quem sabe, daqui a três, seis ou oito meses, aumentem a contribuição do servidor para garantir a assistência? É um questionamento que deve ser colocado na pauta das discussões.

Além disso, diziam aqui com relação à gestão do Fundo Financeiro que podemos formar um conselho. E daí? Formar um conselho é simples, há as representações. Mas qual é o poder de decisão que tem o servidor do quadro efetivo que participará do conselho? E quem vai participar? Como será feita a escolha? Qual é o poder de decisão? Ou será que de repente a gestão do mesmo será colocada na mão da iniciativa privada para enriquecer à custa do suor e do trabalho dos servidores públicos?

Outra questão que levantei e faço questão de recolocar é que hoje temos um déficit financeiro que chega à casa de R$ 1 bilhão por ano, ou seja, são R$ 80 milhões todo mês. Quais são, na prática, as ações que o governo tem para zerar o déficit financeiro que decorre da folha dos inativos? Porque senão nós vamos continuar criando fundos e mais fundos e vão continuar faltando recursos para sustentá-los.

Além disso, quero dizer que o projeto de lei que envolve a vida dos servidores públicos do estado de Santa Catarina - e nada mais justo que o servidor discuta a trajetória, a vida, a caminhada que lhe pertence, isso é justo - não foi por eles discutido, debatido, a fim de construírem juntos esse processo todo.

Eu coloquei em algumas audiências que existe um artigo, o art. 98, do dito projeto de lei que trata do Fundo Previdenciário complementar dos parlamentares, que não tem nada a ver com o projeto trazido aqui pelos diferentes poderes! É um artigo que apareceu no meio do projeto. Qual é o interesse? De quem é o interesse de garantir com recursos públicos uma aposentadoria complementar?

Os parlamentares fazem parte do regime, de acordo com a emenda constitucional, e nós estamos contribuindo até o limite de qualquer servidor público do estado de Santa Catarina. Por que esse privilégio e essa diferenciação? Garantir a aposentadoria para os parlamentares no teto salarial? Isso é injusto! e nós não podemos permitir, porque já estamos fazendo uma luta contra o subsídio vitalício dos ex-governadores, pois é um absurdo aquilo que garante a Constituição do estado de Santa Catarina, no seu art. 195. E agora querem garantir esse privilégio aos parlamentares, quando muitos dos nossos trabalhadores trabalham 50, 55 anos para poder se aposentar com um salário mínimo! Enquanto isso, há agentes políticos que passam quatro anos e saem com o privilégio de uma aposentadoria de R$ 10 mil, R$ ll mil, R$ 12 mil, ou mais, como é o caso dos ex-governadores, cujo subsídio é de R$ 24 mil. Isso é um crime que se faz contra qualquer trabalhador da sociedade em que vivemos! Srs. deputados, muitos dos nossos trabalhadores sequer chegam a usufruir da aposentadoria de um salário mínimo, ficam brigando, às vezes, oito, dez, 15 anos na Justiça e ainda saem de mãos abanando. Por outro lado, vêem-se tamanhas injustiças.

Então, nesse sentido, na tarde de hoje, mais uma vez faço essas ponderações para podermos, através do Parlamento, construir uma sociedade mais justa e humana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, srs. deputados, quero, aqui, deputado padre Pedro Baldissera, dar continuidade a esse debate. A bancada do Partido dos Trabalhadores tem responsabilidades ao participar das audiências públicas, mas vamos continuar avançando.

O deputado Herneus de Nadal, ontem e no dia de hoje, vem construindo um discurso que aparentemente não produzirá insegurança nos servidores públicos, dizendo que todos os seus direitos serão mantidos, que é uma imposição legal, federal, constitucional construir o Iprev e, conseqüentemente, os dois fundos. Diz também que está na lei e é preciso cumpri-la, pois é imperioso construir a regularidade previdenciária até 30 de junho, passando a impressão de que tudo o que o governo está propondo no projeto do Iprev é prerrogativa legal, constitucional, exigência legal e que tem prazo, inclusive, para ser deferido.

Eu acho que nós temos que desconstruir um pouco e construir o debate em outra direção. Em primeiro lugar, com relação à existência do imperativo legal, em alguns aspectos essa afirmação é correta, sim! Porém grande parte do mérito do Iprev não advém de imperativo legal, pois é iniciativa do governo do estado criar dois regimes diferenciados em Santa Catarina. O problema não é só criar dois fundos, mas a criação de dois regimes. Além disso, em um dos regimes o governo vai colocar 22% e no outro 11%. São dois regimes diferenciados.

Isso é possível legalmente? Com a mesma perspectiva, com o mesmo objeto, com a mesma natureza? Quer dizer, será constituído um fundo para os aposentados, no mesmo governo e com os mesmos servidores públicos? Não, só com nomes diferentes, mas os dois são servidores públicos; num fundo o governo vai colocar 22% e no outro 11%. Que regime previdenciário é esse? Que legalidade há na constituição dos dois regimes previdenciários? Onde está o cálculo atuarial, pois para um fundo bastam 11% e para o outro nem 22% estão cobrindo o rombo da previdência do servidor?

Por isso é preciso discutir o seguinte: esses 11% vão dar ou nasce falido, porque como é que vai manter-se? Ah, não, é que o governo atual não tem responsabilidade, já que só daqui a 25 ou 30 anos é que as primeiras aposentadorias vão ocorrer. Cria-se então esse Fundo Previdenciário, que é um fundo de capitalização ou de descapitalização?

E quero dar um exemplo aqui. Os servidores do Serpro - o Serviço Federal de Processamento de Dados - constituíram um fundo de capitalização para os aposentados, investiram no Frigorífico Chapecó e ele faliu. E o Serpro ficou com R$ 8,5 milhões, quase R$ 9 milhões para receber! Junto com o atualizado, passava de R$ 18 milhões. E receberam zero!

Portanto, com relação ao fundo de capitalização o governo só põe 11% e vai fazendo o caixa. De outro lado, cria-se o fundo de capitalização que pode transformar-se, se esses fundos forem mal geridos, e virar fundo de descapitalização. Mas pode jogar o problema para os governadores futuros, para daqui a 25 ou 30 anos. Essa é a primeira realidade.

A segunda realidade é o Fundo Financeiro. Vejam o nome! Nem é Fundo Previdenciário! Todos os servidores públicos estaduais atuais, de todos os poderes, não farão parte de um Fundo Previdenciário. Vai chamar-se Fundo Financeiro - vejam o nome - e, teoricamente, manter-se-á com recursos do próprio Tesouro além da contribuição dos servidores.

Qual é o problema disso? Podem dizer que não se estará tirando nenhum direito do servidor, não se estará aumentando a alíquota. Mas onde está o cálculo atuarial? Até agora não há nenhum cálculo atuarial sério. E como é que um governo propõe a criação de um Instituto de Previdência sem seriedade no cálculo atuarial?

Diz o art. 34, § 1º:

(Passa a ler.)

"§ 1º[...] se fizer um cálculo atuarial sério e perceber desequilíbrio financeiro, o governador, ouvido o Conselho de Gestão do Fundo, poderá encaminhar à Assembléia Legislativa projeto de lei aumentando a alíquota de contribuição dos servidores públicos estaduais."

Portanto, é falácia, é uma farsa, é uma mentira dizer que pelo cálculo atuarial não haverá aumento da alíquota. E vai diminuir o direito do servidor, porque terá que aumentar a contribuição. É só aprovar o Iprev agora que, daqui a seis meses ou um ano, podem fazer o cálculo atuarial e mandar para a Assembléia Legislativa afirmando que 11% não são mais capazes de sustentar a folha e que tem que ser 12% ou 13%, porque senão não vai haver recursos para a aposentadoria dos servidores públicos.

Então, temos que ser honestos no debate. Mais honesto o governo deveria ser, apresentar um sério cálculo atuarial e enfrentar esse debate, como nós, prefeitos, enfrentamos democraticamente. Mas aqui eles não foram ouvidos, não foram consultados. O sindicato desde 2005 não é consultado sobre qual seria o Fundo Previdenciário, qual o Instituto de Previdência ideal. E aí dizem não têm responsabilidade com o que fizeram no Ipesc. Desmontaram criminosamente o Ipesc ao longo da história e ninguém se responsabiliza pelo Ipesc. Só dizem que há rombo. Quanto ao rombo, o secretário da Administração diz: "Esse rombo tem que diminuir, o Tesouro tem que ser desonerado". Mas se o Tesouro do estado tem que ser desonerado, se diminuir o caixa do Tesouro para passar para a previdência, então quem vai pagar a conta? Ou o servidor vai ter aumentada a contribuição ou vai ter diminuída a sua aposentadoria. Não há milagre, dois mais dois são quatro. Se o governo vai economizar, quem vai pagar a conta?

O secretário falou na primeira audiência - está em vários jornais, mas agora estão mudando o discurso - que havia um rombo de R$ 1 bilhão e pouco e que precisavam resolver o problema do rombo. Esse foi o discurso do secretário. Mas recebeu muitas críticas, levou muita bordoada e agora, nas outras audiências, está dizendo: "Podemos aperfeiçoar, podemos ver se serão dois fundos ou um só fundo". Ao mesmo tempo, chega aqui, na Casa - e o caso do Prêmio Educar foi um exemplo -, e não aceita emenda nenhuma, não aceita substitutivo global e tem-se que votar como veio do governo do estado, porque tem maioria. Para que propor mudanças? Para que mudar se o governo tem votos suficientes nesta Casa?

Então, o que está em discussão com relação ao Iprev é mais sério do que discutir somente imperativo legal, somente resolver o problema financeiro do caixa do Tesouro. Se resolver o problema do caixa do Tesouro, alguém vai pagar a conta nessa história, e o meu temor é que serão os servidores públicos. Há servidor público que vai começar a trabalhar, mas que não sabe como se vai aposentar no futuro, porque, digam aqui, investir em fundo de capitalização, em ações, na Bolsa de Valores dá garantia de que terá ganhos no futuro? Não, pode ganhar, mas pode perder. É investimento de risco. Pode investir em renda fixa e em renda variável. Renda variável é risco. Investe-se nas ações de uma empresa, ela vai à falência e faz o quê, com o fundo?

Portanto, temos que levar esse debate com mais seriedade, melhorar a discussão. E o governo deveria enfrentá-la trazendo os números, trazendo os dados. Ora, a empresa Mirador, de Porto Alegre, trouxe dados que dão uma diferença de R$ 1 bilhão da receita do estado e da contribuição ao Fundo Previdenciário com os números que apresentou. Dá mais de R$ 1 bilhão de diferença. Mas que seriedade é essa de uma consultoria que entregou na véspera das audiências públicas um cálculo atuarial de 2006, quando já estamos em 2008? Em 2007 dá uma diferença de mais de R$ 760 milhões entre o que foi definido pelo governo do estado e o cálculo que foi feito pela empresa.

Por isso esse debate tem que avançar, nós temos que levar a sério o Iprev e não comprar um discurso fácil porque são os servidores que vão pagar a conta.

Quero, para finalizar, fazer um convite aqui a todos os deputados, pois o ministro da Educação estará, na sexta-feira, em Concórdia, deputado Pedro Baldissera, às 9h30min, na Agrotécnica...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidente e srs. parlamentares, quero, primeiramente, saudar o deputado Flavio Ragagnin, agradecer por sua companhia nesta Casa e dizer que foi um prazer, uma alegria muito grande tê-lo aqui conosco. Quero também parabenizá-lo pelo exercício do mandato, mas, acima de tudo, pelo companheirismo, pela lealdade, pela forma sincera que sempre demonstrou neste Parlamento. Espero que tenha a felicidade de concorrer novamente ao cargo, colocar o seu nome à disposição da comunidade e, quem sabe, ser escolhido pela população para estar aqui não apenas durante um período, mas durante uma legislatura, como um todo, para poder justamente representar a sua comunidade e, mais do que isso, representar o estado com dignidade, como v.exa. fez neste período.

Quero também, sra. presidente e srs. parlamentares, parabenizar o nosso amigo, deputado Onofre Santo Agostini, que neste momento exerce a função de secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, pelo fato de ter liberado recursos junto ao Fehidro para a secretaria Regional de Rio do Sul, um pleito antigo que já vinha sendo encaminhado na nossa época como secretário. São recursos para o município de Rio do Oeste com relação a problemas de enchente, tanto neste município quanto em Laurentino, com a liberação de cerca de R$ 500 mil para a SDR de Rio do Sul, que poderão ser aplicados para resolver esse problema sério daquela comunidade.

Por isso faço uso desta tribuna para agradecer e parabenizar o secretário Onofre Santo Agostini pela sua ação, como também para parabenizar as lideranças de Rio do Oeste que lutaram pela liberação desses recursos. Mas essas lideranças terão também a obrigação de fiscalizar, acompanhar junto à SDR para que a obra seja realmente executada e para que a comunidade, tanto de Rio do Oeste quanto de Laurentino, não sofra mais com aquele problema.

Gostaria também, srs. parlamentares, de agradecer ao senador Raimundo Colombo, presidente estadual do partido, e dizer à comunidade do médio vale, aos membros do Democratas, que nós faremos, juntamente com o senador, a partir de amanhã, um roteiro na região do médio vale, na região do vale norte, para visitar os municípios de Dona Emma e de Ibirama. Na sexta-feira ainda visitaremos os municípios de Apiúna, Ascurra, Rodeio e Timbó, onde estarão reunidos os companheiros e as lideranças da região de Indaial, de Benedito Novo; depois iremos até os municípios de Rio dos Cedros e Pomerode; em seguida estaremos em Gaspar e à noite, concluindo, estaremos no município de Blumenau, onde estaremos ouvindo várias lideranças, companheiros do partido, pessoas da sociedade, para buscar sugestões, opiniões e montar as nossas propostas para as eleições deste ano, sabendo efetivamente o que a comunidade daquela região pretende, quais os seus anseios, propostas essas tanto do senador Raimundo Colombo quanto do parlamentar Jean Kuhlmann, para que possamos, nesta Casa e no Senado Federal, representá-la.

Srs. parlamentares, é importante saber quais os anseios daquela população, para que nós possamos, em grandes reuniões com a comunidade, com as lideranças, com os membros do nosso partido, ouvir os militantes e saber quais as proposições e o que nós temos que fazer em seu benefício.

Por isso quero comunicar a todos que estaremos junto com o senador fazendo esse roteiro, durante o dia e durante a noite, de forma incansável, ouvindo todos e participando ativamente da comunidade.

Para finalizar, quero aqui novamente utilizar esta tribuna para parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing pelo trabalho que vem exercendo em Blumenau, pela forma como vem agindo na prefeitura municipal.

Ele criou, srs. parlamentares e sra. presidente, o programa Prefeitura nos Bairros, levando, deputado Renato Hinnig, o serviço da prefeitura para o bairro, para o cidadão mais humilde, para aquela pessoa que nunca via a prefeitura presente na sua comunidade. Agora, em grandes eventos, em grandes mutirões, o prefeito João Paulo Kleinübing leva toda a estrutura da prefeitura, despacha como prefeito no bairro, aproximando o seu governo do cidadão, mais do que nunca e mais do que já se viu em toda a história da cidade de Blumenau.

Por isso vim aqui para parabenizar o referido prefeito que fez, no início de abril, mais precisamente no dia 7 de abril, mais um mutirão, completando o seu vigésimo mutirão nos bairros de Blumenau, levando à população da nossa cidade o serviço, seja da secretaria de Obras, da secretaria da Educação, seja o atendimento da saúde, levando a prefeitura para perto do cidadão.

Então, quero aqui parabenizar o prefeito, aliás, quero também fazer mais uma vez uma ressalva, que é extremamente importante: mais uma vez Blumenau, srs. parlamentares, manteve-se entre os líderes na geração de empregos em Santa Catarina.

Deputado Pedro Baldissera, segundo o próprio ministério do Trabalho, a cidade se destacou na região com a criação de 3.053 novos empregos entre os meses de janeiro e fevereiro. Nos últimos três anos já foram criados, em Blumenau, mais de 18 mil empregos. Isso representa dignidade e ajuda, acima de tudo, a pessoa mais humilde a ter o seu emprego, às vezes, numa obra importante, como é a questão da Vila Germânica, deputado Elizeu Mattos, que teve a participação efetiva do governador Luiz Henrique, gerando emprego não para quem vive no centro da cidade, mas gerando emprego para o taxista, para o garçom, para a pessoa mais humilde que precisa sustentar a sua família. Então, acima de tudo, a geração de emprego é algo fundamental e é uma política que tem que ser desenvolvida por todos.

Novamente quero parabenizar o prefeito pela geração de mais de 18 mil empregos nos últimos três anos, tornando Blumenau um dos municípios líderes catarinenses, que durante muito tempo esteve na liderança catarinense na geração de emprego, se formos analisar não só os empreendimentos do município que ajudam a gerar emprego, como também a própria iniciativa privada.

A Praça do Cidadão, no município de Blumenau, no mês de março, registrou os pedidos de alvará de mais 231 novas empresas. Só em um mês, 231 pessoas foram à Praça do Cidadão para registrar uma nova empresa no município de Blumenau. Isso é algo vital, algo que é muito importante para o município.

Por isso tenho certeza de que tudo isso está fazendo com que Blumenau seja novamente uma cidade forte, que é o que todos nós queremos, seja novamente uma cidade voltada para o povo, tanto o povo mais humilde, o microempresário, o grande empresário, não importa, mas uma cidade voltada para cada cidadão, gerando emprego com dignidade, com renda, dando oportunidade. E é isso que o prefeito João Paulo Kleinübing vem fazendo: está dando oportunidade para cada cidadão, seja na geração de emprego, no sustento da sua família ou na simples possibilidade de encontrar o prefeito numa festa, ser atendido no seu gabinete, que são coisas muito importantes.

Por isso quero aqui parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing, que além de levar o programa Prefeitura nos Bairros até o cidadão mais humilde, também faz com que Blumenau se destaque cada vez mais na geração de emprego e renda em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, grande liderança do vale do Itajaí, de Blumenau, quem sabe até candidata à prefeitura em Blumenau; srs. deputados aqui presentes; catarinenses que nos acompanham pela TVAL em todo o estado, pela Rádio Alesc Digital e pelo nosso jornal da Casa, eu queria, nesta tribuna, parabenizar os sindicalistas da CUT de Santa Catarina que hoje estão iniciando uma plenária, a 12ª Plenária Estadual, na sede da Escola Sul da CUT, em Florianópolis, na capital, na ilha, com um grande debate sobre vários temas, tendo como questões centrais a redução de jornada de trabalho no país; a criação do piso salarial regional, uma grande luta dos trabalhadores de Santa Catarina; a polêmica discussão do Iprev - a criação do fundo de previdência; e a polêmica questão do Prêmio Educar, muito debatido nesta Casa e no estado.

Gostaria de parabenizar esses trabalhadores que se vêm organizando há muitos anos, pois a Central Única dos Trabalhadores já está completando seus 25 anos de luta e de trabalho no Brasil.

Mas o tema central que eu quero trazer para a tribuna hoje é a questão da produção de leite no estado de Santa Catarina, que teve uma expansão extraordinária nesses últimos anos. Houve um aumento do número de agricultores envolvidos, que hoje estão na faixa, deputado Silvio Dreveck, de mais de 100 mil agricultores familiares que têm no leite uma atividade forte de renda em nosso estado. Portanto, mais da metade dos agricultores está produzindo leite em nosso estado. Temos aí uma clara atividade leiteira na pequena propriedade, já que, deputado Renato Hinnig, das mais de 100 mil propriedades, mais de 90% são pequenas.

Então, isso nos preocupa muito, deputado Silvio Dreveck. E nós estamos a um bom tempo debatendo o que poderíamos fazer para que essa atividade, essa produção tão importante social e economicamente em nosso estado não se concentrasse, mais uma vez, em poucas famílias. Que possamos de fato pensar numa atividade de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina, que trate e cuide da questão ambiental, que seja uma atividade, além de econômica, social, no sentido de manter as nossas propriedades, os nossos pequenos agricultores produzindo, além do leite, outras atividades econômicas na propriedade, para que não sigam o caminho da monocultura, que já vimos, em muitas partes do Brasil e no nosso estado, que não dá certo. Não dá certo ter, em pequenas propriedades, só um tipo de produto, mas sim uma diversidade de culturas.

Srs. deputados, houve um investimento altíssimo de política pública, de recurso público, seja pelo governo federal, através do Pronaf investimento, que é um grande destaque em nosso estado - e o crescimento da bacia leiteira se deve muito ao investimento público -, seja pelo investimento de subsídios, tanto da união quanto do estado, para a instalação de novas indústrias. E, por sinal, estão sendo bastante grandes, generosos esses incentivos em várias empresas que estão sendo instaladas em Santa Catarina.

Agora, o que nós não queremos é que esse recurso público, seja ele para o agricultor, seja ele um recurso público do estado, da União, dos municípios, em subsídios, seja um incentivo no futuro, deputado Professor Grando, justamente para acontecer o que já aconteceu com a suinocultura nos anos 70, 80, quando 60 mil agricultores, aproximadamente, produziam suínos e tinham na suinocultura a sua grande atividade, ao passo que nos dias de hoje quem sabe tenhamos dez mil, 12 mil famílias responsáveis por mais de 90% da produção de carnes no estado.

Então, o que nós discutimos durante esse período todo? Que Santa Catarina, hoje, produz um 1,8 bilhão de litros de leite por ano e a perspectiva é aumentar muito. Agora, nós temos um limite, que logo, logo vamos alcançar, que é o limite de consumo do Brasil, que é também o limite de exportação. Logo, logo poderemos ter um problema de sobra de produto para o mercado que temos, se aumentar demais a produção e nós não tivermos um controle, um acompanhamento no estado.

Por isso estou apresentando nesta Casa, no dia de hoje, quatro projetos que tratam da questão da cadeia produtiva de leite, que possam de fato dar certa garantia no futuro para que essa atividade continue, sejam 100 mil ou sejam, no futuro, 120, 130 mil propriedades que tenham na atividade leiteira uma das grandes atividades de renda, com preocupação ambiental - eu sei que o deputado Renato Hinnig está coordenando o Fórum do Aqüífero Guarani -, pois hoje o oeste catarinense é o grande produtor de leite, sendo que, da produção de 1,8 bilhão, produz quase 1,3 bilhão de litros por ano.

Sra. presidente, com essa preocupação também ambiental, nós apresentamos aqui quatro projetos.

(Passa a ler.)

"Projeto de Lei n. 0107/2008, que dispõe sobre a Política Estadual da Produção de Lácteos, constitui o Conselho Estadual do Leite - Conseleite - e dá outras providências.

Projeto de Lei n. 0108/2008, que dispõe sobre a criação do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite da Agricultura Familiar - Proclaf -, e dá outras providências.

Projeto de Lei n. 0109/2008, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - Fundplaf - e dá outras providências.

Projeto de Lei n. 0110/2008, que cria o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - Selefam - e dá outras providências."

Então, o primeiro projeto trata da questão de uma política estadual de produção de lácteos, seja de incentivo ou de acompanhamento técnico. O segundo constrói um programa catarinense de fortalecimento de leite da agricultura familiar e o terceiro dispõe sobre a criação de um fundo.

Srs. deputados, comunidade e sociedade catarinense, de nada adianta termos uma política sem termos recursos orçamentários destinados à criação e ao incentivo dessa cadeia produtiva, seja em termos de financiamento para pequenas cooperativas, associações ou diretamente aos produtores.

O quarto projeto trata da criação do Selo Eco-social. Todas as indústrias, todos os agricultores que se integrarem ao programa que diz respeito à questão de manter e incentivar as pequenas propriedades, ou seja, as empresas, os agricultores que tratariam essa questão ambiental, teriam um selo social e um selo também eco-social, para tratar a questão da ecologia, do meio ambiente e a questão social. Enfim, teriam um selo que seria reconhecido pela sociedade catarinense, pelos consumidores, inclusive para produtos de exportação.

Então, a expectativa é de se construir, em Santa Catarina, uma política estadual de desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de leite, por ela ser, talvez, uma das únicas possibilidades de renda que possa envolver um número tão grande de famílias no estado, garantindo a esses agricultores, homens, mulheres e jovens, a possibilidade de continuar no campo gerando renda, emprego e economia nos nossos municípios, preservando o meio ambiente.

Esperamos que as sras. deputadas e os srs. deputados de fato consigam compreender essa necessidade de Santa Catarina. Estamos aqui visualizando um aumento, porque outros estados estão deixando de produzir o leite, cuja produção está migrando, principalmente, para a nossa agricultura familiar. Por isso o objetivo de apresentarmos esses projetos.

A pergunta é a seguinte: quem vai produzir leite, no futuro, no Brasil? Nós queremos que seja de fato a agricultura familiar. Então, com essa expectativa, acreditamos na aprovação desses projetos, na sensibilidade dos srs. deputados, para podermos dar uma garantia maior aos nossos agricultores, investindo no sentido de eles poderem, no futuro, continuar nessa profissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE(Deputa Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em primeiro lugar, quero registrar, nesta tarde de hoje, o bom exemplo que o Partido Progressista está a praticar como agremiação partidária, como um partido que reconhece o mérito dos seus candidatos a deputado que não chegaram a se eleger, mas que deram a sua contribuição para o nosso partido e deram também a sua contribuição como homens, como cidadãos democráticos para a sociedade catarinense.

E quero registrar a atuação do nosso deputado Flavio Ragagnin, um exemplo de homem público, que para a bancada progressista é motivo de satisfação e de orgulho, um bom exemplo de honestidade, de seriedade, de trabalho, que representou a região do alto Uruguai com muita determinação e personalidade e que está deixando neste Parlamento a sua contribuição para o estado de Santa Catarina, em especial para a região oeste, para o alto Uruguai catarinense.

Assim como Flavio Ragagnin deu esse bom exemplo e certamente continuará dando bons exemplos, porque é uma pessoa de boa índole, uma pessoa que integra o nosso partido ao longo de sua vida, os deputados que nos próximos dias, nesta Casa, irão tomar posse, Altair Silva, de Chapecó, e Jaime Pasqualini, da região do vale do Itajaí, mais precisamente de Rio do Sul e de Brusque, também o farão.

Teremos, dessa forma, uma sucessão de novos deputados que virão a esta Casa para dar sua contribuição como catarinenses, como homens públicos e que levarão a experiência de ter contribuído com a visão de suas regiões para o engrandecimento deste Parlamento.

Deputado Flavio Ragagnin, v.exa. deu um bom exemplo para Santa Catarina e o nosso partido, um bom exemplo para a política catarinense, exemplo que certamente será seguido, acredito eu, por outros partidos. Esse bom exemplo que foi dado e iniciado pelo nosso partido certamente servirá para outros partidos fazerem esse mesmo gesto. Nós temos o privilégio de ser o partido que tomou essa iniciativa e foi pioneiro no estado de Santa Catarina.

V.Exa. ainda participará da sessão de amanhã e teremos algumas audiências públicas ainda este mês nas quais, deputado Flavio Ragagnin, nós estaremos debatendo um projeto relevante para a sociedade catarinense, a criação do Iprev, que esperamos ser a solução para o servidor e também para a sociedade catarinense, que contribui, com seus impostos, com o poder público estadual.

Tivemos uma experiência em nosso município, São Bento do Sul, onde instituímos um Instituto de Previdência que hoje está sólido e dando segurança para o servidor aposentado, ou seja, para o inativo, e que está assegurando que nos próximos 60 anos não haverá problemas de ordem financeira para os ativos e nem para aqueles que se irão aposentar ou requerer suas pensões de acordo com a lei.

Foi necessário, na época, tomarmos uma decisão, deputado Professor Grando, e foi uma decisão difícil, porque o poder público municipal iniciou sua contribuição com nada menos do que 24,75% e o servidor com 11%. Deixamos a prefeitura em 2004, deputado Dirceu Dresch, e naquele ano o poder público estava contribuindo com apenas 14,75% e os funcionários, ou seja, os servidores, apenas com 11%.

Por que isso? Porque a cada ano é feito um cálculo atuarial de acordo com a contratação de novos servidores, de acordo com os que irão aposentar-se ou que se aposentaram, e esses dados, esse critério, que é um critério técnico, científico, permite, através do poder público, reduzir ou aumentar a contribuição para que o Instituto de Previdência dê segurança, ao longo dos anos, para o servidor e para o próprio município.

E na mesma linha, na mesma direção que os deputados Pedro Baldissera e Pedro Uczai manifestaram as suas preocupações, quero aqui colocar isso como uma reflexão para todos nós, porque esse projeto não pode ter partido político, ele é um projeto para a sociedade catarinense e para o servidor, mas evidentemente que é um projeto que deve ser debatido com todas as agremiações partidárias e com a sociedade.

Deputado Renato Hinnig, espero que ao final dessas nossas audiências públicas nós possamos aperfeiçoar o projeto. Entre outras preocupações, há a dúvida quanto aos dois fundos. Esta é uma questão que nós, evidentemente, temos que esclarecer tecnicamente: o porquê de dois fundos.

Segundo, o conselho deve ser deliberativo, evidentemente, mas que tenha a soberania de poder decidir para assegurar tanto a aplicação dos recursos, quanto o próprio patrimônio do Instituto de Previdência. Além disso, o conselho, na nossa visão, poderá ser até ampliado para permitir uma maior participação nas decisões que virão não só neste governo, porque o Instituto de Previdência vai estender-se por muitos governos.

Além disso, questiono, faço uma indagação para que nós todos possamos responder lá na frente: 11% são suficientes para o fundo de previdência? Apenas para indagação e para debatermos em outras oportunidades.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - V.Exa. tem razão quando diz que a discussão de um projeto de tal importância não pode ser partidária, é do estado. E mais, hoje no mundo moderno se usa a expressão replicar: se deu certo num lugar, pode dar certo noutro. Mas que se contribua com emendas, com propostas, é isto que nós queremos: o melhor plano possível de previdência para o nosso servidor do estado. É o que temos que fazer, todos nós darmos a nossa contribuição. É uma época de reformas? Vamos fazer a reforma da melhor maneira possível e transparente.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Professor Grando.

Presidente Ana Paula Lima, obrigado pela atenção.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Renato Hinnig, a quem concedemos a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - (Passa a ler.)

"Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo a tribuna, na data de hoje, porque nós, do PMDB de Santa Catarina, estamos de parabéns! Hoje o nosso partido completa 42 anos de atividades em nosso estado, história marcada por heroísmo, amor à democracia e ao povo catarinense.

Lembrando o passado, temos orgulho de representar o movimento que reconstruiu a democracia no país. O Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, surgiu para defender a restauração do estado de direito, usurpado pelo Golpe de 64 e pelos seguidos atos institucionais. Seus ideais superaram diversas tentativas contra seu crescimento, inclusive a restauração do pluripartidarismo, que em 1980 deu origem ao PMDB.

Em Santa Catarina, o primeiro gabinete executivo do MDB foi eleito no dia 23 de abril de 1966, em sessão realizada no plenário da Assembléia Legislativa. Desde então conquistou um verdadeiro exército de militantes, simpatizantes e lideranças, unidos no combate às injustiças sociais, lutando por uma Santa Catarina melhor e igualitária.

Hoje, olhando o momento atual e com expectativas para o futuro, a família peemedebista orgulha-se de representar o maior partido político do Brasil e de Santa Catarina, presente em todas as cidades, através de seus 293 diretórios municipais. Um partido municipalista, que implantou uma nova forma de governar totalmente descentralizada. Um movimento aprovado pelos catarinenses nas urnas, com a maior representação no Poder Legislativo estadual e federal, um senador da República, um governador reeleito e o maior número de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Com a força do PMDB, Santa Catarina cresce para melhor, com índices de desenvolvimento modelo para todo o Brasil. Por isso, mais uma vez, peemedebistas se preparam para serem eleitos e reeleitos nos municípios, com o aval do povo, através do voto, nas próximas eleições de outubro.

Diversos são os nomes que poderíamos lembrar na data de hoje, em homenagem à consolidação de tantas batalhas, porém temos a certeza de que o mérito é de todos os cidadãos que acreditaram e acreditam que através de movimentos políticos responsáveis, conscientes e democráticos é possível mudar os quadros de injustiças. As conquistas dos 42 anos do MDB foram construídas por diversas mãos, que erguem antigas e novas bandeiras em prol da liberdade.

E com uma frase de Ulysses Guimarães, lembramos porque este fenômeno da política se fortalece a cada ano: 'Passado é o que passou. Não passou o que ficou na memória ou no bronze da história. O PMDB é também o passado que não passou'."

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Renato Hinnig, quero cumprimentá-lo pela lembrança do nosso PMDB e aproveito para registrar a presença do prefeito de Cerro Negro, sr. Janerson José Delles Furtado, do ex-vereador Antônio Reitz e do ex-prefeito de Correia Pinto, sr. Demerval Batista.

Podemos até não concordar com algumas coisas do nosso partido. Dias atrás, na universidade alguém me disse que o PMDB faz parte da história do Brasil. E eu discordei quando fui indagado pelo aluno de que o PMDB faz parte da história do Brasil. Na verdade, a história mais recente do Brasil passa pelo MDB. As várias conquistas, a liberdade de expressão, as várias bandeiras conquistadas no país, os partidos que hoje existem, grande parte nasceram do MDB. As conquistas, as bandeiras levantadas num passado não muito distante por Ulysses Guimarães, por Teotônio Vilela foram conquistadas pelo nosso MDB.

Portanto, hoje, nós, emdebistas, estamos de parabéns.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Como testemunha histórica, nós, do antigo PCB, do partidão, éramos clandestinos e perseguidos, a nossa direção extinta, exterminada, morta, começamos a militar no MDB no sentido político, nas principais bandeiras da redemocratização, das eleições diretas e da Constituinte. Realmente, o MDB tem história e não se pode negar. Por isso cumpriu seu papel. É um partido que aí está pela sua experiência e no momento está dando a governabilidade.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Terminado o horário regimental, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 469/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 012/2008, referente a contratação de prestação de serviços de estacionamento contendo no mínimo 40 vagas para os veículos dos deputados da ALESC., obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: TOPPARK SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO

Valor do Último Lance: R$ 6.000,00

Florianópolis, 30 de abril de 2008.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO CL Nº 052/2008

REFERENTE: 13º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 017/2006, celebrado em 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos Ltda

OBJETO: Altera qualitativamente o objeto contratual, visando permitir a antecipação do pagamento das multas de trânsito aplicadas aos veículos locados com seu posterior ressarcimento pela ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "a" da Lei nº 8.666/93; e autorização administrativa.

Florianópolis, 30 de abril de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Osni Prates Pacheco - Presidente COTRANS

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 479, de 30/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DORALICE MARIA DE FARIAS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 29 de abril de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 480, de 30/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Wagner Pereira Pizzetti	4483	3%	3%	14/03/08	0494/08
Alba Terezinha Schlichting	4578	3%	3%	30/03/08	0501/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 481, de 30/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0582/2008,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER à servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao qüinqüênio compreendido entre 23/02/03 a 22/02/08.

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0151.4/2007

Modifica a redação da emenda do Projeto de Lei nº 0151.4/2007:

Art. 1º A ementa do Projeto de Lei nº 00151.4/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Dispõe sobre a prévia notificação, com aviso de recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito."

Sala das Comissões,

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 23/04/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 23/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 151/07

Dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam obrigados o SPC, a SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados ou de cadastros negativos, comunicar o consumidor, por escrito, através de carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento - AR, da sua inscrição em seus arquivos de dados de restrição de crédito, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais, em seus arquivos de consumo, somente poderão ser efetuados após a confirmação do recebimento, pelo consumidor, da comunicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0314.5/2007

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 0314.5/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao município de Xanxerê o imóvel onde funcionava a Escola Isolada Linha Roseira, constituído por um terreno com dois mil metros quadrados e benfeitorias, matriculado sob o nº 897 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 02214 na Secretaria de Estado da Administração."

Sala da Comissão, em
Narcizo Parisotto
Deputado

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 23/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 314/07

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Xanxerê.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Xanxerê o imóvel onde funcionava a Escola Isolada Linha Roseira, constituído por um terreno com dois mil metros quadrados e benfeitorias, matriculado sob o nº 897 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 02214 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação, de acordo com o disposto na Lei nº 1.090, de 05 de dezembro de 1972, e deixou de atender a finalidade de sua aquisição, ficando desafetado da destinação originária.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 617.6/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida nos estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 23/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 617/07

Declara de utilidade pública o Hospital de Caridade São Braz, no Município de Porto União.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital de Caridade São Braz, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 641.6/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida nos estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 23/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 641/07

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Rio Negrinho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Rio Negrinho, com sede e foro no Município e Comarca de Rio Negrinho.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 642.7/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida nos estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 24/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 642/07

Declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Rio Negrinho - ACIRNE, no Município de Rio Negrinho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Empresarial de Rio Negrinho - ACIRNE, com sede e foro no Município e Comarca de Rio Negrinho.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0657.3/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0657.3/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Maracajá, o imóvel com área total de quatro mil, seiscentos e oitenta e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados, matriculado sob o nº 65.782, no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protestos em Geral da Comarca de Araranguá, inclusas as benfeitorias existentes."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 22/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 657/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Maracajá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Maracajá, o imóvel com área total de quatro mil, seiscentos e oitenta e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados, matriculado sob o nº 65.782 no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protestos em Geral da Comarca de Araranguá, inclusas as benfeitorias existentes.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 10º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar de Maracajá, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 649, de 27 de março de 2006, e alterada pela Lei municipal nº 684, de 28 de fevereiro de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 062/08

Declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Vitimados pelo Trabalho das Regiões da AMREC, AMESC e AMUREL, com sede no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa dos Vitimados pelo Trabalho das Regiões da AMREC, AMESC e AMUREL, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***